



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E DESENVOLVIMENTO – MESTRADO

CELIA ALVES DE LELES

**A REALIDADE DA PEQUENA EMPRESA DE MÉDIO
PORTE DO ENSINO SUPERIOR FACULDADE ALIANÇA
NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ**

Goiânia
2016

CELIA ALVES DE LELES

**A REALIDADE DA PEQUENA EMPRESA DE MÉDIO
PORTE DO ENSINO SUPERIOR FACULDADE ALIANÇA
NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento

Orientador: Professor Gil César Costa de Paula

Goiânia
2016

L539r Leles, Célia Alves de

A realidade da pequena empresa de médio porte do Ensino Superior Faculdade Aliança no município de Itaberaí [manuscrito] / Célia Alves de Leles.-- 2015.

149 f.; il.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, Goiânia, 2015

Inclui referências

1. Ensino superior - Itaberaí (GO). 2. Avaliação educacional. 3. Universidades e faculdades particulares - Avaliação - Itaberaí (GO). I. Paula, Gil César Costa de. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 378.096(043)

CELIA ALVES DE LELES

**A REALIDADE DA PEQUENA EMPRESA DE MÉDIO
PORTE DO ENSINO SUPERIOR FACULDADE ALIANÇA
NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ**

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento-Mestrado, para obtenção do grau de Mestre.

Dissertação defendida e aprovada em 10/12/2015

Banca Examinadora:

Profº. Dr. Gil César, de Paula
Profº. Orientador e Presidente da Banca

Profº. Dr. Bartira Macedo de Miranda Santos
Prof.ª Membro da Banca
PUC-GO

Profº. Dr. José Antônio Tietzmann
Profº. Membro da Banca
PUC-GO

*A meus pais PEDRO E EUNICE e meus irmãos
SELMA, CARLOS, PAULO E MARCOS,
sobrinhos (as) e cunhado (as).*

Sem vocês eu não seria nada!

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Gil César de Paula. Meu muito obrigado pelo apoio incondicional nessa cruzada.

Ao elaborar este trabalho, visando o mestrado da PUC-GO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO – MESTRADO tive a oportunidade de conviver com vários colegas como Tarcizo Roberto do Nascimento, Yara Hilário Medeiros Peixoto e professores muito especiais e Ari Ferreira de Queiroz, Dimas Pereira Duarte Júnior, Geisa Cunha Franco, Gil César Costa de Paula, Lacy Odete Rachid Botelho, Haroldo Reimer, Jose Antônio Tietzmann e Silva, Luciene Martins Mascarenhas, Maria Cristina V.B.Tarrega, Nivaldo dos Santos, aos quais agradeço pela amizade. Agradeço aos professores do curso que tive maior contato, em razão das disciplinas cursadas, pessoas especiais como o professor Gil César Costa de Paula, Glacy Odete Rachid Botelho, Haroldo Reimer, José Antônio Tietzmann e Silva, meus agradecimentos. Em especial ao professor Gil Cesar Costa de Paula, Nivaldo dos Santos e José Antônio Tietzmann e Silva, pela compreensão e apoio nas dificuldades de aprendizado que tive, tendo em vista vários percalços de cunho pessoal, durante a realização desse mestrado.

Ao Professor Doutor Gil Cesar Costa de Paula, indispensável para o aprimoramento deste trabalho.

Aos professores da Faculdade Aliança de Itaberaí, especialmente ao Professor Mestre Luís Antônio Lopes Gomes e Doutor Arcangelo Scollare, pelo intercâmbio de ideais; Prof^a Ângela Carrijo, Prof^o Atila Monteiro Pimenta e Prof^o.Sérgio Caruso meu eterno agradecimento parceria e apoio, no período que trabalhamos juntos, na Faculdade Aliança.

Aos profissionais que permaneceram e aos que saíram, ao longo de 08 anos, do corpo administrativo e docente da FAIT (Faculdade Aliança), colegas e parceiros de longa data, de 2007 a 2015, que sempre estiveram prontos para atender e apoiar.

Aos meus ex-sócios/diretores Leila Lopes de Fátima, Osmar de Paula e Osmar Júnior, o meu carinho e respeito.

À minha família e amigos (as), pessoas especiais em minha vida.

Obrigado a todos!

Assim Eu Vejo a Vida

*“A vida tem duas faces:
Positiva e negativa.
O passado foi duro
Mas deixou o seu legado
Saber viver é a grande sabedoria
Que eu possa dignificar
Minha condição de mulher,
Aceitar suas limitações
E me fazer pedras de segurança
dos valores que vão desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições
Lutas e pedras
Como lições de vida
E delas me sirvo
Aprendi a viver.”*

(Cora Coralina, 1985)

RESUMO

O estudo tem como propósito investigar quesitos que dificultam o crescimento das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior). Através de uma pesquisa de campo e avaliação institucional, buscamos comparar os resultados apurados em um processo avaliativo junto à comunidade acadêmica e local, interpretando a realidade da pequena IES-privada, situada no interior de Goiás, FAIT (Faculdade Aliança), que há 07 (sete) anos atua no ramo do Ensino Superior, como PMIES, com capacidade aproximada para 300 alunos matriculados. O presente trabalho compara as normas e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação das Instituições de Ensino Superior – SINAES/CONAES, a partir dos dados e análises levantados, por pesquisa realizada pela ABMES, entre os anos de 2013-2014, e mediante análise das pesquisas de autores como Ristoff e Sobrinho. A análise iniciou com o levantamento do perfil comparativo qualitativa, combinando com a CPA's (Comissão Própria de Avaliação) interna e externa da mesma IES (2013), assim como de dados bibliográficos e documentários, que proporcionaram o mapeamento e referências da realidade da pequena IES privada, no município de Itaberaí. Em seguida fez-se a pesquisa de campo da própria IES (Instituições de Ensino Superior), em 2014, através de uma análise detalhada, organizada que proporcionou a busca de sugestões, projetos como alternativos para a melhoria da competitividade da IES privada de pequeno e médio porte, objeto de pesquisa. E, com base na pesquisa de campo, completada com a CPA (interna), em março e abril de 2013, analisou-se a realidade da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), bem como a observação de sua influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) local. A pesquisa de campo abordou em conjunto: à aplicação de questionário, aplicação de entrevistas complementares por meio da metodologia CATI (por telefone) e individualmente, a representantes da comunidade local, alunos e ex-alunos da FAIT (Faculdade Aliança); já a Avaliação Institucional foi realizada pelo sistema on-line, através de Web Survey, aos alunos e funcionários da FAIT (Faculdade Aliança). A princípio, buscou-se compreender a realidade e o cenário da avaliação da Educação Superior brasileira no que se refere à pesquisa e a real fase que constitui o estabelecimento da pequena Faculdade, no município e região, instituição de ensino superior localizada na região do Centro Oeste-Goiano. Os resultados realizados na pequena IES-FAIT, ao comparar com a pesquisa apresentada pela ABMEIS (2013) sugerem maior cuidado e apoio a permanência das pequenas IES privadas, nos municípios, que estão instaladas, tendo em vista a importância dessas no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), mesmo diante das dificuldades financeiras que enfrentam. Pois, é nítida a influência das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) ao desenvolvimento local e regional, com tendência a aumentar a renda per capita e econômica de cada região, a onde estão instaladas.

Palavras-chave: Pequena e Média Instituição de Ensino Superior (PMIES); Ensino Superior Privado; Pesquisa de Campo a Avaliação Institucional; FAIT (Faculdade Aliança); A influência socioeconômica do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

ABSTRACT

The study aims to investigate questions that hinder the growth of small HEIs (Higher Education Institutions). Through field research and institutional evaluation, we sought to compare the results obtained in an evaluation process in the academic community and local, interpreting the reality of small IES-private, located in the interior of Goiás, FAIT (Alliance School), there are 07 (seven) years operates in the field of higher education, as PMIES, with an approximate capacity of 300 students enrolled. This paper compares the standards and guidelines of the National Assessment of Higher Education Institutions System - SINAES / CONAES, from the data collected and analysis by research conducted by ABMES, between the years 2013-2014, and by analysis of research authors like Ristoff and Sobrinho. The analysis began with the lifting of qualitative comparative profile, matching the CPA's (committee for assessment) internal and external of the same HEI (2013), as well as bibliographic data and documentaries, which provided the mapping references and the reality of small private institution in the city of Itaberaí. Then made up his own field research HEIs (Higher Education Institutions) in 2014, through a detailed, organized that provided the search suggestions, projects as alternative to improve the competitiveness of private small IES and midsize, research object. And, based on field research, completed the CPA (internal) in March and April 2013, analyzed the reality of small HEIs (Higher Education Institutions) and the observation of its influence in the IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) (Index Human Development) site. The field research addressed together: the questionnaire, application of complementary interviews by CATI methodology (by telephone) and individually, the representatives of the local community, students and alumni of FAIT (Alliance College); already Institutional Evaluation was carried out by the online system through Web Survey, students and employees FAIT (Alliance College). At first, we tried to understand the reality and the assessment of the scenario of Brazilian higher education in relation to research and the actual phase is the establishment of the small college, in the city and region, higher education institution located in the Central region west Goiano. The results achieved in small IES-FAIT, when comparing to research presented by ABMEIS (2013) suggest greater care and support the permanence of small private HEIs in the municipalities, which are installed in view of the importance of these in the IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) (Index Human development), despite the financial difficulties they face. For it is clear the influence of PMIES (Small and Medium Higher Education Institution) to local and regional development, with a tendency to increase per capita income and economic of each region, where they are installed.

Keywords: Small and Medium Higher Education Institution (PMIES); Private Higher Education; Field Research Institutional Evaluation; FAIT (Alliance College); The socioeconomic impact of the IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) (Human Development Index).

LISTA DE ABREVIATURAS

ABMES	- Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior
CAPES	- Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CEDES	- Centro de Estudos Educação e Sociedade
CFE	- Conselho Federal de Educação
CNPq	- Conselho Nacional de Pesquisa
CONES	- Conselho Nacional do Ensino Superior
CONAES	- Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	- Comissão Própria de Avaliação
ENADE	- Exame Nacional de Desempenho de Estudante
FAIT	- Faculdade Aliança
FIES	- Programa de Financiamento Estudantil
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFE	- Instituições Federais de Ensino
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IBEG	- Instituto Brasileiro de Geografia
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	- Ministério da Educação
OVG	- Organização das Voluntárias de Goiás
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
PDE	- Plano Desenvolvimento Educacional
PPI	- Projeto Pedagógico Institucional
SINAIES	- Sistema Nacional de Ensino Superior
PMIES	- Pequena e Média Instituição de Ensino Superior
PARU	- Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A Região de Anápolis	81
Tabela 2 - Distância.....	82
Tabela 3 - População	85
Tabela 4 - Empregos totais (número).....	88
Tabela 4.1- O Estado de Goiás: participação no valor adicionado do Brasil, por setores de atividades – 2002-2010 - (%).....	88
Tabela 5 - IDHM - Educação	89
Tabela 6 - IDHM - Longevidade	90
Tabela 7 - IDHM - Renda	91
Tabela 8 - IDHM	92
Tabela 9 - IDHM - Taxa de Alfabetização (%).....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caracterização da Região de Influência	81
Figura 2 - Produto Interno Bruto (PIB).....	105
Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (dados PNUD-Atlas 2013) ..	106
Figura 4 - Renda <i>per capita</i>	106
Figura 5 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (dados PNUD-Atlas 2013) ..	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - IES Privadas e de Pequeno Porte	62
Gráfico 2 - Distribuição das matrículas por porte de instituição	63
Gráfico 3 - Evolução da evasão nas PMIES em cursos presenciais por categoria administrativa no Brasil: 2010 – 2012.....	108
Gráfico 4 - Taxa de evasão nos cursos presenciais da FAIT	109
Gráfico 5 - Taxa de evasão em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012..	109
Gráfico 6 - Resumo geral da situação das IES: Captação de Alunos, Inadimplência, Evasão, Dificuldade de atender as normas regulamentares do MEC, dificuldade de implantar o EAD, Concorrência, Gestão inadequada.	110
Gráfico 7 - Resumo geral da situação das IES: Captação de Alunos, Inadimplência, Evasão, Dificuldade de atender as normas regulamentares do MEC, dificuldade de implantar o EAD, Concorrência, Gestão inadequada.	111
Gráfico 8 - Em relação à concorrência, as pequenas IES's, também, enfrentam as fraquezas com relação aos itens abaixo:	112
Gráfico 8.1-Em relação à concorrência, ainda, a pequena IES FAIT tem muito o que melhorar nos itens fraquezas-Ponto Negativos, abaixo:.....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	33
1.1 Do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).....	42
1.1.2 Objetivos da pesquisa a complementação à Avaliação Institucional e operacionalização a realidade da IES (Instituições de Ensino Superior)	46
1.1.2 Interpretação dos Quesitos do SINAES com a Realidade Institucional Interna e Externa das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) Brasileiras.....	50
1.2 Do Plano de Desenvolvimento da Educação	52
1.3 Expansões das Universidades e Faculdades Privadas	58
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DO ESTUDO.....	64
2.1 Métodos de Estudo e Caracterização da Região Centro Oeste Goiano	64
2.2 Pesquisa de Campo	66
2.2.1 Tipo de Pesquisa.....	70
2.2.2 Amostra e Sujeitos da Pesquisa.....	71
2.3 Caracterizações das IES (Instituições de Ensino Superior) que atende o Pré- Requisito do Estudo	72
2.3.1 Instrumento da pesquisa	74
2.3.2 Procedimentos de coleta	75
2.3.3 Procedimentos para análise dos dados	77
2.3.4 Caracterização da IES (Instituições de Ensino Superior) objeto de pesquisa e região que está localizada.....	78
2.3.4.1 Histórico da Mantenedora	78
2.3.4.2 Realidade da Mantida: A Inserção Regional da Faculdade Aliança de Itaberaí	80
2.3.4.3 Quadro Geohistórico do Município de Itaberaí, sede da FAIT (Faculdade Aliança de Itaberaí)	93
2.3.4.4 Região Centro Oeste e Capacidade Econômica e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	97

CAPITULO 3 - A DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	99
3.1 Considerações Preliminares sobre o Perfil da PMIES-FAIT.....	99
3.2 Envolvimentos dos Dirigentes e Colaboradores.....	102
3.3 Dificuldades Enfrentadas.....	102
3.4 Formas de Acesso e de Divulgação.....	103
3.5 Dificuldades Financeiras e de Conhecimentos das Normas Educacionais.....	103
3.6 Entrevistas com a Comunidade.....	104
3.7 A Importância da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e sua Influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), no Município de Itaberaí.....	104
3.8 Interpretação dos Entrevistados na Pesquisa de Campo e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	113
3.9 Análise Geral da Realidade da Pequena Faculdade Aliança e demais Pequenas e Médias Instituições de Ensino Superior (PMIES).....	116
3.10 Dificuldades e Limitações do Estudo.....	120
3.11 Propostas de Melhoria e Competitividade da Pequena Instituição de Ensino Superior Faculdade Aliança de Itaberaí (FAIT).....	121
3.12 Considerações Gerais do Estudo já Citados.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
APÊNDICE.....	139
ANEXOS.....	141
Anexo I - Questionário realizado na pesquisa de campo de 2014.....	141
Anexo II – Questionário utilizado pela CPA na avaliação institucional com alunos e corpo docente e administrativo, em 2013.....	142
ANEXO III – Questionário da CPA -Entrevista sobre a influência da FAIT no município de Itaberaí de 2013 a 2014.....	147

INTRODUÇÃO

O trabalho que se inicia, busca compreender a evolução do Ensino Superior no Brasil nos últimos dez anos, voltando-se o foco às Instituições do Ensino Privado (IES), de Pequeno e Médio Porte (PMIES) e suas influências no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nas regiões que estão instaladas. E, com base nas pesquisas dos autores Ristoff e Sobrinho buscaram analisar a necessidade de manter estas Instituições ativas, no mercado regional e local, partindo da ideia e interpretação da realidade da Pequena e Média Instituição de Ensino Superior, chamada FAIT (Faculdade Aliança). Sendo que para atingir o objetivo almejado, ao mesmo tempo, fazendo comparativo com as pesquisas de campo realizada, em 2013/2014, pela ABMES (Associação Brasileira das Médias Instituições Superiores), de gráficos e tabelas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) e IBGE, assim como de documentos levantados, bibliografias e artigos sobre o tema, de autores de renome.

Com essa perspectiva, podemos afirmar que a história do Ensino Superior, no Brasil, teve avanço cultural e científico a partir da Reforma Universitária, de 1964 a 1996, com a publicação da Lei 9.394 de 1996, de Diretrizes e Base da Educação Nacional, na qual se caracterizou o marco e a virada do Ensino Superior Privado, tendo em vista a abertura definitiva, pelo MEC (Ministério da Educação), autorizando a participação ativa das IES privadas, no mercado da Educação Superior, de acordo com o Art. 45 da CF/88:

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização.

No primeiro período da década de 60, o Ensino Superior Privado, ainda era muito tímido e pouco aceito pelo MEC (Ministério da Educação) e as Políticas Públicas. Já no segundo período, ouve uma redemocratização, sociocultural, com o fim da ditadura e a abertura de mercado, conseqüentemente com a liberdade de expressão e a interferência de movimentos sociais, nas décadas de 70, 80 e 90, que proporcionaram, também, mudanças radicais nos Regulamentos do MEC (Ministério da Educação) e o surgimento de novas normas regulamentadoras, bem

como a influência direta da Constituição Federal, de 1988, pois segundo Andrea Cezne¹, o direito à educação superior passou a ser fundamental socialmente que precisa ser desenvolvido e martirizado através de interpretações constitucionais.

Com a publicação da Lei 9.394 de 1996, que criou os Centros Universitários e os Cursos Sequenciais, flexibilizou currículos e criou cursos de tecnologia, comparada a publicação da CF/88, conforme artigo já citado, observa o deferimento de novos rumos à educação Superior, e percebe-se a mudança de pensamentos e o papel do Ministério da Educação, nas últimas décadas.

Após as normas mencionadas anteriormente, notaram-se novas argumentações voltadas ao Ensino Superior e consciência da necessidade de criação de novos programas e regulamentações. É exatamente nesse período que percebemos o aumento das IES privados e avanços das Políticas Públicas Educacionais, voltadas a programas de incentivo a Educação Superior, tais como: O FIES (Programa de inclusão social, 1996), PROUNI (Programa Universidade para todos, 2005), REUNI (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2007), UAB (Universidade Aberta do Brasil, 2006), e a criação do SISU (Sistema de Seleção Unificada, 2012) o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, 2004).

O Governo Federal criou Programas de Melhoria do Ensino Superior, no Brasil, de 1997 a 2012, que proporcionaram mudanças fundamentais, às estabilidades das IES (Instituições de Ensino Superior), no mercado, principalmente às PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), tais como: Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das IES (Instituições de Ensino Superior), FIES (Programa de Financiamento Estudantil) (criado em 1999) e PROUNI (2004); em parceria com o MEC (Ministério da Educação) instalaram políticas de fiscalização e melhoria do ensino brasileiro, tanto no Médio quando no Superior, como ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o ENADE (Exame Nacional do Desempenho do Estudante).

No entanto, segundo SIMÕES, Priscila (2014)², faz-se necessário, ainda, maior pesquisa e cuidado, quando voltamos à realidade das pequenas Instituições de Ensino Superior Privado. É com essa mesma interpretação que o presente

¹ CEZNE, Andrea Nárriman. Profª. Centro Universitário Franciscano/UNIFRA - Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

² SIMÕES, Priscila. Caminho da Universidade. Ed. Salvador. Região Metropolitana. 2014. Disponível em: <http://www.cbesp.com.br/images/material/h3ujc4jca9e9.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2015

trabalho busca analisar a realidade da Faculdade Aliança, no município de Itaberaí. Pois, mesmo diante de evoluções legais e melhoria nos programas de regulamentação, fiscalização e processo de intervenção na IES (Instituições de Ensino Superior), na prática, ocorre uma distância entre realidade e a teoria, referente às responsabilidades técnicas das IES (Instituições de Ensino Superior), cobradas pelas Regulamentações do MEC (Ministério da Educação), no Sistema Nacional de Educação Superior, conforme Lei nº 10.861/14/2004. Essa dispersão vai muito além, quando envolvem Instituições de Pequeno e Médio Porte, como expõe Ristoff (2012-2013)³.

Para melhor fundamentar o presente trabalho, buscamos estudar pesquisas e dados levantados por instituições de peso, como o ABMES e o MEC (Ministério da Educação), que fortaleceram nos últimos anos, tendo em vista a necessidade de profissionalização das IES's privadas e fiscalização destas. Utilizamos do trabalho desenvolvido nas pesquisas de Ristoff (2013)⁴ e fundamentações de SOBRINHO (2008)⁵, bem como de dados levantados pelo Guia de Estudante sobre o Ensino Superior em 2014; referente à realidade das IES (Instituições de Ensino Superior), no Estado de Goiás, foram fundamentais para elaboração e realização da pesquisa de campo, ocorrida entre os anos de 2013 a 2014, pela Direção Acadêmica, na pequena e média Faculdade Aliança que conseqüentemente se integralizou com o resultado da Avaliação Institucional, promovida pela CPA (2013)⁶.

Com isso, partindo do contexto de que a pesquisa de campo realizada pela ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior), entre os anos de 2013-2014, passou a ser fonte principal de fortalecimento e interpretação da realidade das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no Brasil. Na pesquisa foram entrevistadas 174 IES (Instituições de Ensino Superior), tiradas de um levantamento minucioso e proporcional ao número de IES's (Instituições de Ensino Superior) de pequenos e médios portes distribuídos, no país, conforme Ministério da Educação e por profissionais da IES (Instituições de Ensino Superior).

³ RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação uma análise de dois ciclos completos do enade (2004 a 2009). Cadernos do GEA, n. 4, jul. /Dez. 2013

⁴ Op. Cit.

⁵ SOBRINHO, Dias José. Avaliação da Educação Superior: Avanços e Riscos. Ecco. Revista Científica, São Paulo, v.10.n.ESPECIAL.p.67-93,2008.

⁶ CPA-Comissão Própria de Avaliação- Na FAIT ocorreu em 2013: O corpo administrativo, docente e discente foram responderam questionários, conforme quesitos do MEC.

Segundo SIMÕES (2014),⁷ o Ensino Superior no Brasil tem presença marcante de Pequena e Média Instituição de Ensino Superior (PMIES), com o mínimo até 3.000 alunos matriculados nos cursos de graduação presenciais. Daí a percepção da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior),⁸ em buscar melhorias e parcerias como as realizadas com Institutos Expertise e Instituto PHD, assim como a realização de cursos de capacitação aos gestores destas IES (Instituições de Ensino Superior). Pois, a competição, a dinâmica e a agitação do sistema do Ensino Superior acarretam, conforme Ristoff, grandes desigualdades socioeconômicas e culturais, entre as IES privadas, no Brasil.

Haja vista que não existem estudos semelhantes na região pesquisada, município de Itaberaí, no Centro-Oeste brasileiro, usando como modelo a FAIT (Faculdade Aliança), aumenta consideravelmente a relevância acadêmica deste estudo, que pode servir como ponto de partida para maiores aprofundamentos nas questões aqui discutidas.

Partimos da ideia de que a realidade da FAIT (Faculdade Aliança) é igual às 219 Instituições de Ensino Superior Privado, de pequeno porte e médio, existentes no Centro-Oeste, do país, e das 2046 IES privadas, no Brasil. Segundo RISTOFF (2013),⁹ podemos afirmar que a análise da real situação da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), através da realização de uma pesquisa de campo, levantamento de dados regionais e CPA (Comissão Própria de Avaliação) passam ser de fundamental valor técnico, como material para favorecer as políticas públicas de revisão as regulamentações do MEC (Ministério da Educação), em prol de criar novas formas de avaliação institucional, quando voltamos à realidade da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

Vale ressaltar que é importante lembrar que a porção goiana da região Centro-Oeste, ainda é pouco explorada por investigações científicas e acadêmicas. Desta forma, a realização deste trabalho de pesquisa, utilizando o método científica dedutiva, quando partimos do geral para o particular e indutivo, ao analisarmos o

⁷ SIMÕES, Priscila. Mestre em Mídia e Comunicação pela University of London. Membro do Instituto Expertense. Disponível em: <https://institutoexpertise.files.wordpress.com/2014/01/priscila.pdf> Acesso em 1/6/2015

⁸ ABMES - Desenvolveu uma pesquisa de campo, que buscou compreender a demanda de sugestões e melhorias, sobre as PMIES, no Brasil, pela primeira vez ao setor educacional, realizada nos anos de 2013 a 2014.

⁹ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Cadernos do GEA. – n.3 (jan./jun. 2013). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012-2013.

particular para o geral, conforme PRODANOV (2009, p.135)¹⁰, também pode servir ao propósito de instigar a curiosidade a respeito do tema constante nesta região, assim como compreender a importância das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) existentes, em todo o território Nacional, fomentando, com isso a realização de novos estudos ligados as áreas socioeconômica regional, com a implantação e valorização de pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como FAIT (Faculdade Aliança): Instituição de Ensino Superior de pequeno e médio porte, localizada no interior goiano, município de Itaberaí, e região do Centro Oeste-Goiano; Assim como pela escassez de literatura que relaciona a importância de pequenas empresas de ensino superior, nos interiores do Brasil, frente a sua influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), nas regiões a onde estão instaladas, as pequenas Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil.

Sendo assim, tendo em vista ausência de medida, no item diferenciar PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) de Grandes Centros Universitários, das normas não muito democráticas, no momento de avaliar as pequenas, pelo SINAES - Sistema Nacional de Ensino Superior, lançamos na busca de referenciais e literaturas que tratam do assunto e, na medida em que avançamos nos estudos e práticas, tornava-se nítida a dissociabilidade da avaliação, e a certeza de que há necessidade de melhor definição bem como à concretização, também, de uma pesquisa de campo, realizada através de entrevistas aos colaboradores da IES (Instituições de Ensino Superior), objeto desse estudo, FAIT (Faculdade Aliança), conforme o método qualitativo, de Bogdan e Biklen (1940)¹¹, com representantes da comunidade ex-alunos (Anexo II).

Já a busca de vários procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação. Em linhas gerais, as técnicas utilizadas, conforme Lakatos e Marconi (2003),¹² foram desenvolvidas da seguinte forma: 1)-Coleta Documental; 2)-Observação; 3)-Entrevista; 4)-Questionário; 5)-Formulário; 6)-Medidas de Opiniões e de Atitudes; 7)-Análise de

¹⁰ PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do Trabalho Científico. Método da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Nova Hamburgo.:Freevale, 2009.

¹¹ O autor Robert Bogdan e Sari Biklen traz a luz da Investigação qualitativa em educação uma introdução à teoria e métodos de como pesquisar através de questionários e vivência com a realidade.

¹² Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade: Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª.Edição.São Paulo.Atlas 2009.

Conteúdo; 8)-História de vida de ex-alunos e representantes do município. Estas técnicas vistas, e detalhes, posteriormente.

Nessa ótica buscamos os seguintes questionamentos: a) - Existem quesitos, implantados pelo MEC (Ministério da Educação), que diferenciam a avaliação institucional das IES (Instituições de Ensino Superior) de grande porte e a PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), com a FAIT (Faculdade Aliança); b) - Existe literatura nacional que relaciona as dificuldades enfrentadas pelas pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) como a FAIT (Faculdade Aliança) ou consciência da comunidade local sobre a importância dessas no município, quanto ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); c) - As PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) são importantes no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), regional como a pequena FAIT (Faculdade Aliança); d) - As avaliações do SINAES e Regulamentações do MEC (Ministério da Educação) estão distantes da realidade Institucional, das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como Pequena e Média Instituição do Ensino Superior Faculdade Aliança; e) - A falta de critérios de diferenciação dos quesitos, na política de avaliação do MEC (Ministério da Educação), com relação aos grandes Centros Universitários e as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), prejudica as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior); f) - A ausência de medidas que podem melhorar o sistema de Avaliação Institucional, referente à realidade de cada IES (Instituições de Ensino Superior), diminuindo o descompasso socioeconômico entre PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e Centros Universitários são prejudiciais à maioria das pequenas IES privadas.

Partindo da pertinência que a formulação do problema prende-se ao tema proposto, conforme Prodanov (2009, p.135), os questionamentos já citados, esclarecem as dificuldades específicas com os quais cada PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) defrontam, ou seja, considerando que a pequena IES (Instituições de Ensino Superior) do interior Goiano de uma forma ou outra, poderá promover algum tipo de influência e mudança na forma como as Avaliações Institucionais são solicitadas pelos órgãos supervisores ou reguladores, acredita-se que esse projeto contribuirá diretamente com os estudos do ensino superior brasileiro privado, em prol de buscar avaliações institucionais diretas e indiretamente mais justas e reais, de acordo com a realidade de cada IES (Instituições de Ensino Superior), tanto em nível de organização interna como externa, bem como quando

se faz um comparativo com municípios que existem IES (Instituições de Ensino Superior) e os não existem, assim como a real influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) regional, com a presença destas pequenas IES (Instituições de Ensino Superior).

- **Objeto de Estudo**

Construir uma avaliação institucional interna efetiva mais justa e democrática, buscando a implementação de quesitos, criando requisitos próprios as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) que possam favorecer uma visão mais realista que envolve não só a comunidade acadêmica, mas sim toda a comunidade socioeconômica regional, legítima e abrangente.

Contribuir para criação de novas políticas públicas, que efetive melhorias aos aspectos socioeconômicos, culturais, acadêmicos, administrativos, pedagógicos, financeiros e de gestão, de instituição de pequeno porte, diferenciando-as dos Grandes Centros Universitários.

Na prática, quando é investigada a realidade das IES (Instituições de Ensino Superior), e de seus alunos, muito dados são deixados a desejar, não dão tanta importância no Questionário Sócio Econômico (QSE), talvez porque o próprio SINAES não leva em consideração os levantamentos para fins de dados técnicos. Ficam omissos muitos dados quando são lançados no sistema. Talvez por serem distante da realidade local. Tais questionários poderiam ser fundamentais no momento, da avaliação uma IES (Instituições de Ensino Superior), se mudar a visão técnica e voltar para a região a onde estão instaladas a PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior). Pois, seria mais bem aproveitado o questionário supracitado se fosse feito em duas fases: um no início do curso e outro no final de cada curso e acrescentados quesitos importantes para a permanência da IES (Instituições de Ensino Superior) avaliadas, tais como: a) - Qual a importância do curso na vida do aluno, durante o tempo que ele permaneceu na IES (Instituições de Ensino Superior); b) - Qual a mudança socioeconômica que o discente teve em sua inteligência emocional e cultural; c) - Qual a importância na qualificação e oportunidades de emprego que, o discente, adquiriu. Principalmente com relação às PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e seus cursos de graduação?

O SINAES de forma técnica é omissivo, não apresenta a realidade dessas IES (Instituições de Ensino Superior) nos interiores do Brasil. É omissivo quando não apresenta a importância de IES (Instituições de Ensino Superior) como a FAIT (Faculdade Aliança) na influência direta do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Pois, é claro que os Questionários Socioeconômicos podem ser melhores aproveitados pelo SINAES, quando da Avaliação Institucional, Reconhecimento e Credenciamento de novos cursos. Na prática, hoje, os QSE são realizados de forma esporádica pelas IES (Instituições de Ensino Superior), e ainda, não há total interesse sociocultural e econômico e realizar o levantamento do perfil de cada estudante, ao ponto que venha interferir na permanência e mudança de quesitos analisados pelo SINAES. Entretanto, talvez esse seja o ponto exato que, ainda, falte, para aperfeiçoar as Políticas Públicas, quando da Avaliação e diferenciação da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) com os Grandes Centros Universitários: A importância destas IES (Instituições de Ensino Superior) de se aderir à realidade local e a importância dessas na interferência do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Sendo assim, é importante interpretar também, dados que são realizados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES¹³, a avaliação institucional interna e externa tem como propósito promover o olhar global das Instituições de Ensino Superior (IES)¹⁴, buscando identificar o grau de coerência entre suas propostas educacionais e sua efetiva realização (CONAES, 2004)¹⁵.

Entretanto, podemos afirmar que o objeto de auto avaliação, a pequena IES (Instituições de Ensino Superior), Faculdade Aliança, e sua realidade de influência

¹³ A Conferência Nacional de Educação – CONAE é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. Não obstante, a lei também fornece os parâmetros para as IES, sobre como todos (avaliados e avaliadores) devem se portar diante dos processos avaliativos, visando a imprimir transparência nas avaliações e convergir para os demais mecanismos avaliativos que regulam as atividades e responsabilidades dessas no Brasil (BRASIL, 2004).

¹⁴ Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) MEC / INEP / SINAES e CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior). Anualmente o MEC / INEP publica lista das IES e seus respectivos desempenhos nos seguintes indicadores: desempenho do alunado no ENADE, Indicador de Diferença Entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD), Censo da Educação Superior e CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior). Fonte: BRASIL (2003) e CONAES (2004), as IES que obtêm nota superior a 3 no ENADE são isentas da avaliação externa ou in loco.

¹⁵ Embora os dados do Censo mostrem, em vários momentos, que o ritmo da expansão tende a ser mais ou menos acelerado, com efeitos claros sobre a ampliação de instituições, cursos e matrículas do setor público ou do setor privado, de acordo com as orientações políticas do momento, os dados do QSE funcionam como um complemento importante, permitindo que se perceba com mais clareza e discernimento as alterações ocorridas nos diferentes cursos de graduação nos últimos anos.

na economia regional e conseqüentemente no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), faz-se exemplo para as demais PMEIS, no país, quando buscamos diferenciar e mostrar as dificuldades e a distância, enfrentado por estas IES (Instituições de Ensino Superior), no momento das Avaliações Institucionais, em todos os municípios brasileiros.

Ou seja, diante da concorrência com grandes Centros Universitários, ao apresentarmos a realidade histórica, geográfica e importância social, bem como suas fragilidades técnicas, tendo em vista a omissão de quesitos, como afirma Sobrinho e Balzan (2008)¹⁶, que não são analisados no momento da avaliação, como a influência das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), a globalidade e regionalização, a uniformidade e acima de tudo a omissão da identidade institucional e regional, da FAIT (Faculdade Aliança) passa a ser comparada com as demais de igual realidade, no tamanho e de diferente realidade por regionalização; Contudo, se comparam com as mesmas dificuldades quando não são analisadas de forma diferente dos Grandes Centros Universitários. Daí a necessidade de criar novas regras para PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

- **Problematização**

Faz-se necessário, rever e questionar o formato dos quesitos já pré-estabelecidos, tipicamente fechadas e distante da realidade desta das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), mediante omissão de alguns quesitos, que poderiam diferenciar as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) dos GCU¹⁷. Pois, a característica da norma, obriga tanto as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) quando Grandes Universitários responder de igual valor técnico, conforme sistema e as 10 dimensões impostas pela Lei N.º10.861/04, que na verdade dificultam ainda mais a existência permanente das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) no país.

Sendo assim, é necessário criar quesitos voltados à realidade institucional e regionalização das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior). A

¹⁶ SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (orgs). Avaliação Institucional: teoria e experiência. 4ª. ed.-São Paulo: Cortez, 2008.

¹⁷ Grandes Centros Universitários: O GE - Ensino Superior relata que de 2014 (p.17 e 18), ao realizar uma radiografia das três redes de educação privada superior com capital aberto no país, constatou que os grupos KROTON EDUCACIONAL, ANHANGUERA EDUCACIONAL e ESTÁCIO, caracterizado como Grandes Centros Universitários, envolve 73% das matrículas de graduação em todo país.

necessidade de mudança ou acréscimo dos quesitos que vem diferenciar as PMIES dos Grandes Centros Universitários, assim como das demais Instituições Públicas, no quisto legal do SINAES.

Na visão Pública o sistema de avaliação SINAES/MEC/INEP, codificou as regras de forma a ser igual para todas, indiferente da regionalidade institucional de cada IES (Instituições de Ensino Superior), principalmente das pequenas neste país, conseqüentemente na prática, a realidade é outra, proporciona uma distância de auto avaliação interna e externa real, abrindo uma lacuna enorme, afastando assim da tão sonhada educação apresentada em seus relatos, pelo patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire:

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. (...) para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica. (FREIRE, Paulo. 2001 p. 10)¹⁸

Dando a devida importância ao que foi dito no SINAES e CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) para a implantação da avaliação institucional, na FAIT (Faculdade Aliança), mediante a realidade da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), nota-se a igualdade com as demais pequenas, quando deparou com os métodos, e procedimentos de operacionalização, propostos pelos SINAES, em 2013¹⁹; Ano, em que o governo brasileiro implantou as Universidades, as Faculdades e aos Centros Universitários, adotando avaliações de igual teor pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que na verdade deveria ter diferenciação, ao analisarem as extensões geográficas e socioeconômicas de cada IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança).

O que nos leva a interpretar que a prática fica distante da realidade socioeconômica e do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), quando percebemos que IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), são colocadas no mercado de concorrência desleal, quando são avaliadas de igual peso com os Grandes Centros Universitários, Universidades, além das Instituições à

¹⁸ FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. São Paulo, IPF, Ed. Cortez, 2001.

¹⁹ Diante desta incongruência, as IES, no dia a dia, buscam construir uma avaliação institucional, cada qual a seu modo, realidade e gestão financeira e pedagógica, optando pelos enfoques: burocrático, consultivo ou participativo (CAVALIERI, MACEDO-SOARESE THIOLENT, 2004), que também, não condiz com a realidade socioeconômica e Institucional de cada IES. E, a FAIT não é indiferente ao que ocorrer com a maioria das pequenas IES no país.

Distância. Desta forma, é necessário questionar e analisar a real identidade das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a do objeto de pesquisa. Pois, apesar das dificuldades, podemos entender que essas são de fundamentais interesses sociais, na região que estão instaladas.

Mesmo que sete anos tenham passado, após a publicação da Portaria de Credenciamento N°42, de 11 de janeiro, de 2006 e Portarias de N.º19, 20 e 10, de Janeiro de 2006, de autorização dos dois primeiros cursos (Ciências Contábeis e Administração), da pequena IES-FAIT, percebe-se que sua realidade, não é indiferente às muitas outras faculdades, no centro Oeste Goiano e no Brasil; Principalmente com relação às dificuldades, em vários aspectos, em comum, tais como: competição com os grandes Centros Universitários, evasão escolar, despesas com matrículas, titularização do corpo docente, com relação aos mestres, etc.

Assim sendo, considera-se que seus efeitos não atingem somente o sistema de educação superior, mas têm impactos socioeconômicos que influênciam toda uma geração ou comunidade.

- **O Problema**

Devido à extensão da investigação qualitativa e interdisciplinaridade com as áreas do conhecimento, tais como: educação, avaliação institucional e influências no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), procederam-se à formulação do problema da seguinte forma:

Os requisitos implantados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), através das normas reguladoras pelo SINAES impostos pelo MEC (Ministério da Educação) que avalia a realidade da pequena IES-FAIT, localizada no Centro-Oeste e no Brasil, são prejudiciais à Instituição?

A regionalização e capacidade organizacional da pequena e média IES, Faculdade Aliança, bem como das demais de igual realidade, não são observados nos quesitos da avaliação institucional? Tendo em vista a distante avaliação dos quesitos da Avaliação Institucional interna, realizada e comparada com os grandes Centros Universitários?

- **Justificativa do Estudo**

Apartir da abordagem e averiguação através da pesquisa de campo, com representantes da comunidade local no município de Itaberáí, o qual expõe ponto de vista particular sobre a realidade da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) Faculdade Aliança, contribuir-se-á significativamente para as áreas de conhecimento e melhor análise da realidade Institucional da mesma, ao completar com a CPA (Comissão Própria de Avaliação), realizada em 2013, que se integra com artigos bibliográficos, dados documentais, etc.

E, ao comparar com a realidade de outras PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), de igual realidade, em prol de contribuir como base documental e técnica, em prol de influenciar a formulação e mudanças das Políticas Públicas Educacionais, voltado a análise organizacional, ao imprimir um novo olhar sobre a realidade das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

Conseqüentemente poderá influenciar no surgimento ou modificação dos quesitos e regulamentos impostos pelo MEC/INEP/SINAES, bem como proporcionar as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), uma visão diferenciada da sociedade em geral, na formação de cidadãos mais críticos, cientes de seus deveres e direitos, centralizados em uma realidade real e não imaginária, que poderão constar nos relatórios técnicos, de forma mais humanitária e igualitária.

Ou seja, mesmo que as avaliações sejam analisadas via E-MEC, sistema, as normas podem buscar soluções, em prol da diferenciação entre as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança) e Grandes Centros Universitários, de forma mais humanizada valorizando o sujeito e atos locais, conforme a identidade regional da IES (Instituições de Ensino Superior), no quesito realidade institucional.

De acordo com Sampaio (2013, pg.37),²⁰ as Instituições Privadas no Brasil cresceram muito nas últimas décadas e vêm proporcionando papel importante, ampliando as oportunidades de formação profissional da classe social, principalmente na média e baixa renda. Afirma ainda o autor, que o final do século XX, foi de sobrevivência criativa para IES privadas.

²⁰ SAMAPIO, Helena. Educação e lucro. O setor privado de Ensino Superior no Brasil: continuidades e transformações. Artigo publicado na Revista Ensino Superior Unicamp - Edição nº 4. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>. Acesso em 6/6/2015.

Percebe-se claramente que as IES privadas, aumentaram muito após mudanças das normas, principalmente pós a Diretrizes e Bases (LDB) e reforçada pelas disposições da Reforma Universitária de 1968, na qual o processo acelerou e impôs à educação superior, incluindo as privadas, um novo tipo de avaliação, de forma constantemente, conforme o sistema SINAES/MEC/INEP. No entanto, as avaliações como afirmam Sobrinho (2008), não pode resumir-se a meras visões técnicas e formais, destituídas de ações sociais e de interesse público, regionalizado e pessoal.

Hoje, mesmo diante de um crescimento dinâmico e surpreendente por parte das Instituições Superiores privadas, por meio da criação de Centros Universitários, Cursos Sequenciais, Tecnólogos e Faculdades, com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), podem firmar que ocorre uma diferença enorme na forma como são avaliados e regulamentados a educação superior no Brasil. E, ainda mais se percebe a distorção do conceito de educação superior para o conceito educação de mercado. Ou seja, o número de IES (Instituições de Ensino Superior) aumentou, nas últimas décadas, como afirma Ristoff (2013),²¹ de forma heterogenia: A LDB/1996 ampliou ao Setor Público o investimento a pesquisa e criação de estrutura e regulação de apoio à pós-graduação (SAMPAIO, 2000)²², ao contrário dos Grandes Centros Universitário, que passou a dominar aproximadamente 76% (GES, 2014, p.3)²³, e das faculdades privadas, que não foram obrigadas a investirem na pesquisa e centros científicos. No entanto, a norma, ampliou a capacidade jurídica das IES privadas, dando total liberdade de mercado.

No entanto, mesmo com mudanças no sistema de regulamentação e devido às modificações e mudanças da economia ao longo dos dez anos, podemos analisar um movimento oculto, mas real, no meio uma grande desigualdade, ao avaliar Grandes Centros Universitários Privados e pequenos e médios IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança). O que se percebe é que os grandes investidores de IES (Instituições de Ensino Superior) têm grande vantagem nos quesitos do SINAES e vem aproveitando esse diferencial para promover um verdadeiro leilão de PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no Brasil a fora; Mediante uma avaliação com característica específica e desigual fazendo assim surgiu uma concorrência desleal, chegando a ser massacrante,

²¹ Op. Cit.

²² Op. Cit.

²³ GES - Guia do Ensino Superior. Ensino superior privado: oportunidades e limites para um crescimento sustentável. Artigo redigido por Rodrigo Capelado. Ed. Abril, pg.30-31. São Paulo. 2014.

quando deparamos com Grandes Centros Universitários, com capital aberto (nas bolsas de valores), dominando o mercado e o número de matriculados, com bancos próprios (a onde as mensalidades são financiadas por essas e de custo bem a baixo do mercado), e um aglomerado de investidores próprios, com condições financeiras de qualificar melhor seus docentes, ou até pagar mestres, doutores e corpo administrativo melhor qualificado.

Em contrapartida, percebem-se faculdades isoladas, de pequeno porte, com número de matriculados não chegam a mil e muitas às vezes a distância das Capitais, conforme último levantamento realizado pelo Guia de Ensino Superior (2014),²⁴ podem até ser mais um requisito de dificuldades e isolamento, que vem proporcionando a redução das PMEIS no país; Dependente basicamente das políticas de incentivos do governo Estadual e Federal, com uma série de evasões e dificuldades de contratar mão de obra qualificada, principalmente de mestres e doutores, e tendo que seguir as mesmas regras das Universidades Públicas e os Grandes Centros Universitários, as perspectivas não são de melhoras.

Ou seja, o Superior, ainda, no Brasil lida com duas interferências: O Estado regulador e o mercado da sobrevivência. Nesse meio temos o sentimento educação do Século XI, que arrasta desde o século XXI, na lógica de tempos de sobrevivência e de melhor ser interpretada, em busca de uma lógica racional, mais humana, equilibrada, menos burocrático, com regras mais justas, mais equilibradas e de igual valor mesmo diante da desigualdade institucional. Talvez nessa busca possamos questionar os quesitos e a forma como as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), hoje, estão sendo jogadas a um jogo de interesses, na qual está a cada dia ganhando densidade e rumo próprio, conforme a economia de mercado. O que não deixa de ser um risco a evolução educacional de nosso país.

No entanto, é importante pesquisas de campo e trabalhos como a desenvolvida nesta dissertação, voltada a realidade institucional de PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), tendo em vista a necessidade de teses no sentido de encontrarem novas fórmulas, e projetos que possam incentivar a criação de novas regras, de incentivo à mudança de Políticas Públicas Educacional, principalmente referentes aos quesitos sobre o tipo de Avaliações Institucionais e a necessidade de criar regras que

²⁴ Guia do Ensino Superior: Perfil de 2059 Instituições. Análise Setorial e Artigos e dados Estatísticos de 2014.

diferenciam a realidade das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a Faculdade Aliança, com a dos Grandes Centros Universitários e as Públicas. Sendo assim, mesmo diante das dificuldades internas, da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) é de fundamental importância a formação de projeto que busque a transparência a apresentação da importância dos cidadãos, mediante influência direta no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), por PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

- **Delimitação do Estudo**

Portanto, analisará como a pequena IES (Instituições de Ensino Superior), localizada na região do Centro Oeste Goiano, se equilibra e aceita as normas impostas pelo SINAES, na avaliação organizacional. Trazendo respostas que melhor definem os quesitos de interpretação de sua realidade regional, externa e interna posteriormente, identificando através das CPA (Comissão Própria de Avaliação), em prol do processo avaliativo interno/externo, indutivo/dedutivo (PRODANOV, 2009, p. 140)²⁵.

Ao mesmo tempo, promove a verificação de sua influência socioeconômica, no município e região, com a realização de uma Pesquisa de Campo, com representantes da comunidade local, apresentando através de gráficos a realidade e o perfil da capacidade de crescimento da IES (Instituições de Ensino Superior), além das Avaliações Técnicas, tem-se a análise de mercado, do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e da capacidade de influência na econômica e na sua identidade socioeconômica (SEVERINO, 2007)²⁶.

No entanto, para não desviar do tema central que é produzir um projeto objetivo e preservar seu esforço, buscou-se analisar, os quesitos, basicamente no item mão de obra qualificada e a ausência do quesito influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), da avaliação interna que é operacionalizada pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), localizada no município de Itaberaí, realizada no final do ano de 2013/2014, de cujas

²⁵ PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do Trabalho Científico. Método da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Nova Hamburgo. Freevale, 2009.

²⁶ SEVERINO, Antônio José. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª edição (revista e atualizada), São Paulo: Cortez. 2007, p. p. 14-121.

diretrizes e fundamentos estão versados no SINAES (2009)²⁷ e CONAES (2004),²⁸ na literatura científica específica, assim como de uma Pesquisa de Campo, com entrevistas a representantes em Itaberai, de 8/2013 a 8/2014, demonstrando a importância da pesquisa, ao valorizarmos o objetivo principal que é mostrar a influência desta IES (Instituições de Ensino Superior) na região e no desenvolvimento do IDH (PRODANOV, 2009)²⁹.

- **Objetivo geral**

O propósito do estudo é investigar a omissão de quesitos, cobrados na avaliação institucional, quando do não diferencial de PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) com os Grandes Centros Universitários, impostos pelo SINAES/MEC/INEP.

Traçar um estudo aprofundado a respeito da realidade da FAIT e sua realidade regional, fazendo um comparativo com as demais pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), em prol de incentivar propostas de mudanças, nos quesitos e na forma de avaliar as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), mediante aos despropósitos de omissões verificadas, em função das normas avaliativas existentes, de igual influência Institucional e coletiva;

- **Objetivos específicos**

1. Experimentar através da pesquisa de campo a visão regionalizada de representantes da comunidade local, sobre a realidade da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) e sua importância na economia local;
2. Renovar e aprofundar o debate sobre a importância das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) regional, e de suas ações afirmativas que visam melhorar e capacitar à mão de obra local, mostrando omissões nos quesitos da norma, participando direta e indiretamente das políticas de igualdade governamental, com os objetivos de um Estado Democrático de Direito e à sobre posição ao aspecto meramente técnico da Lei 9.131/95;

²⁷ Op. Cit.

²⁸ Op. Cit.

²⁹ Op. Cit.

- **Hipótese**

A inexistência de requisito básico pela SINAES, que não diferencia as Pequenas Instituições de Ensino Superior dos grandes Centros Universitários, traz uma desigualdade nos momentos de Avaliações Institucionais:

- A necessidade de garantia da igualdade de oportunidades, colocando todos os nomes no ponto de partida, respeitando suas diferenças econômicas, administrativa, capacidade institucional financeira, regional e Influência no Índice de Desenvolvimento Humano;
- Criação de novos requisitos nas avaliações da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), dando ênfase a importância desta no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

- **Metodologia e Procedimento metodológico**

A metodologia utilizada é: Pesquisa exploratória, estudo de caso, bibliográfica e documental; Leitura e fichamento de livros, periódicos, teses de dissertações de mestrado, artigos e publicações; Pesquisa de campo sistemática; Avaliação Institucional direcionada; Interpretação de dados quantitativos e qualitativos.

- **Vinculação a linha de pesquisa**

O projeto proposto possui aderência com a linha de pesquisa Relação Socioeconômica, do Programa DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO – MESTRADO, utilizado como objeto da pesquisa a FAIT (Faculdade Aliança), no Município de Itaberaí, que engloba investigação sobre processos e influência no meio socioeconômico regional, no centro-oeste goiano e normas reguladoras do SINAES/INEP/MEC, no mercado de concorrência das empresas de Ensino Superior.

Por fim, não podemos deixar de citar que a realização deste trabalho de mestrado traz consigo um caráter prático para o desenvolvimento das habilidades da mestranda como pesquisadora. Ao entrar em contato com as técnicas de pesquisa e

estudos de campo, bem como o desenvolvimento de procedimentos metodológicos e científico, com abordagem qualitativa e quantitativa, este deverá se aprimorar, expandindo as possibilidades de produção acadêmica e contribuição para o desenvolvimento das ciências (PRODANOV, 2009)³⁰. Ao término do Mestrado, a acadêmica deverá estar apta a seguir na carreira acadêmica, trazendo novos níveis de titulação e qualidade de trabalhos.

- **Organização da dissertação**

Introdução - procurou-se apresentar os aspectos metodológicos, as motivações e os princípios norteadores, os objetivos, as dimensões e o referencial teórico a ser empregado na explicação do tema aqui estudado.

Capítulo 1 - Avaliação do ensino superior no Brasil.

Capítulo 2 - Metodologia do estudo – discorre detalhadamente, sobre todas as etapas e procedimentos de coleta e análise de dados gerais, de forma dedutiva e qualitativa, com caracterização geopolítica da região, onde a instituição participante do objeto de pesquisa, FAIT (Faculdade Aliança), está inserida, e sua influência na economia regional e nacional.

Capítulo 3 - Discussão: apresenta resultados obtidos pela pesquisa, demonstrando as inferências a partir da leitura e análise de cenário, no Centro Oeste, município de Itaberaí e a importância da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), Faculdade Aliança, na região.

Considerações Finais - apresentam as considerações finais, as percepções do pesquisador sobre o estudo, as limitações do estudo e as principais conclusões a respeito da pesquisa de campo e os problemas abordados por este estudo.

As referências bibliográficas, apêndices e anexos, completam este trabalho e fornecem elementos adicionais para o seu entendimento.

³⁰ PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do Trabalho Científico. Método da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Nova Hamburgo. Freevale, 2009.

CAPÍTULO 1

AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A Educação Superior no Brasil nas últimas décadas vem crescendo muito. Pesquisadores do assunto como Rodrigues Capellato, arriscam em relatar que as IES (Instituições de Ensino Superior) se dividem em quatro ciclos. De 1990 a 1996, as Instituições de Nível Superior praticamente não cresceram, assim como o movimento de expansão das IES's (Instituições de Ensino Superior) privadas e os números de alunos matriculados ficaram estagnados. Já com a publicação da LDB/1996, ocorreu uma mudança de pensamentos e atos que acelerou o processo de privatização, contextualizando uma História de expansão do Ensino Superior, principalmente no ramo da iniciativa privada, que de certa forma foi estimulada pelo governo, após a Lei das Diretrizes e Base³¹.

No terceiro momento, de 2007 a 2012, as Instituições de Ensino Superior, mediante as fragilidades, que em outro momento podemos fazer um levantamento, de um ensino básico e médio instável e distante da maioria dos estudantes, percebe-se que a exclusão é direta e proporcional, tendo em vista uma série de problemas sociais, que ainda, continua à redução no ritmo de crescimento das matrículas, no ensino superior.

Outro fato importante que não podemos deixar de citar é a Lei n.º 13.005, de junho de 2014, que impulsionou o plano de expansão, das políticas educacionais de igualdade, formuladas pelos últimos Governos. A Lei definiu metas com Plano Nacional Educacional da Educação, cujo principal objetivo, conforme Metas 12,13 e 14, de chegar em 2020 com 40%, dos estudantes de 18 a 24 anos matriculados no ensino Superior.

Sendo assim, neste capítulo podemos perceber a forma genérica e fundamentos do PDE (Plano Desenvolvimento Educacional) 2001-2010, bem como da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996 (ao comparar com a LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001), que criou o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação de Institucional de Ensino Superior, pode-se afirmar que são convergentes ao fazer um comparativo, a princípio quando se transcorre a origem histórica do Ensino Superior, nesse trabalho.

³¹ LDB/1996.

RISTOFF (2013, p.3)³², ao buscar apoio no histórico, principalmente na década de 1990, informou o marco de uma profunda transformação no ensino superior do Brasil, tendo como principais características a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a política de incentivo à universalização do ensino superior do país. Pode-se afirmar que é fonte de pesquisa, de fundamental importância na compreensão da evolução da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), assim como no desenvolvimento da pequena IES/FAIT.

Salienta Ristoff, o peso crescente que o setor privado vem assumindo em todas as dimensões, como constatação transformações e crescimento acentuado no número de cursos superiores, principalmente os relacionados às instituições privadas, e de alunos matriculados, cresceram de forma homogênea, após a década de 90. O trabalho de Ristoff destaca alguns aspectos:

Do ponto de vista das instituições, 88% do total pertencem ao setor privado; o crescimento se deu principalmente após a LDB (1996); e a maior parte do total delas (59%) são de pequenas faculdades isoladas que atendem a até mil matrículas (2013, pg.3)³³.

Quando se examinam os cursos no período considerado, a mesma superioridade e quantitativa do setor privado esconde um aspecto importante:

Embora sejam 88% das instituições, 74% das matrículas, o setor privado oferece 68% dos cursos, indicando concentração em áreas de conhecimento que podem ser mais rentáveis e lucrativas. Ou seja, essa concentração contribua para que os país seja mais justo e que sua administração, pública e privada, seja mais eficiente (RISTOFF, 2013, pg.3)³⁴.

Ristoff expõe em sua pesquisa que nos últimos dois anos também registram o crescimento efetivo de matrículas do setor público de educação superior.

Em 2010 e 2011, o número de matrícula foi maior nas IES Públicas do que nas Privadas. Já em 2010, o setor privado cresceu 6,9% e o público, 7,8%; em 2011, o setor privado cresceu 4,9% e o público, 7,9%” (RISTOFF, 2013, p.3)³⁵.

³² RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

³³ Op. Cit.

³⁴ Op. Cit.

³⁵ Op. Cit.

Com efeito, não se deve considerar os lados da pesquisa quantitativa e qualitativa nas transformações relativas ao ensino superior na década de 1990. Ambos têm a ver com o que Castro (2002)³⁶, chama de políticas de expansão e melhoria do ensino superior.

No entanto, considerando que a base das IES Públicas para com as IES privadas possui ordem e grandeza distintas, pela própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e o SINAES, quando analisamos o igual valor e cobrança técnica, com as diferenças de gestão, financeira, e de crescimento que gera volume, de matrículas, insuficientes para indicar uma mudança de tendência em curto prazo entre as duas realidades; Mas, que em longo prazo e de pesquisa comparativa, conforme a de Ristoff (2013, p. 3)³⁷, observou que as diferenças de realidade, influenciam diretamente no crescimento e número de matrículas, e abertura ou não das IES (Instituições de Ensino Superior):

Na década de 1991 a 2001, houve uma diminuição no número de instituições públicas: de 222 para 183, com uma queda da ordem de 17,6%. Já na década seguinte, entre 2001 e 2011, verifica-se um aumento de 183 para 284, o equivalente a expressivos 55,2% de crescimento. As observações da pesquisadora, a partir dos dados do Censo, destacam aspectos quantitativos e qualitativos: “A interiorização das universidades e dos campi também proporcionou uma elevação no número de municípios atendidos por universidades federais: de 114 para 272, com um crescimento de 138%. No mesmo ano, das 88% do total de IES no Brasil são privadas e 63% são IES privadas de pequeno porte (RISTOFF, 2013, p.3)³⁸.

Mesmo diante das diferenças de realidade, entre as IES (Instituições de Ensino Superior), que não são cobradas pela norma, o Sistema de Avaliação do Ensino Superior, implementado pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), evoluiu muito a forma de avaliar o aprendizado no ensino superior. O objetivo não é criticar a avaliação técnica, que melhorou muito nas últimas décadas, mas analisar as omissões, no item realidade regional e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que influencia diretamente no número de matriculados e influência econômica.

Sendo assim, a partir da implantação do SINAES (2010)³⁹, pelo Estado que buscou recuperar seu efetivo papel regulatório, ao estabelecer regras voltadas a

³⁶ CASTRO, Maria Helena. Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: Avanços e novos desafios - Maria Helena Guimarães de Castro. São Paulo, São Paulo. 23,n.1,p.5,jan./jun.2002.

³⁷ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA. -n. 3(jan./jun.2013). -Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012-2013.

³⁸ Idem.

³⁹SINAES - Sistema Nacional de Ensino Superior. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/superior-sinaes>. Acesso em: 25 de dezembro 2014.

regulação do ensino superior no Brasil, tendo como base o rigor da qualidade, principalmente as voltadas a análise técnica, bem como as necessidades sociais resultantes da expansão das instituições de ensino superior, elevando-o a condição de pilar fundamental da Reforma da Educação Superior, conforme PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (2001-2010)⁴⁰. E com isso proporcionou um grande salto na qualidade do ensino.

Porém, quando deparamos com as avaliações técnicas de forma similar, sem fazer a diferenciação entre as IES (Instituições de Ensino Superior), desconsiderando as diferenças regionais e a capacidade financeira de Pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) com os Grandes Centros Universitários e Públicos. É exatamente nesse quesito que as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) estão sendo vítimas de um mercado de especulação, fragilizado a cada ano, mediante os requisitos de não diferenciação, no momento de serem avaliadas. Pois, no primeiro momento ao lançar as respostas, já perdem por serem obrigadas a seguir as mesmas regras aos grandes Centros Universitários.

Atualmente, a avaliação institucional, requerida pelo SINAES/MEC/INEP é a referência básica às atividades de supervisão e regulação do Estado, e as informações geradas no processo tornaram-se determinantes para verificar a 'saúde' acadêmica e administrativa das instituições, como consta no Sistema, no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas)⁴¹:

SINAES: Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (SINAES, 2015).

Conforme é explicado no portal do INEP⁴² (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior é avaliado sobre todos os aspectos:

Que giram em torno dos eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Ele possui uma série de instrumentos complementares: auto avaliação, avaliação

⁴⁰ Lei N.º 10.172 de 09 de Janeiro de 2001. PDE (PLANO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL)-Plano Nacional da Educação. 2001-2010.

⁴¹ INEP. Disponível em: <http://sistemascensosuperior.INEP.gov.br/censosuperior_2014/>. Acesso em: 25 de dezembro 2014.

⁴² Idem.

externa, ENADE, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro).

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

A operacionalização é de responsabilidade do INEP.

As informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas IES, para da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Quando observamos os métodos de avaliação cobrados pelos órgãos reguladores, observa-se a conveniência desses em possuir interesses distintos, pois cada um tem propósitos e contextos diferentes, em face das mudanças no cenário da Educação, conforme as mudanças históricas da Educação no país, após 1996, o Plano Nacional da Educação Superior e LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), exigindo pelo Estado, uma postura mais organizada, técnica e de controle pelo MEC (Ministério da Educação), diante de normas mais regulamentadoras nos critérios de avaliação do ensino superior, até mesmo quando deparam com os quesitos de influência do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) regional e identidade de cada IES (Instituições de Ensino Superior).

De acordo com Maria Helena Castro que presidia o MEC/INEP, na época já sinalizava em seu discurso para a relevância do acompanhamento das IES (Instituições de Ensino Superior) do Brasil, como se observa:

A ênfase em processos de avaliação é hoje considerada estratégica como subsídio indispensável no monitoramento das reformas e das políticas educacionais (CASTRO *apud* SOBRINHO, 2008, p.45)⁴³.

Contudo, faz-se nítido que quando deparamos com os quesitos principais, que expõe os interesses sociais e a influência das IES (Instituições de Ensino Superior), conforme suas realidades regionais, desde a implantação do SINAES, abordados nos regulamentos, na prática, em nenhum momento são vistos como diferenciação nas avaliações de PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e Grandes Centros Universitários ou Públicos. O que proporciona uma competição de mercado injusto e prejudicial às inúmeras Pequenas e Médias Instituições de Ensino Superior no Brasil.

⁴³ CASTRO, Maria Helena. Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: Avanços e novos desafios - Maria Helena Guimarães de Castro. São Paulo, v.23, n.1, pg.5, jan/jun.2002.

Comenta Tavares (2012)⁴⁴, em análise levantadas por Ristoff (2013, p. 6),⁴⁵ que um dos primeiros aspectos a ser destacado é a própria existência e regularidade da coleta de dados sobre educação superior, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁴⁶, pois através de planilhas, quesitos e dados lançados, no país, corpo docente e discente é que o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) tem o perfil das Instituições.

Tendo em vista as inúmeras dificuldades que as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) vêm enfrentando, diante de graus de dificuldades que podem mudar facilmente, que de certa forma resultado das normas impostas pelo SINAES/MEC/INEP, nos últimos anos, sem diferenciação com as impostas pelo GCU e Públicas, quando na verdade essas tem realidade diferenciadas, um estudo foi encomendado pela Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior Privado, (final de 2012, de 2013 a 2014)⁴⁷, em parceria com INEP/MEC, foram levantados dados do Censo do Ensino Superior, ou o mapa das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) privadas do Brasil, que destacou na pesquisa:

Além do número de IES, a representatividade, o índice de avaliação do Ministério da Educação – O Conceito Preliminar de Curso (CPC), o custo operacional, indicadores de investimento, etc. E, Mensura, ainda, o impacto das pequenas e médias IES na economia regional. ABMES (2013)⁴⁸.

Ao analisar a pesquisa da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior), que finalizou no início de 2014, fazendo um comparativo com análise feita por Ristoff (2013)⁴⁹, podemos concluir a importância de maior apoio e mudanças de análises, quanto à realidade das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), principalmente nos quesitos interesse social, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e formas diferenciadas para implantar as avaliações nas pequenas e médias IES (Instituições de Ensino Superior).

⁴⁴ TAVARES, L. Coordenadora Acadêmica do projeto Cadernos do GEA. – n.3 (jan./jun. 2013). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

⁴⁵ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA. - n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

⁴⁶ O nome é em homenagem ao grande educador, Anísio Teixeira, que mediante a visão de longo prazo nos permite hoje contar com instituições como o INEP e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgãos fundamentais para as políticas públicas de educação em nosso país.

⁴⁷ ABMES. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/> Acesso em: 25 dezembro 2014.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA. -n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

É com base nas pesquisas e análise supracitadas, que buscamos como fonte biográfica e documentária, e base ao presente estudo, com o objetivo contribuir na pesquisa de campo, realizada no município de Itaberaí, com o objeto FAIT (Faculdade Aliança), entre 2013-2014; Que tem o mesmo significado que a realizada pela ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior), bem como o intuito de provar o que acontece com a pequena IES-FAIT é de igual e idêntica realidade das demais PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no Brasil.

O questionamento das pesquisas acima mencionadas não é de extinguir, mas de sugerir mudanças, na forma como os regulamentos são impostos às PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e despertar maior atenção a essas, tendo em vista as dificuldades, de maior grau, que estão enfrentando em uma economia de mercado instável e desleal. Sendo assim, o objetivo da pesquisa de campo é acrescentar as regras já existentes, de forma que implantem diferenciações, nos quesitos especiais, no momento das avaliações das IES (Instituições de Ensino Superior) de pequeno porte, nesse país.

Em nenhum momento busca desqualificar a forma da expansão quantitativa sintetizada e organizacional do Sistema de Avaliação do Ensino Superior, conforme afirma Castro (2002, pg.20)⁵⁰:

A reorganização do sistema de ensino superior (Decreto nº. 2.306/97), baseada nos princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando, entre outras, as seguintes mudanças: diversificação institucional, criando novas modalidades jurídicas dos Centros Universitários e das Faculdades Integradas; estímulo à expansão de vagas, conferindo maior liberdade para a criação de novos cursos por instituições não universitárias que se destaquem pela qualidade do ensino medida em avaliações periódicas; garantia dos direitos dos alunos de se informar sobre as condições e o desempenho das instituições, tornando obrigatória a publicação do relatório anual sobre os cursos oferecidos, perfil do corpo docente e infra-estrutura disponível (laboratórios, bibliotecas, etc.).

Ao contrário, é nítida a importância dos itens requeridos, no momento da avaliação. No entanto, o que busca é a humanização e valoração socioeconômica das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), respeitando a identidade individual de cada IES (Instituições de Ensino Superior), não ficando somente ligado as questões técnicas de números, planilhas, relatórios, etc.

⁵⁰ CASTRO, M. H. G. Educação para o Século XXI. O desafio da qualidade e da equidade. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, 1999.

E, com certeza, não podemos deixar de usar e valorizar, como mais uma fonte de pesquisa, a teoria da gestão educacional, debatida por Nelson (2010),⁵¹ à consolidação do sistema de avaliação do ensino superior – mediante implantação do Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como Provão, e do fortalecimento das comissões de especialistas da Secretaria de Educação Superior para a verificação das condições de oferta, a elaboração de novas Diretrizes Gerais dos Currículos de Graduação, que buscam:

A Expansão e melhoria na oferta de cursos; ampliação e integração entre as várias áreas de conhecimento; flexibilização curricular, combate à evasão escolar e ampliação do espaço de decisão do aluno na definição do seu currículo acadêmico.

Atuação e implantação dos sistemas de avaliação, em prol da melhor, oferta, ampliação, flexibilização, combate a evasão, etc, são de grande valor organizacional, também, às PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior). Entretanto, faz-se necessário repensar a forma como essas IES (Instituições de Ensino Superior) estão atuando, em que cenário econômico, região, histórico, capacidade financeira, tempo de existência, condições pedagógicas, capacidade de contratação de mão de obra com titularização elevada, etc. Principalmente em um país resultante de um estado de ditadura militar e de submissão, desde o segundo período de redemocratização, há um modelo teórico desenvolvido por Trow (2005)⁵², que ainda é nítido na prática perceber: “na qual expõe a evolução e Expansão das Políticas de igualdade, compensatórias ou afirmativas, que expõe a educação da elite à de grande massa/Universal”.

Quando levamos a observação de que a maioria das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) é implantada em regiões isoladas geograficamente uma das outras, nas quais enfrentam diretamente grandes dificuldades no ensino, na qualidade e vários problemas técnicos, desde a ausência cultural de pesquisa científica as dificuldades no grau dos matriculados, que vêm do ensino básico e médio (várias dificuldades de aprendizado); Além da carência docentes de mestres, conforme

⁵¹ NELSON, Ionara Bezerra. Geógrafa – Universidade Estadual do Piauí – UESPI; Graduada em Gestão e Supervisão Escolar – Faculdade Santo Agostinho – FSA; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Artigo Disponível em: http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a_gestao_educacional_e_suas_implicacoes_para_a_organizacao_e_o_desenvolvimento_do_trabalho_escolar.pdf Acessado em 24/6/2015.

⁵² TROW, M. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. Berkeley: University of Califórnia, 2005. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>>. Acessado em 24/6/2015.

titularização cobrada pelo MEC (Ministério da Educação); inadimplência e evasão, de infra-estrutura e de logística, etc. podemos afirmar com clareza de que estas IES (Instituições de Ensino Superior) precisam ser analisadas, com maior cuidado e sensibilidade, de forma que a sua influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), local, seja melhor avaliado e levado em consideração.

A pesquisa da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior)⁵³, acima mencionada, expõe que a maioria das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) tem até 3.000⁵⁴ alunos matriculados, em cursos presenciais. E, que essas têm grande representatividade, no Brasil.

A pesquisa relata e demonstra o risco de sobrevivência das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e, conseqüentemente, o potencial prejuízo para o desenvolvimento do País, caso nada seja feito, em busca de alternativas, para reverter esse quadro, em prol da permanência das pequenas e médias IES (Instituições de Ensino Superior) nos municípios que estão instaladas.

Na pesquisa de Ristof (2013)⁵⁵, diferencia somente quando informa que a maioria das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) tem até 1.000 matrículas. No entanto, o Guia de Ensino Superior de 2014, afirma até 3.000 matrículas, conforme a ABMES. Contudo, ao analisar e mediante a pesquisa de campo, realizada nesse trabalho, pode-se definir que Ristoff aproxima mais da realidade, pois ao observar a maioria das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) tem abaixo de 1.000 alunos matriculados⁵⁶. Pois, não é difícil de encontrar IES (Instituições de Ensino Superior) com apenas 200 matrículas, ao elaborar pesquisa.

Mediante a evolução do Ensino Superior, percebe-se que a forma técnica dos métodos impostos pelo Estado, quando interpretamos o Sistema de Avaliação nas IES (Instituições de Ensino Superior), amadureceu. Entretanto, podemos afirmar que surgiram, no decorrer dos atos Institucionais, divergências de organizacionais e de regionalidade que ao longo dos dez anos, vem proporcionando uma série de divergências, que com certeza vem prejudicando diretamente as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior). Ou seja, o fato de não haver diferenciação

⁵³ A associação brasileira de mantenedoras de ensino superior (ABMES) realizou, em parceria com o instituto expertise e com o instituto PHD, uma pesquisa inédita – “diagnóstico das pequenas e médias instituições de ensino superior privadas no Brasil: indicações para a melhoria da competitividade” – que traçou o mais completo retrato, já realizado no Brasil, desse universo.

⁵⁴ A pesquisa da ABMES definiu que dos 63% total de IES, no Brasil, são privadas. E, desse 67% são de pequeno porte que abrangem 23% do alunado, quase 1 milhão de matriculados.

⁵⁵ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

⁵⁶ Guia do Estudante de Ensino Superior.2014.

nas Avaliações das Pequenas com as demais IES (Instituições de Ensino Superior) no país, podem acarretar o fechamento de muitas.

Nessa mesma lógica, volta-se a atenção para realidade da IES (Faculdade Aliança), com o intuito de apresentar e informar que a mesma corre o mesmo risco de extinção. Daí a necessidade de garantir a permanência e a perpetuação desse segmento no sistema educacional, no município de Itaberaí e região, buscando analisar o perfil, conforme a realidade nacional, no sentido de contribuir para novas sugestões e alternativas locais.

Entretanto, sabemos que no universo pesquisado há uma desejável abertura à cooperação, capaz de permitir a atuação da ABMES e de pesquisadores como Ristoff e Sobrinho, como aliados no desenvolvimento dos projetos de interesse das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e, nesse campo, utilizamos a FAIT (Faculdade Aliança), como modelo, e ao mesmo tempo, como experiência para entendermos as reivindicações que muitos empresários voltados ao ramo do Ensino Superior almejam, junto ao Ministério da Educação, mudanças nas políticas públicas, principalmente no formato das avaliações do SINAES, e proporcionar avaliação mais justa, diversidade e de igual direito constitucional.

Diante do interesse das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), 63% das IES (Instituições de Ensino Superior) no Brasil⁵⁷, buscamos aproximar a realidade de pequena IES (Instituições de Ensino Superior), no interior de Goiás, cidade de Itaberaí, Faculdade Aliança, autorizada em 2007, com 7 anos de existência, elaborando possíveis ações a serem implementadas no intuito de garantir a permanência e a perenidade dessas IES (Instituições de Ensino Superior), no Ensino Superior brasileiro.

1.1 Do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)

A Lei N.º10.861, publicada em 14 de abril de 2004, rege as normas do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que integralizou os sistemas de avaliações de forma única, com o objetivo de avaliar o ensino superior e associar os já praticados anteriormente pelas IES (Instituições de Ensino Superior), no Brasil.

⁵⁷ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

O SINAES desenvolveu um amplo sistema de avaliação institucional, que desde a publicação da lei vem superando as avaliações anteriores. De forma técnica, melhor detalhada, mediante a um processo educativo, a missão institucional e Projeto Educacional, Plano de Desenvolvimento Institucional, sobretudo, melhorou as avaliações, de forma ampla nas orientações, de forma mais detalhada sobre a aplicabilidade e execução dos aspectos organizacionais das Instituições de Ensino Superior (CONAES, 2004; SINAES, 2009)⁵⁸.

As IES (Instituições de Ensino Superior) passaram a serem sujeitos e ao mesmo tempo, agentes nas avaliações, voltados à auto-análise, do próprio processo na busca da qualidade e oferta de ensino. Na prática, podemos afirmar que o SINAES ao longo dos onze anos de existência, atingiu o grau de desenvolvimento operacional almejado.

No entanto, como afirma Sobrinho (2008)⁵⁹, na atualidade, percebem-se fragilidades, quando voltamos o olhar as empresas Educacionais de pequeno porte, que deparam com um mercado de competição, de forma desenfreada e sem regras claras, após as LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), quando iguala as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) com as demais IES (Instituições de Ensino Superior) de grande porte:

A necessidade de ampliar seus quesitos, de forma que possibilite uma visão mais ampla das avaliações Institucionais, respeitando quantidade e qualidade de cada IES (SOBRINHO, 2008, p.1-28)⁶⁰.

Antes da publicação do SINAES, as avaliações ocorriam de forma branda, em sala de aulas, por questionários manuais e institucionalmente, de fato, sem muita fiscalização e conforme gestão interna de cada IES (Instituições de Ensino Superior). O MEC (Ministério da Educação) não interferia diretamente nas avaliações, fazia o papel de auxiliar. No entanto, com a regulamentação as avaliações das IES (Instituições de Ensino Superior) ganharam maior profundidade e seriedade no procedimento de avaliação, nas últimas décadas, face sua obrigatoriedade e a utilização técnica pelo sistema E-MEC, como ferramenta básica e imprescindível na reorientação e no processo de reconhecimento e autorização

⁵⁸ Op. Cit.

⁵⁹ SOBRINHO, Dias José; Balzan, Newton Cesar (orgs.). Avaliação Institucional: teoria e experiência. 4ª. ed.-São Paulo: Cortez, 2008.

⁶⁰ SOBRINHO, Dias José. Avaliação da Educação Superior: Avanços e Riscos. Revista Científica Eccos, São Paulo, v.10,n.ESPECIAL, p.67-93, 2008.

institucional, como estratégicas as universidades, Centros e faculdades, condução de melhoria nos aspectos como ensino, pesquisa e gestão (RISTOFF, 2013)⁶¹.

Sobre uma nova perspectiva, a visão da avaliação institucional interna foi instituída com o objetivo de convergir os sistemas avaliativos (interno e externo), como modelo único, capaz de garantir a qualidade do ensino superior, tornando-se um sistema avaliativo global, eficaz e obrigatório, com a missão de solidificar a cultura de avaliação para todas IES (Instituições de Ensino Superior) do Brasil, fazendo valer a avaliação ferramenta principal para permanência das Instituições no mercado.

Segundo Ristoff (2013, p. 3)⁶², compreende-se por qualidade de uma Instituição a competência e capacidade de atender as necessidades modernas do mercado, sem abdicar de suas responsabilidades sociais e científicas.

Sendo assim, a partir de 1997, com a Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, c/c com as Portarias Ministeriais nº 971, de 22 de agosto de 1997, no seu Art. 3º, o MEC (Ministério da Educação) buscou profissionalizar o sistema de avaliação, reconhecendo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) como Autarquia Federal e dando autorização e autonomia como Órgão Federal passando a ser responsável por “organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais, assim como cobrar das IES (Instituições de Ensino Superior) anualmente, a relação dos dados e a IES (Instituições de Ensino Superior) e sobre seu corpo docente e discente, por disquete ou por meio eletrônico. Somente em 2001, por Portaria Ministerial nº 2.517/22/2001, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) passou anualmente, a cobrar das IES (Instituições de Ensino Superior), através da figura do pesquisador Institucional, como interlocutor e responsável pelas informações da IES (Instituições de Ensino Superior) junto ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), por envio do questionário eletrônico.

Desde 2001, até a presente data, as avaliações e o sistema aprimoraram com algumas alterações e inclusões de quadros e variáveis de acordo com as necessidades identificadas durante o processo de coleta do censo. Hoje, quando o assunto é ferramentas de avaliações, não podemos deixar de comentar que é o SINAES evoluiu de forma técnica, que não fica a desejar para nenhum sistema internacional.

⁶¹ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013

⁶² Idem.

Acompanhando essa evolução, não podemos deixar de citar outros que complementam os serviços ofertados ao público como: Sistema de Seleção Unificada (SISU); no Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC); no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Profissional e Emprego (PRONATEC) e no Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Entretanto, mesmo diante da evolução do sistema de avaliação, não podemos omitir a realidade de alguns quesitos, dos formulários e modelos que são enviados as IES (Instituições de Ensino Superior), ou melhor, que deixam de questionar e analisar sobre a real existência das IES (Instituições de Ensino Superior), principalmente à PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), estipulado pelo SINAES.

Nos dizeres de Sobrinho (2000, pg. 95), o SINAES em suas diretrizes propõe-se a discutir o sentido e existência das instituições de ensino superior como Bem público, reconhecendo suas “*funções múltiplas*” na formação de indivíduos e espaço gerador e disseminador de conhecimentos. No entanto, na prática ainda fica distante quando deparamos com relatórios técnicos, codificados e tipificados.

Sendo assim, pode-se inferir que a lógica do SINAES deve ir além da política de controle, de verificação e de regulação, características evidenciadas nas propostas anteriores, extrapola o próprio conceito de avaliação e alinham-se com princípios como emancipação, democracia, ética e identidade, no entanto, ainda falta a humanização e regionalização socioeconômica de cada IES (Instituições de Ensino Superior).

Ristoff (2013, p. 37)⁶³, ao abordar o conceito de avaliação chamam-nos a atenção sobre multiplicidade de significados da avaliação e sua superação de abordagens tecnicistas, nas palavras dos autores: “Ela produz sentidos, consolida valores, afirma interesses, provoca mudanças, transforma [...]”.

Para cada dimensão são divididas em subcategorias, demonstrar a abrangência, complexidade e a diversidade do processo, bem como sua capacidade de se associar com as avaliações externas a que as IES (Instituições de Ensino Superior) são sujeitas, pois o que se busca com esse modelo avaliativo é entender em profundidade as IES (Instituições de Ensino Superior) de forma articulada, global e sistêmica, visando a integrar os sistemas avaliativos do ensino superior (SANCHES, 2009)⁶⁴.

⁶³ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

⁶⁴ SANCHES. Raquel Cristina Ferraroni. Avaliação Institucional. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

No entanto, quando deparamos com as realidades das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como o objeto de pesquisa, as dez dimensões já citadas na prática, apresenta um painel e impasses que a distância da realidade, principalmente quando o quesito é títulos do corpo docente, no item “V”, é quase sempre a escassez de pesquisa, estipulado no item “II”. Daí a necessidade de melhorar ou ampliar quesitos ou subcategorias, diferenciando as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) dos Grandes Centros Universitários, os quais proporcionarão uma avaliação mais justa e igualitária.

1.1.2 Objetivos da pesquisa a complementação à Avaliação Institucional e operacionalização a realidade da IES (Instituições de Ensino Superior)

A Avaliação Institucional, conforme norma já citadas é de fundamental importância, no processo avaliativo pelos regulamentos do SINAIE/MEC/INEP, para buscar metas, objetivos, diretrizes às políticas educacionais, conforme o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) (Plano Nacional da Educação), assim como as políticas internas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), cujo objetivo principal é chegar à qualidade de ensino com excelência e maior número de estudantes com oportunidade atingir o nível Superior.

Conforme o presente trabalho, o objetivo é apresentar falhas no quesito técnico, conforme as dimensões do SINAES de que as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), nas Avaliações Institucionais, através das CPA's (Comissão Própria de Avaliação), ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudante) e Comissões, em vários momentos ficam prejudicadas, tendo em vista a concorrência desleal no mercado do ensino superior nos últimos dez anos. Sendo assim, nesse quesito busca-se apresentar o porquê da realização de uma pesquisa de campo, com o objeto desse trabalho na qual análise e questionamento com ex-alunos e representantes da sociedade local expõem e responde questionários sobre suas opiniões sobre a existência da Faculdade Aliança, no município e a importância na qualificação da mão de obra.

Com uma visão mais técnica, o objetivo é complementar a Avaliação Institucional e confirmar a importância de implantar ou criar mais um quesito, no Sistema Nacional de Ensino Superior, demonstrando a valorização das pequenas

Instituições Superiores, no mercado local e na formação e qualificação da mão de obra, e sua influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). E, despertar o Governo, por sua representação junto ao Ministério da Educação de que as CPA (Comissões Próprias de Avaliação), o reconhecimento de questionários, as avaliações por comissões do MEC (Ministério da Educação), ainda fica muito distante da realidade das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), uma vez em que são condicionados a pensar como se fossem IES (Instituições de Ensino Superior) de grande porte, quando na verdade não o são.

As IES (Instituições de Ensino Superior), em busca de alcançar completar os quesitos solicitados pelo Sistema, conforme quesitos técnicos, muitas vezes são obrigados a camuflar uma realidade que é impossível chegar a curto período de tempo. Temos como exemplo a contratação de mão de obra qualificada, com quesitos de mestres, quando na verdade a maioria das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) está praticamente isolada em regiões que não há mão de obra qualificada, com titularidade de mestre, mas sim de especialistas.

Ou seja, para as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) chegar aos quesitos que é exigido pelo MEC (Ministério da Educação) normalmente tem um custo bem mais elevado, para conseguir manter Professores Mestre (que muitas vezes ficam 1/3 do tempo que outros ficariam em convívio com os discentes), do que os Grandes Centros Universitários, que na maioria das vezes estão nas capitais ou conseguem reduzir, tendo em vista faculdade integradas. No primeiro momento de avaliação as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) já perdem, tendo em vista os quesitos homogêneos, com os Grandes Centros Universitários e Universidades.

O SINAES, em sua constituição previu, no Art. 11, da lei 10.861/04:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes.

Ou seja, as Avaliações com a norma já citadas adquiriu personalidade própria e veio para suprir as dificuldade do próprio Estado em avaliar a grande demanda de proposta no processo avaliativo. As CPA's (Comissão Própria de Avaliação) tem o objetivo de reconhecer e valorizar o amplo processo avaliativo pela comunidade, conforme afirmam, Sobrinho e Balzan:

Constituição das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) para execução da avaliação interna, que segundo as diretrizes do SINAES (2004), devem ser constituídas por representações de todos os seguimentos da comunidade universitária (professores, alunos, funcionários, parceiros, sociedade civil organizada, sociedade de classe e coordenadores) (SOBRINHO e BALZAN, 2008, pg.1-25)⁶⁵.

No entanto, as CPA's (Comissão Própria de Avaliação) têm a meta de organizar e levantar dados, perante as representatividades da comunidade acadêmica das Instituições de Ensino Superior (Docente, Discente, Administrativo e Gestores), sendo que o propósito final é gerar o conhecimento e informações coletivas sobre a realidade institucional nos aspectos acadêmico, técnico e administrativo, a partir de olhares múltiplos para a identificação dos valores instituídos (SOBRINHO e BALZAN, 2003)⁶⁶.

De acordo com a Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, as Comissões Próprias de Avaliação passaram a gozar do *status* de ser o elo entre as IES (Instituições de Ensino Superior) e os órgãos reguladores, valendo-se de diversos dispositivos legais para existir, no Sistema E-MEC, representado pelo Pesquisador Institucional, conforme parâmetro e finalidade, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e proporciona outras providências, a seguir:

Portaria MEC Nº 2.051, de 9 de julho de 2004, regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

SINAES da Concepção à Regulamentação, setembro de 2009. Esta é a 5ª Edição publicada em 2009 e compreende as anteriores e discorre sobre os métodos, critérios e procedimentos das avaliações internas e externas das IES. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Estabelece diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e supervisão do processo de avaliação da educação superior.

Portaria MEC nº 563, de 21 de fevereiro de 2006. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES.

Portaria MEC nº 1.026, de 12 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino Portaria MEC nº 1, de 10 de janeiro de 2007. Aprova o calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES para o triênio 2007/2009.

⁶⁵ SOBRINHO; José; BALZAN, Newton Cesar (orgs.). Avaliação Institucional: teoria e experiências. - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

⁶⁶ SOBRINHO; José; BALZAN, Newton César. Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

Portaria CONAES Nº 106, de 23 de julho de 2004. Apresenta a composição da Comissão Assessora de Avaliação Institucional e suas atribuições. Resolução CONAES Nº 01, de 11 de janeiro de 2005. Estabelece prazos e calendário para a avaliação das instituições de educação superior. Roteiro de Auto avaliação. Destina-se às Comissões Próprias de Avaliação (CPA's) e à comunidade de professores, estudantes e técnico-administrativos das IES brasileiras. Regulamento Geral da Comissão Própria de Avaliação. Regulamenta a ação da Comissão de Avaliação Institucional no âmbito acadêmico e específico de cada IES.

Além dos parâmetros legais e regulatórios, a Comissão Própria de Avaliação interna segue as diretrizes propostas no documento intitulado sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: “Da Concepção a Regulação”, última versão publicada em 2009, pelo SINAES/INEP⁶⁷, conforme as 10 dimensões, a saber:

DEZ DIMENSÕES DO SINAES - Lei nº 10.861 de 14/04/2004; (artigo 3º): Missão e PDI; Política de ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Extensão; Responsabilidade social da Instituição; Comunicação com a sociedade; Políticas de pessoal; Organização e gestão da IES; Infra-estrutura; Planejamento e avaliação; Políticas de atendimento aos estudantes; Sustentabilidade financeira.

CONAES – Diretrizes para Avaliação; • Comunidade Acadêmica; • Sociedade em Geral; • Avaliação é um Processo Permanente Envolve toda a Comunidade.

Nas palavras de Ristoff (2013, p.59)⁶⁸, a avaliação deve ser um “*empreendimento coletivo*” que busque compreender os “*sentidos múltiplos*” e até mesmo contraditórios dos processos relacionais que produz. Para tanto, as comissões operacionalizam a avaliação institucional interna, relacionando-se com planejamento, preparação, execução das pesquisas, coleta de dados (quantitativo e qualitativo), sensibilização e publicitação dos resultados.

No entanto, quando buscamos completar o círculo das Avaliações nas PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), principalmente as isoladas, percebemos que ocorre uma série de dificuldades que impossibilitem as IES's (Instituições de Ensino Superior) de pequeno, prejudicando-as já no primeiro momento: Sustentabilidade Financeira, Política de ensino e Pesquisa, Evasão, quadro de professores com pouca titularidade-distante da realidade solicitada pelo INEP/MEC/SINAES.

⁶⁷ Op. Cit.

⁶⁸ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA,UERJ,LPP,2012-2013.

1.1.2 Interpretação dos Quesitos do SINAES com a Realidade Institucional Interna e Externa das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) Brasileiras⁶⁹

Quando analisamos os quesitos do SINAES, sendo aplicadas para avaliar as IES (Instituições de Ensino Superior), principalmente as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), primeiramente devemos analisar a continuidade dos órgãos reguladores, tais como abaixo:

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) - criada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, complementada pela Portaria MEC (Ministério da Educação) nº 2.051, de 09 de julho de 2004, veio para instituir e regulamentar os procedimentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), assim como colocar em prática a fiscalização e implementação de todas as CPA's (Comissão Própria de Avaliação), de cada Instituição Superior no Brasil.

Sendo assim, podemos definir conforme a sequência de cada uma:

- a) MEC - Ministério da Educação;
- b) INEP - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira;
- c) SINAES - Sistema Nacional de Ensino Superior;
- d) CONAE - Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior;
- e) CPA - Comissão Própria de Avaliação de cada IES;
- f) A princípio faz-se necessário a cooperação entre os sistemas, previsto no Art. 211, da Constituição Federal:

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a incumbência da União, descrita no Artigo 9º, inciso VIII, da referida lei, de “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.

Ou seja, é importante o papel do Ministério da Educação que através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), conforme norma do SINAES conduz todo o processo de Avaliação Institucional da Educação Superior no país, dos cursos de graduação, do desempenho acadêmico de estudantes, da gestão, do corpo docente e administrativo, conforme as dez dimensões supracitadas.

⁶⁹ MEC/INEP/SINAES (2010).

Não podemos deixar de citar o artigo 7º, da Portaria MEC (Ministério da Educação) nº 2.051, que tem a finalidade de conduzir os processos internos de avaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito desta Universidade, na qual busca desenvolver, em cada IES (Instituições de Ensino Superior) os levantamentos dos quesitos a seguir: a política para o ensino, para a pesquisa, para a pós-graduação, para a extensão e para as respectivas formas de operacionalização, incluindo os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, às de monitoria e às demais modalidades; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal e as carreiras dos corpos docentes e técnico administrativo; a organização e a gestão da instituição, especialmente, o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; infraestrutura física; planejamento e avaliação.

Na atualidade, as organizações das CPA's (Comissão Própria de Avaliação) são previstas pela norma do SINAES, conforme legislações citadas que define a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, bem como a ampla divulgação da composição da CPA (Comissão Própria de Avaliação) e de todas as suas atividades, bem como os requisitos a serem colocando nos questionários, Via sistema E-MEC.

Entretanto, a avaliação institucional interna não prescinde apenas da coleta de dados ou de controle do processo, pois, quando realizada, exerce “funções múltiplas”, sua metodologia deve propiciar uma ampla reflexão sobre a IES (Instituições de Ensino Superior), os objetivos, os resultados, e os efeitos esperados ou não dessa avaliação (RISTOFF, 2013, p.117)⁷⁰.

Ocorre que, muitas vezes, a realidade Institucional, principalmente as pequenas PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), isoladas não tem esse mesmo pensamento, apresentado no parágrafo anterior, temem em expor a realidade institucional e prejudicá-las, ainda mais diante de um sistema homogêneo que não aceita fragilidades de diferente Instituição. Ou seja, a IES's

⁷⁰ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

(Instituições de Ensino Superior) tem que seguir o modelo padrão imposto pelo SINAES e não o MEC (Ministério da Educação) avaliar e definir o padrão que IES (Instituições de Ensino Superior) pode chegar a apresentar ou desenvolver.

Mas, mesmo assim, é importante a atuação das CPA's (Comissão Própria de Avaliação) que elaboram os instrumentos avaliativos (quantitativos e qualitativos) com base nas políticas preconizadas pelos SINAES às instituições.

Conforme Sobrinho nos objetivos do processo avaliativo e sempre com vistas a implantar uma cultura avaliativa transformadora, democrática, independente e esclarecedora de modo que envolva toda comunidade acadêmica e constatar com as dimensões versadas no SINAES (SOBRINHO, 2000)⁷¹.

Sendo assim, é importante alertar que muitas vezes esse processo, passa a ser um pouco fechado e amarrado, tecnicamente, uma vez que os quesitos devem seguir a risco as dez dimensões do SINAES. E, nessa Avaliação que se faz necessários à diferenciação nos quesitos, de forma qualitativa e conforme a realidade das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança).

1.2 Do Plano de Desenvolvimento da Educação

Quando se fala sobre o PDE (Plano Desenvolvimento Educacional), é importante analisarmos o contexto histórico de como a Educação Brasileira ficou órfã sem o plano. À CF/88 em seu Art. 214, que determina: I) à erradicação do analfabetismo; (II) à universalização do atendimento escolar; (III) à melhoria da qualidade do ensino; (IV) à formação para o trabalho; e (V) à promoção humana, científica e tecnológica do país.

Somente após a CF/88, Art.214 c/c com Publicação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB/96, é que podemos entender a evolução das normas e planejamento na educação, na qual resultaram da publicação da Lei que posteriormente foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, com vigência de 10 anos.

⁷¹ DIAS SOBRINHO, José . Universidade em Foco. Reflexões sobre a Educação Superior. Avaliação (Campinas) , Campinas, v. 5, n.1, p. 61-62, 2000.

Entende-se que o PDE (Plano Desenvolvimento Educacional) é um documento das políticas público educacional brasileiro em todos os níveis governamentais, cujo um diagnóstico é feito a cada 10 anos da educação no país e a partir deste, apresenta princípios, diretrizes, prioridades, metas e estratégias de ação para enfrentamento dos problemas educacionais do país.

Ocorre que, o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) (Plano Nacional da Educação), passou a ter solidez há a aproximadamente 15 anos, após a CF/88. E, na maioria das vezes foi centralizado pelos governos brasileiros, ou seja, nunca foi colocado em pauta para todas as sociedades, sem nenhuma parte ou participação, dos setores sociais envolvidos como a educação.

Historicamente, o PDE (Plano Desenvolvimento Educacional) iniciou sua pesquisa e projeto de aplicação na década de 1920-1930, período Vargas. Havia idéias e movimentos da educação, por grupos bem seletos, que sempre buscou e lutou pela realização de um plano da educação. Dessa ideia surgiu em 1932 um documento que sintetizou as necessidades que a educação precisava melhorar. Entretanto, somente em 1934, artigo 150 da CF/34, é que apareceu a primeira referencia sobre PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional), de forma vaga.

Contudo, somente em 1962, no período de uma política rumo à ditadura é que surgiu o primeiro Plano Nacional da Educação, em cumprimento da LDB/61. Somente na CF/88, Artigo 214, que podemos afirmar a realização do segundo e mais claro PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional). Nesse plano a comunidade educacional pôde claramente vivenciar regras bem mais definidas e sólidas que as normas anteriores, visando várias integrações e interligações de ações do Poder Público, em todas as esferas.

Desde a publicação do PNA, em 2001, novos projetos e formas de avaliar as próximas diretrizes e metas foram realizados pelo Governo, inclusive a descentralização da responsabilidade do Estado para a sociedade, que na verdade somente nos tempos atuais é que estamos começando a sentir o efeito.

Segundo Hadd (2008)⁷², em seu comentário que afirma sobre o balanço do Plano Desenvolvimento da Educação, 2001/2010, que não podemos deixar de transcorrer que o plano foi resultado de políticas públicas com uma visão mais renovadora, cuja missão se pautou na reestruturação da política da educação superior nacional pela articulação de dois princípios: democratização do acesso

⁷² HADDAD, Fernando. PNAD, 2008. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult105u8716.jhtm?action=print>. Acesso em 23 de Julho, 2015.

associada à justiça social, aumentando o contingente de estudantes menos favorecidos economicamente.

Nesse renovo, não pode deixar de afirmar que: A Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em Brasília de 28 de março a 1º de abril de 2010, que mesmo diante da resistência de grande parte dos representantes, dos municípios e estados, mediante duras críticas, foi possível sair às diretrizes que deram origem ao Plano Nacional de Educação (PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional)) de 2011.

Foi a partir dessa conferência, iniciou-se uma nova versão para educação brasileira, nos últimos dez anos, cujo acompanhamento e avaliação do plano, PDE (Plano Desenvolvimento Educacional) de 2001, em 2009, conforme artigo 1.º passou a incluir a participação de todos os sistemas educacionais para elaboração de um novo Plano que provocou a iniciativa de conferências municipal e intermunicipal, debates e emendas posteriores, redigiu-se um documento final - Plano Decenal Nacional de Educação 2011-2020 – no qual se faz importante documento para definir, conforme a Lei N.13.005/2014, e discutir as políticas públicas de Estado e do Novo Plano Decenal Nacional de Educação 2011-2020 (PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional)).

Sobre as metas do PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) 2011-2020, voltadas ao Ensino Superior podemos afirmar que foram definidas nos itens a seguir:

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta; *Meta 13:* Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores; *Meta 14:* Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores (PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) 2011-2020).

Desde a publicação do PDE (Plano Desenvolvimento Educacional) - 2001/2010, o foco na Educação Superior, principalmente nas avaliações e fiscalizações do nível as IES (Instituições de Ensino Superior) têm aumentando constantemente, inclusive a interferência do Estado no nível dos cursos, através das Avaliações Institucionais que mudaram muito a forma técnica de fiscalizar e avaliar.

O círculo de mudanças no cenário brasileiro sobre a Educação Brasileira, sobretudo na Educação Superior, iniciou-se com a CF/88, caracterizando a década da educação, iniciada em 1997, ano do II CONED - que resultou na Proposta da

Sociedade Brasileira para o futuro PDE (Plano Desenvolvimento Educacional) e encerrando-se em 2007, ano em que o governo Lula anunciou o PDE 2007-2022, cujo foco foi a melhor gestão em linha com o seu plano de governo para área da educação. Foi assim, renovador ao contrário que o governo FHC vetou que inviabilizassem muitos planos voltados à educação. Entretanto, alguns projetos ao longo de dois governos, Lula foi muito proveitoso e de crescimento, que com certeza na prática percebemos a evolução, principalmente no Ensino Superior, a onde foram o maior período de crescimentos de IES (Instituições de Ensino Superior) particulares e públicas, principalmente as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003), a prioridade foi à taxa de analfabetismo, voltado ao ensino básico. No entanto, o PDE (Plano Desenvolvimento Educacional) iniciou em 2001, e nesse período a expansão do setor privado, em coexistência com o público, as Universidades com as funções ensino, pesquisa e extensão como núcleo estratégico do ensino superior, cresceu a reflexão e da pesquisa o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade; e o exercício de suas funções como diretriz básica de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial da Educação superior, com papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados, assim como preparar seus professores. E, as faculdades, Centros Tecnológicos, e Institutos passaram a atuar de forma mais direta na comunidade acadêmica e no mercado, sendo avaliados com a mesma força e requisitos técnicos, conforme o SINAES/MEC/INEP, que as Universidades Federais e Institutos⁷³.

A Lei nº 10.172 de 2001, definiu que as novas regras sejam consideradas pelo MEC (Ministério da Educação) na formulação do Plano de Desenvolvimento Educacional, como ocorreu com o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) 2011-2020, com novas propostas de implementação das políticas públicas educacionais, melhor definidas e tecnicamente diretas, utilizando-se a via auxilia na ação dos planos já definidas pela lei anterior e melhor direcionadas nos próximos planos. A cada análise dos planos se aderem à realidade das normas e instrumentos

⁷³ No período do PDE-2001/2010, a expansão do Ensino Superior seguiu a linha que dispõe a Constituição de 1988, (art.205, 206, 207, 209 e 214 que estabelece o Plano Nacional de Educação, e notadamente a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI visão e ação. (UNESCO, 1998), no título referente à Missões e Funções da Educação Superior.

sociais, concepções, ações voltadas ao ensino superior, respeitando os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Hoje, temos no principal instrumento de planejamento educacional de longo prazo, o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) - Plano Nacional da Educação, definido e determinado constitucionalmente e caminhando para sua nova edição com o PDE 2011-2020.

Faz-se necessário valorizarmos também análises na observação de alguns indicadores de desempenho para a educação nacional produzido através de dados oferecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, extraídos diretamente dos sítios dessas organizações do MEC/SINAES/INEP.

Também é importante, analisar o referencial teórico de políticas públicas, no PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) e de pesquisa incluindo Programas como: PROUNI (Programa Universidade para Todos) que foi criado por influência das políticas públicas, dos últimos dez anos, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com o objetivo de estabelecer que as instituições beneficiadas por isenções fiscais concedam bolsas⁷⁴ de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção:

O Programa é voltado a 34% estudantes matriculados em IES privadas; de baixa renda, professores da rede pública, portadores de necessidades especiais, pardos, negros, índios autodeclarados, além daqueles que se encontra em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, conforme direitos já contidos na CF/88.

Outro programa que deve ser preservado é o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999, para substituir no âmbito das políticas públicas concebidas para democratizar o acesso à educação por meio da valorização do mérito do estudante. Sua relevância social sustenta-se no propósito de atender, de forma geral, estudantes desprovidos de recursos financeiros ou pertencentes a um determinado grupo étnico.

O FIES (Programa de Financiamento Estudantil) nos últimos meses, vem passando dificuldades em cumprir o que está na lei. A imprensa divulga as

⁷⁴ As bolsas podem ser fornecidas: integral, parcial de 50% ou parcial de 25%, a candidatos selecionados por meio do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), utilizando como critério, a classificação do candidato no Enem aliado ao seu perfil socioeconômico: egressos de escola pública com renda familiar per capita de até 3 um salário mínimo e meio para bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial de 50% (HADDAD, 2008).

dificuldades de estudantes de todo o país e áreas de graduação, a dificuldade em realizar as inscrições no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), na internet não conseguem fazer inscrição, no programa de gerenciamento do benefício, e recebem a informação de que não há mais vagas para o curso na instituição de ensino que cursam.

Mesmo com o avanço do PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) 2001-2010, e as perspectivas do PDE 2011-2020, as inovações do SINAES e políticas públicas melhores definidas, conquistadas nos últimos vinte anos⁷⁵, pelo que tudo aparenta, crise governamental, corrupção, aumento dos juros, mudanças nas políticas Educacionais referente a empréstimos e financiamento estudantil, definidos por lei e conquistados ao longo de anos, corre o risco de redução.

O governo, em meio à crise do FIES (Programa de Financiamento Estudantil), deixa claro o retrocesso aos direitos já adquiridos no governo FHC (PSDB) e ampliados nos governos de Lula e Dilma (ambos do PT). Ou seja, faz parte do pacote de medidas e do ajuste fiscal deste governo. Entretanto, coloca em dificuldade milhares de estudantes e Universidades e Instituições do Ensino Superior, principalmente a PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

Nesse conjunto, o referencial teórico, o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDOC), que é destinado a financiar a graduação de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições privadas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC), passa por momentos de instabilidade.

Resta averiguar o resultado da norma, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, fez entrar em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE (Plano de Desenvolvimento Educacional)) 2014-2024 – o segundo PNE (Plano de Desenvolvimento Educacional) aprovado por lei - Tem a responsabilidade, conforme Art. 214 da Carta Magna a implantação. Essas são as ações que deverão conduzir aos propósitos expressos no papel de aperfeiçoar os objetivos, articular o sistema nacional de educação, incluindo o Ensino Superior, metas, estratégicas, etapas, modalidades.

⁷⁵ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

Art. 214 da Constituição, quais sejam: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Ou seja, cabe a sociedade, ao longo de 27 anos de constituição, nesse momento de mudanças e turbulências socioeconômica que o Brasil vive buscar melhor orientar o estudo do PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) 2014-2024, no sentido de encontrarmos um plano que melhor define a Educação Brasileira, e como o nosso foco é Educação Superior, que no plano que se discute, via todas as esferas do governo e da sociedade, de forma plena, pela primeira vez na história da Educação, cabe a cada cidadão sugerir metas e objetivos que vem de encontro com o renovo e novo, em prol do bem comum de todos, via debates, sugestões, propostas.

1.3 Expansões das Universidades e Faculdades Privadas

O ensino superior privado, no país, desde o século XX, vem sendo objeto de resistência governamental e de mercado, mediante o Ensino Superior Público. Sua origem baseia no século passado, a onde foi citado pela primeira vez, na Constituição Federal de 1891, período da República, que de forma branda, propiciou uma suposta realidade de mercado e na CF/88 que, definitivamente reformulou todo o principio da liberdade de mercado, mantendo o ensino superior livre à iniciativa de mercado, desde que respeite as normas reguladoras e as diretrizes da educação do Estado.

O número de universidades privadas, instituições privadas e autônomas, com oferta variada de cursos, aumentaram desconsideravelmente, chegando a 75%, do mercado, nas últimas décadas⁷⁶.

No período do regime militar as Universidades ficaram paradas diante da repressão militarista. Já as IES (Instituições de Ensino Superior) privadas até então, não havia muita iniciativa, desde a década 60 e no período militar, ainda, vivenciava

⁷⁶ RISTOFF, Divo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Caderno do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA,UERJ,LPP,2012-2013.

uma fase de repressão da norma. Somente após um longo período de adaptação e reativação da economia, entre os anos 1980 a 1988, que as IES (Instituições de Ensino Superior) de Instituições públicas e privadas traçaram um novo caminho. De 1988 até 1996, cresceu de forma lenta, mas mesmo assim, o número de IES privadas triplicou principalmente as Instituições maiores e autônomas, que passou a ter vantagens na disputa de mercado.

O que se percebe com a publicação da CF/88, é que as IES privadas ganharam uma liberdade maior, na atuação de mercado, com o surgimento do princípio de autonomia para as universidades. Pois, foi definido um instrumento importante para o setor privado. Foi exatamente com a constituição que ocorreu antigo Conselho Federal de Educação (CFE), que de uma certa forma enterrava a evolução das privadas, passando diretamente para o MEC (Ministério da Educação), de forma mais direta e livre.

A partir da década de 1990, as IES privadas passaram atuar de forma mais agressivas, e as que mais cresceram foram as regiões Norte e Centro-Oeste, que tiveram o maior número nas redes privadas, especialmente em IES (Instituições de Ensino Superior) de pequeno porte e no interior de cada estado.

No entanto, podemos afirmar que a grande virada para as IES privadas foi a publicação Decreto N.º 2.306,⁷⁷ de 19 de agosto de 1997, no art. 1º, que liberou as entidades mantenedoras para assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil e comercial, e quando constituídas como fundações serão regidas pelo Código Civil Brasileiro (art. 24). Hoje, após a publicação do Decreto, quase 18 anos após, praticamente 66% por cento das IES (Instituições de Ensino Superior) são privadas de direito privado, chegando ao total de 2.416 IES privadas de ensino superior no Brasil, com finalidade lucrativa.

O setor privado, do Ensino Superior, de forma dinâmica cresceu e atingiu a demanda de mercado, chegando até 800% o número de matrículas, bem acima das IES públicas que no mesmo período, de 1960 a 1980, atingiu somente 500%, na rede pública.

⁷⁷ DECRETO N.º 2306, DE 19 DE AGOSTO DE 1997, ao art. 1º, revogado pelos DECRETOS Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001 e DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006.

Voltamos ao crescimento, também, das federais, conforme pesquisa de Ristoff (2006)⁷⁸, define-se que as Universidades e Campus Federais, de 2003 a 2011, foram favoráveis ao crescimento de aproximadamente 111% nas ofertas de vagas no mercado. Nessa mesma linha de desenvolvimento e lapso temporal, com os cursos de graduação presencial, as Instituições Federais de Ensino (IFE's)⁷⁹ passaram de 109.184 para 231.530 matriculados, ou seja, 11.8%, do dobro do aumento que as IES's privadas, de 2009 para 2010.

Contudo, Ristoff (2013), relata que através de pesquisa realizada pelo Censo Superior da Educação, MEC/INEP⁸⁰, constatou que o número de docentes existente, nas federais, entre 2003 e 2012, passou de 49.851 para 71.247, representando uma taxa de crescimento aproximada de 43%. Ou seja, é nítido perceber o crescimento do número de docentes, que leva a compreender a busca pela estabilidade dos professores efetivos, qualificação, compromisso com o ensino, desenvolvimento da pesquisa e extensão, bem como o aumento de vagas/matrículas, também, nas IES Federais. Nas particulares também não ficaram a desejar. Como expressa Ristoff (2013),⁸¹ esse fato é consequência da:

Autorização de 21.786, novas vagas docentes e a conseqüente redução de 64% de docentes substitutos. Esse movimento pode ser compreendido como uma estratégia para qualificar o ensino na educação superior, uma vez que a contratação de professores efetivos garante a constituição de um coletivo mais comprometido com o ensino.

Em resumo, entende-se que com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e interferência direta das dez dimensões do SINAES, as normas reguladoras do MEC (Ministério da Educação) proporcionou as IES Federais maior investimento, no aumento de vagas para professores titulares, conseqüentemente abertura de novas Universidades Públicas e IES Privadas, que proporcionalmente aumentaram o número de vagas/matrículas nas IES's (Instituições de Ensino Superior).

⁷⁸RISTOFF, Dilvo. GIOLO, J. Educação superior brasileira.1991-2004, Rio de Janeiro. Brasília: INEP,2006.

⁷⁹ Ristoff, afirma Ristoff que análise da qualidade dessa expansão poderia ser feita por muitos indicadores. No entanto, pode-se inferir, pela expansão do número de docentes, técnico-administrativos e recursos, que a mesma não foi prejudicada, pelo ponto de vista quantitativo.

⁸⁰ MEC/INEP: Censo da Educação Superior 2010. Brasília, outubro de 2011. Pesquisa realizada por Dilvo Ristoff. Cadernos do GEA. -n.3 (jan./jun. 2013). - Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012-2013.

⁸¹ RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Cadernos do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

No entanto, o que percebemos ao longo dos últimos 21 anos, conforme pesquisas de Ristoff (2013)⁸² e da ABMES (2012-2013),⁸³ que o crescimento de vagas é proporcional ao número de matrículas, ofertadas pelas Universidades Federais e demais Públicas, bem como a melhoria e qualificação do corpo docente.

Hoje, mesmo diante do crescimento das Públicas, é nítido perceber que após a publicação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o número de IES privadas aumentou muito, que atinge 88% do mercado do Ensino Superior.

O Censo da Educação Superior realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) registrou, em 2011, a existência de 2.365 IES (Instituições de Ensino Superior). Destas, 284 são públicas, sendo 103 federais, 100 estaduais, 71 municipais. As demais 2.081 instituições pertencem ao sistema privado, representando 88% do total (RISTOFF. 2013)⁸⁴.

Das IES's privadas, 63% são consideradas IES's de pequeno porte, como a FAIT (Faculdade Aliança), na qual tem o menor número de matrículas no mercado, tendo em vista uma série de dificuldades para se manter no mercado, por não conseguir atingir requisitos, como a qualificação de professores e equilíbrio na gestão financeira, de acordo com os regulamentos solicitados pela norma do SINAES.

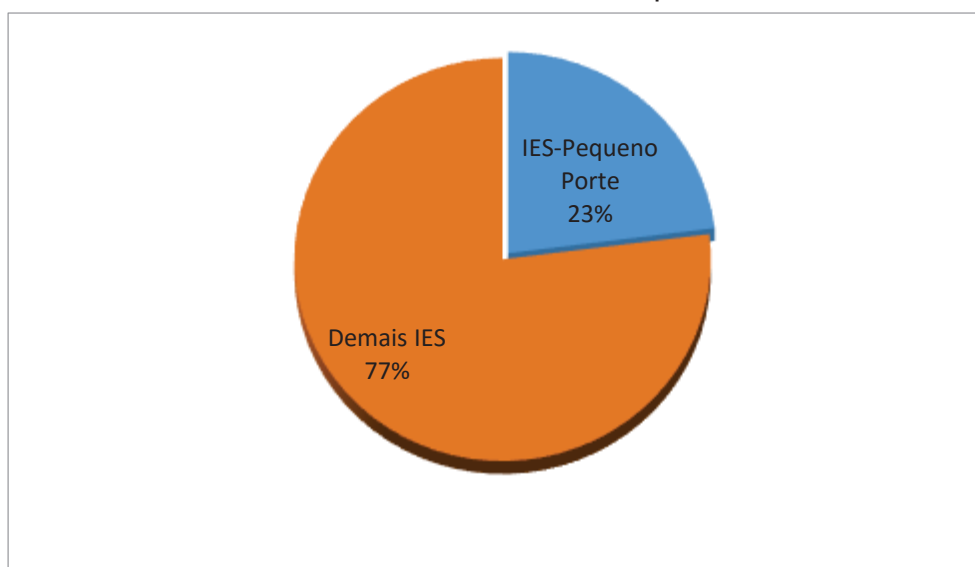
Conforme gráfico de nº 1, abaixo, a distribuição das matrículas por porte de instituição, de acordo com as IES privadas, no Brasil, em 2012, caracterizou diante da evolução dos ingressantes em cursos presenciais, de 2008 a 2012, conforme as seguintes porcentagens a seguir:

⁸² Idem.

⁸³ ABMES - Associação Brasileira de Ensino Superior. -Ano 29, n.41(Mar.2014)-Brasília: ABMES Editora, 2014, v; pg.19-2000.

⁸⁴ RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Cadernos do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

Gráfico 1 - IES Privadas e de Pequeno Porte



Fonte: ABMES/INEP-MEC, pesquisa feita pelo Instituto Expertise (2012)

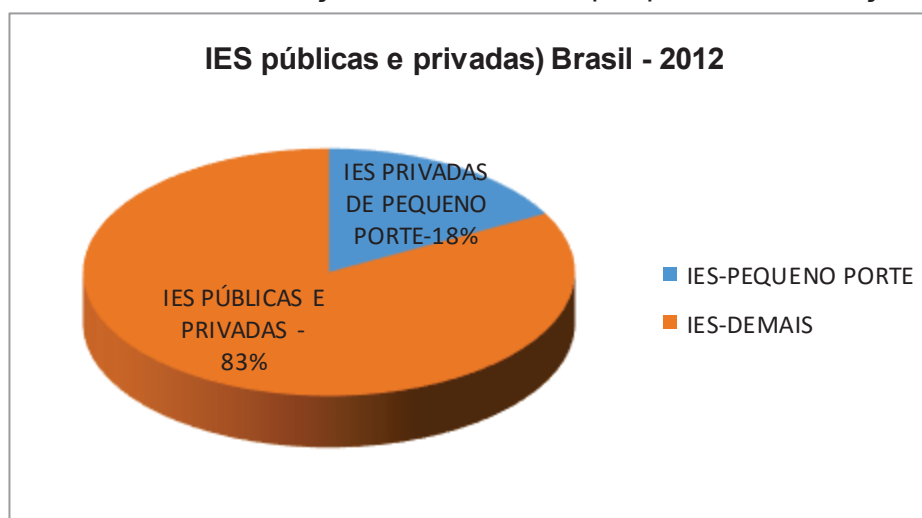
Observamos que a pesquisa de Ristoff (2013)⁸⁵, combinada com a pesquisa de campo da Associação Nacional dos Mantenedores de Ensino Superior, através de levantamento feito pelo Instituto Expertise, em (2012-2013), por solicitação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) são unânimes em afirmar que as Pequenas privadas têm 23% por cento das matrículas e os demais IES privadas 77% por cento, de vagas/matrículas, a maioria estão com Grandes Centros Universitários privados. Ou seja, os 88% por cento do mercado de IES's privadas, 77% das matrículas estão com os GCU e 23% por centos estão nas PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

De acordo com pesquisa da ABMES (2014)⁸⁶, as PMIES privada, apresentaram queda de 15% no número de ingressantes. Já em 2012, a última pesquisa levantada, tinha 18% por cento de matrículas, quando as demais IES's privadas e Públicas atingiam 83% do mercado. Sendo assim, mediante análise detalhada, podemos afirmar que, hoje, as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) continuam perdendo mercado, indiferente de ser a maioria, no país, conforme gráfico 2, a seguir:

⁸⁵ RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Cadernos do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

⁸⁶ ABMES - Associação Brasileira de Ensino Superior. -Ano 29, n.41(Mar.2014)-Brasília: ABMES Editora, 2014, v; pg.19-2000.

Gráfico 2 – Distribuição das matrículas por porte de instituição



Fonte: Site da ABMES (2014), pesquisa feita pelo Instituto Expertise (2012-2013).

Nos últimos dez anos, 2005 a 2015, as pequenas IES, aumentaram em número, no entanto vem presenciando uma fase de evasão no número de alunos. As vagas, hoje, estão maiores que o número de matriculados. Outro fato que coloca as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) em desigualdade no mercado do ensino superior, conforme últimos fatos e a concorrência rápida e crescente do investimento privado no ensino superior no Brasil por meio de grandes redes educacionais (Grandes Centros Universitários)⁸⁷, a maioria de caráter internacional, na qual tem provocado mudanças profundas no âmbito do próprio setor privado, principalmente nas pequenas e proporcionando novas questões problemáticas, com relação a concorrência desleal no mercado do ensino superior. Situações novas, que influenciam de forma negativa, diretamente na sobrevivência da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

⁸⁷ O Grupo Kroton, está em 438 cidades, 53 Campus Presenciais (38 municípios), 487 Pólos EAD(1) (434 municípios), 804 Escolas Associadas de Educação Básica, 405 cidades (585 mil alunos de graduação, 41 mil alunos de pós-graduação)= 626 mil alunos no ensino superior.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA DO ESTUDO

2.1 Métodos de Estudo e Caracterização da Região Centro Oeste Goiano

O presente estudo realizou uma pesquisa de campo exploratória com fins descritivos, na Região Centro Oeste, Microrregião de Anápolis, cujo objeto foi a IES's de pequeno porte, FAIT (Faculdade Aliança).

Quanto aos meios para a realização da pesquisa escolheu-se o método do estudo de caso, que de acordo com Severino (2008, p. 121)⁸⁸: “É uma pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos” e de documentação, entrevista, entrevistas não diretivas, entrevistas estruturadas, história da Faculdade, e observação de questionários feitos aos ex-alunos e representantes da IES (Instituições de Ensino Superior), buscamos os procedimentos que serviram de mediação e fonte de pesquisa (SEVERINO, 2008, p.124-125)⁸⁹.

Este estudo em particular tomou como referência o caso da pequena IES, do interior goiano, FAIT (Faculdade Aliança), que se acredita ser considerada análoga às demais regiões de todo o Centro-Oeste e do país.

A metodologia, conforme Severino (2008, p.124-125),⁹⁰ utilizada para a realização do presente trabalho, sendo o método dedutivo-indutivo, mediante procedimentos técnicos de pesquisa que compreendeu às seguintes etapas: a) - O primeiro tópico para este trabalho foi realizado uma ampla pesquisa bibliográfica, com o propósito de estabelecer o referencial teórico que melhor se adapte à realidade encontrada no decorrer da pesquisa de campo; b) - segundo levantou-se como modelos teóricos, escolhidas as Pesquisas bibliográficas dos autores Ristoff (2013)⁹¹, e demais referências, conforme bibliografia, que constituiu o ato de ler, selecionar e organizar tópicos sobre análise e informações sobre o setor de Ensino

⁸⁸ SEVERINO, Antônio José. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª Edição (revista atualizada), São Paulo:Cortez.2007,pg.121.

⁸⁹ Idem, p.p.124-125.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Cadernos do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

Superior no Brasil, utilizando as seguintes fontes: a) – como busca por dados secundários, feita junto ao IBGE⁹², a Estatística do INEP⁹³ (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), dados levantados pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) ⁹⁴.; c) - Pelo Guia de Estudante do Ensino Superior (2014)⁹⁵; d) - dados informados pela Prefeitura Municipal de Itaberaí e última fase artigos publicados em congressos; livros, artigos, jornais e revistas especializadas; a pesquisa bibliográfica, e) - aproveitou a pesquisa feita pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) da FAIT (Faculdade Aliança), entre outros; sites de instituições governamentais e de associações privadas de ensino superior.

Após todo o levantamento aplicou-se à metodologia e análise estrutural do mercado de ensino superior privado de graduação brasileiro, em especial as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), cujo objeto de pesquisa foi a Faculdade Aliança, situado no município de Itaberaí.

Através de pesquisa de campo, realizada pela mestranda, cujo objetivo foi levantar dados necessários e análise dos resultados sobre as tendências do setor do ensino superior, no município de Itaberaí e região, cujo objeto foi a pequena IES-FAIT, de forma a compreender o mercado regional e nacional, apontando as oportunidades e ameaças, que influencia o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), na região.

Ainda, utilizando-se como fonte de pesquisas secundárias foram levantadas análises do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)⁹⁶, acrescentados como fonte de pesquisa e apoio o Plano Nacional de Educação (2001-2010), revogado pelo PND (2010-2022), bem como dados apresentados pela Comissão Própria de Avaliação - CPA (2013), realizada entre os anos de 2013 e 2014, na Faculdade Aliança.

Com base na metodologia acima, o estudo compara-se com pesquisa e hipóteses dos fatores condicionantes, que interpretou às influências e as demandas por um ensino superior privado, cujo percentual no Brasil é predominantemente de IES (Instituições de Ensino Superior) de pequeno porte, como a FAIT (Faculdade Aliança); Em que veem sofrendo queda de 7,8%, consideravelmente, nos últimos anos.

⁹² IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia.

⁹³ INEP - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa.

⁹⁴ ABMES - Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior

⁹⁵ GES – Guia do Ensino Superior: Perfil de 2059 Instituições. Análise Setorial e Artigos e dados Estatísticos de 2014. Ed. Abril. São Paulo.

⁹⁶ Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior: Diagnóstico das pequenas e médias instituições de Ensino Superior privadas no Brasil: indicações para melhoria da competitividade / Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino superior. – Ano 29, n. 41 (Mar. 2014). – Brasília: ABMES Editora, 2014. V.; 28 cm. Pag.21 a 23. Anual – Periodicidade irregular.

Nesta análise, o presente trabalho apresenta a realidade da Faculdade Aliança, que é uma Instituição de Ensino Superior, com aproximadamente 170 alunos, que iniciou em 2007, localizado no Centro-Oeste Goiano, sendo uma das 81 IES (Instituições de Ensino Superior), do Estado de Goiás, conforme o GES (Guia de Ensino Superior, em 2014)⁹⁷, de acordo com mapa Figura N.º1, que tem as mesmas qualidades e quantidades internas e externas, das demais PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no Brasil.

A IES-FAIT, objeto de pesquisa está localizada no município de Itaberaí e tem como concorrência esmagadora e mercadológica, os Grandes Centros Universitários, Faculdades a Distância e outras IES (Instituições de Ensino Superior) de pequeno porte, além de enfrentar questões regulatórias, de acordo com as 10 Dimensões do SINAES, que na realidade vive, no seu dia a dia, dificuldades de responder as exigências do MEC (Ministério da Educação), com algumas já expostas nesse trabalho, que completam com a falta de gestão administrativa:

- Dificuldade de encontrar mão de obra qualificada;
- Capacidade financeira precária;
- Dificuldade na captação de alunos;
- Concorrência de mercado;
- Divergência de gestão de sócios-diretores;
- Fragilidade no *Marketing*.

2.2 Pesquisa de Campo

O objetivo da pesquisa de campo, seguindo as fundamentações de Bogdan (1994),⁹⁸ foi de compreender melhor a realidade da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), no município de Itaberaí e sua influência no desenvolvimento socioeconômico, e no Desenvolvimento Humano, a partir dos depoimentos de representantes e ex-alunos, bem como de dados levantados no processo avaliativo, realizado pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) em 2013, conforme apêndice e anexo. O autor Bogdan (1994), relata:

⁹⁷ GES (2014), apresenta que pequenas IES privadas são 99%, do mercado de Goiás. E, dessas 98% são de Pequeno Porte. A FAIT está enquadrada nos 98%.

⁹⁸ BOGDAN, Robert; Biklen, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos. Ponto, PT.:Editora Porto, 1994.

O autor relata que temos buscar na pesquisa de campo, um trabalho que Dê voz aos indivíduos e colaboradores para demonstrar, pela pesquisa de campo e Avaliação Institucional, a dissociabilidade da comunicação organizacional e influência externa, do meio.

Com esta abordagem vislumbrou-se evidenciar o objeto que norteia a pesquisa, no sentido de buscar o fortalecimento e a permanência da IES (Instituições de Ensino Superior) no município de Itaberaí, defendendo a tese de que pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), precisam ser vistas com um novo olhar, por parte do Governo e as políticas públicas. E, ao mesmo tempo, incentivar a criação de novos quesitos do MEC (Ministério da Educação), com o objetivo de fortalecer as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) no mercado. Consequentemente preservá-las de uma concorrência desleal, mercantil, como o que está ocorrendo no mercado, entre as IEs de pequeno porte e os Grandes Centros Universitários (GCU)⁹⁹, até mesmo no momento das avaliações Institucionais, a onde as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) são obrigadas a seguir praticamente os mesmos quesitos que os GCU.

Sendo assim, diante da necessidade de mudanças, nos quesitos de avaliação e aprovação dos Cursos Superiores no Brasil, principalmente com relação aos direcionados às PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como a Faculdade Aliança, que de igual dificuldade tem as demais pequenas, no Brasil, nos vários municípios brasileiros, em permanecer no mercado do Ensino Superior.

A pesquisa de campo não pode ser considerada verdade absoluta (BOMEY, 2008), quando trata de relatos orais dos indivíduos. No entanto, é fonte secundária, no sentido de observarmos o contexto geral da realidade, quando essa pesquisa ultrapassa interesses pessoais, emocional, ideológicas, visões centralizadas e nem um pouco imparciais. Outro fato a ser considerado é: o objeto é um modelo que estende aos demais, de igual tamanho, e diverge com alguns quesitos constantes nas normas do MEC/INEP/CONAES/SINAIES.

Todavia, ao se esbarrar na subjetividade inerente às relações humanas e socioeconômicas, percebe-se que ocorre à necessidade das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) de não distanciar das diretrizes e Avaliações cobradas pelo

⁹⁹ GSU: Fontes consultadas: site do MEC e Instrumento de Avaliação Institucional Externa: Centro universitário: Os centros universitários, assim como as universidades, têm graduações em vários campos do saber e autonomia para criar cursos no ensino superior. Em geral, são menores do que as universidades e têm menor exigência de programas de pós-graduação. No entanto, há algumas regras que eles precisam cumprir: Ter, no mínimo, um terço do corpo docente com mestrado ou doutorado. Ter, pelo menos, um quinto dos professores contratados em regime de tempo integral (observe que o percentual é menor do que o exigido nas universidades).

MEC/INEP/SINAIES, como uma Instituição de Educação Superior. No entanto, simplesmente não podemos esquecer que mesmo seguindo as regras do MEC (Ministério da Educação), as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) precisam encontrar propostas que vem melhorar os quesitos de avaliação, no sentido de ampliar oportunidades e novas situações que proporcionem as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) qualidade e equilíbrio, no momento em que são avaliadas. Pois, da forma que estão sendo avaliadas, desde o primeiro plano no sistema E-MEC, já perdem de imediato, pontuação nos quesitos voltados as qualificações de professores e outros mais. Sendo assim, a cada dia, como as empresas do Ensino Superior foram colocadas em um mercado mercantil e não somente pedagógico, as pequenas Instituições como a FAIT (Faculdade Aliança), a cada ato, perde-se oportunidade de concorrência para os Grandes Centros Universitários.

Entretanto, a pesquisa de campo, ao fazer um comparativo com os dados catalogados, bem como com análise dos autores Ristoff (2013)¹⁰⁰, entende-se que os questionamentos e novos estudos, não significam negar as dez dimensões do SINAES, ou das Políticas Educacionais existentes e muito menos desvalorizar toda a evolução e trajetória do Ensino Superior no Brasil, mas sim, é fundamental, na busca de novas propostas, para avaliação do Ensino Superior, principalmente às direcionadas as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como a pequena FAIT (Faculdade Aliança), com a objetividade iminente ao desenvolvimento de um tratamento científico da pesquisa.

O procedimento metodológico envolveu o esforço de reunir os postulados teóricos sobre a avaliação institucional e interpretação do contexto social para a análise do objeto de investigação da pesquisa de campo, realizada durante o ano de 2014, em concordância com a metodologia de Prodanov (2009)¹⁰¹, apresentados no contexto, no qual se procura trabalhar com os métodos de Bogdan¹⁰², que:

Comenta que ao falar de metodologia implica sempre em falar métodos e técnicas de investigação quantitativa em educação introdutiva, e parte de uma inquietação que se inicia na teoria e deságua na prática da pesquisa (BOGDAN, 1994, p.)¹⁰³.

¹⁰⁰ RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização. Cadernos do GEA.-n.3(jan./jun.2013).-Rio de Janeiro:FLACSO,GEA;UERJ,LPP,2012-2013.

¹⁰¹ PRODAROV, Cleber Cristiano. Metodologia do Trabalho Científico. Método da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Nova Hamburgo, Freevale, 2009.

¹⁰² BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos. Porto, PT: Editora Porto, 1994.

¹⁰³ Idem.

Desse modo, por se tratar de uma pesquisa exploratória, predominantemente qualitativa, o método adotado teve como base o modelo metodológico investigativo sugerido por Bogdan (1994)¹⁰⁴, paradoxalmente ao Boy (1982), que se estrutura em: Pesquisa mercadológica: Textos e casos. A escolha se deu por três motivos: a) por meio de modelo que se pode proceder a métodos investigatórios de um caso concreto, científico e empírico acerca do objeto pesquisado; b) pela técnica que será aplicada para realização da pesquisa (entrevista); e c) como o foco deste projeto, a demonstração da omissão de requisitos, referentes às normas de avaliação, imposta pelo MEC (Ministério da Educação) e Instituição de Ensino Superior, as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), que resultam de graves prejuízos e divergências às empresas do Ensino Superior de Pequeno Porte, no mercado desigual, tanto na capacidade financeira como na pedagógica, ao compararmos essas com os Grandes Centros Universitários e demais Instituições Públicas.

Desse modo, o objeto FAIT (Faculdade Aliança), foi considerado como modelo na mais adequada convergência com as demais realidades das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no país. A pequena IES (Instituições de Ensino Superior) está situada no interior goiano, do Estado de Goiás, que consideramos adequada para compreender o fenômeno em profundidade de Bogdan:

Os investigadores em educação são oriundos de uma diversidade de posições e tem interesses diversos. Alguns estudaram psicologia, outros sociologia, outro desenvolvimento infantil e ainda outros antropologia ou assistência social. O treino acadêmico influencia as questões que o investigador coloca. Por exemplo, ao estudar determinada escola, os assistentes sociais podem estar interessados na origem social dos alunos, os sociais logo podem centrar a atenção na estrutura social da escola e os psicólogos desenvolvimentistas podem desejar estudar o autoconceito dos alunos mais jovens. Deste modo (assistentes sociais, sociólogos e psicólogos, em função dos seus interesses diferentes podem passar períodos de tempo diferentes em diferentes locais da escola ou a falar com diferentes pessoas. Recolherão diferentes tipos de dados e chegarão a conclusões. De igual modo, as perspectivas teóricas qualitativas que os orientarão implicarão que os modos estruturais e os respectivos trabalhos serão diferentes (BOGDAN. 1994 p. 69)¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos. Porto, PT: Editora Porto, 1994, p.69.

Ou seja, conforme a visão qualitativa, investigatória, segundo Bogdan (1994), a pesquisa de mercado, poderá levantar variedades de dados, sobre a realidade e foco de cada situação, de igual conflito, entre as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior). Nesse caso, a realidade da FAIT (Faculdade Aliança), pequena IES, localizada na região do Centro-oeste Goiano, poderá utilizar de dados da pesquisa e fazer um comparativo com as demais realidades de outras pequenas IES (Instituições de Ensino Superior).

2.2.1 Tipo de Pesquisa

Através da investigação entre áreas ou Multidisciplinaridade como: pesquisa de campo, avaliação institucional, realidade da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), Faculdade Aliança, localizada no município de Itaberaí, país Brasil e a influência no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como as políticas públicas voltadas ao Ensino Superior Brasileiras, entre outras, chegamos à conclusão que a tipicidade da pesquisa só poderia ser investigatória de Bogdan (1994)¹⁰⁶.

Foi realizada pesquisa de campo exploratória qualitativa/quantitativo, bibliográfica e entrevistas com os cidadãos, ex-alunos; E, logo se fez uma análise comparativa com os questionários levantados pela autora da pesquisa de campo com os quesitos apresentados pelo trabalho da Comissão de Avaliação (CPA), além de pesquisa documental para validar as inferências subjetivas do estudo e subsidiar a discussão dos resultados.

As pessoas que participaram do estudo foram referidas por seus próprios nomes somente para o presente trabalho de dissertação. Caso venha ser publicado, posteriormente, autora deverá obter assinatura de autorização.

O estudo da CPA's (Comissão Própria de Avaliação) está fundamentado teoricamente com base nas diretrizes da LBD/1996 e propostas, apresentadas pelos regulamentos dos Institutos e respectivos Órgãos MEC/INEP/CONAES/SINAES,

¹⁰⁶ BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos. Porto, PT: Editora Porto, 1994.

bem como nas pesquisas dos autores Ristoff (2013)¹⁰⁷ e Sobrinho (2008),¹⁰⁸ que avaliam a comunicação Institucional à interferência pelas PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no interior do Brasil.

2.2.2 Amostra e Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa de campo desenvolveu-se no município, a onde está instalada a IES-FAIT e nas próprias Instituições de Ensino Superior Particular, da Região Centro Oeste Goiano, Município de Itaberaí, com o nome fantasia FACULDADE ALIANÇA com representantes da cidade, colaboradores convidados, que têm as seguintes características:

- a) Que seja ex-aluno da IES (Instituições de Ensino Superior);
- b) Que sejam colaboradores da IES (Instituições de Ensino Superior);
- c) Que seja utilizado o material organizado pelas entrevistas realizadas pela Comissão Própria de Auto avaliação constituída, com corpo docente, discentes e administrativos da IES (Instituições de Ensino Superior);
- d) Que tenha conhecimento das atividades da IES (Instituições de Ensino Superior) no município de Itaberaí, e seus cursos na modalidade presencial, no nível de graduação;
- e) Que tenha estudado ou participado das atividades externas e internas da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) e;
- f) Tenha aceitado participar espontaneamente do estudo.

Para identificar os participantes, procedeu-se pesquisa prática e levantamento de lista dos nomes, das pessoas que poderiam participar da pesquisa de campo, no sítio da Instituição e em espaços fora desta, no município, através de questionários organizados pela autora com o apoio do CEIC - Centro de Extensão da Faculdade Aliança e da Secretaria Administrativa.

¹⁰⁷ RISTOFF, Dilvo. Perfil Socioeconômico do estudante de graduação uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004-2009). Cadernos do GEA, n.4.jul./Dez.2013.

¹⁰⁸ SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar(orgs.). Avaliação Institucional:teoria e experiência.- 4°.ed.- São Paulo:Cortez, 2008.

Sabe-se que a análise linguística aplicada corpus não é significativa, do ponto de vista quantitativa e estatística, porém devido ao caráter qualitativo e quantitativo da investigação podem proceder as características de cada instituição, no desenvolvimento da avaliação institucional e seu valor social, regional, de acordo com as amostras teóricas e metodológicas que possibilitam o estudo de vários aspectos qualitativo, validando as inferências do pesquisador e atendendo ao objetivo proposto nesse estudo (MORAES, 2003)¹⁰⁹.

2.3 Caracterizações das IES (Instituições de Ensino Superior) que atende o Pré-Requisito do Estudo

Faculdade Aliança adquiriu o seu registro como pessoa jurídica de interesse privado, em setembro de 2004, nota expedida no Diário Oficial, no entanto iniciou sua atividade acadêmica em 2007, pela Portaria de N.º 49, Centro Universitário, com fins econômicos, localizados no município de Itaberaí, oferece os cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis e pós-graduação (extensão e lato sensu). E, conforme dados apresentados pela Secretaria da FAIT (2014), a IES's (Instituições de Ensino Superior) tem cerca de 35 (trinta e cinco) docentes, 12 (doze) funcionários técnico-administrativos, conforme registro do departamento de Recursos Humanos.

No site oficial da Faculdade Aliança¹¹⁰, consta a história da IES (Instituições de Ensino Superior), redigida pela Diretora Acadêmica, Célia Alves de Leles, publicado em sexta, 25 janeiro de 2013, as 01h10min:

História: A história da FAIT-Faculdade Aliança, e o Estabelecimento (Patrimônio Municipal) cujo suas instalações estão instaladas, confundem-se com a história de vida de seu grupo idealizador (formado pela diretoria e sócios) e com sonhos de muitos que passaram nesse estabelecimento, como o grupo das Irmãs Franciscanas, que desde a década de 50, desenvolveu um trabalho de excelência e amadurecimento na formação de grandes profissionais que hoje atuam no mercado brasileiro. E, nessa reverência às idealizações e conquistas, na área educacional, desse

¹⁰⁹ MORAES R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. Porto Alegre: PUCRS; 2003.

¹¹⁰ Site disponível no endereço: <http://www.faculdadealianca.edu.br/index.php/a-faculdade/historia>
Acesso em: 20 de Julho, 2013.

município, a comunidade de Itaberaí, se fortalece e enriquece por ter o privilégio de muitos idealizadores que passaram nesse estabelecimento, como as irmãs que aqui deixaram as sementes do ensino básico e ao mesmo tempo, se fortaleceu, ao apoiar em 2006, quando receberam novos empreendedores, que tinham um sonho, de implantar a FAIT-Faculdade Aliança...”

A FAIT adquiriu seu registro como pessoa jurídica, em setembro de 2004, nota expedida no Oficial. Logo após, o desafio era encontrar o local para estabelecer da empresa, com o fim educacional e organizar normas legais, assim como, a necessidade da busca e análise de professores, funcionários que iriam formar o corpo administrativo da instituição, etc. E, finalmente em 2007, estabeleceu no prédio da que há muito tem construído história, contribuindo, ainda mais para a estrutura da FAIT...

Conforme o GES (Guia de Estudante do Ensino Superior), em 2014, a Faculdade Aliança tem um número acentuado de concorrentes, tais como: a) - Presenciais: Faculdade de Anicuns, UEG (cidades de Itaberaí, Goiás, Inhumas e Itapuranga), FAC+ (Faculdade de Inhumas), IFG (nas cidades de Inhumas e Goiás), UFG (Goiás), as faculdades da capital (FASAM, UFG, UNICAMP, OBJETIVO, UNIP e PUC-GO), FMB (Faculdade de São Luis); b) - À distância: Pólo da UNOPAR (Itapuranga) e Pólo da UNIP (Itaberaí).

As IES (Instituições de Ensino Superior) supracitadas são concorrentes diretas da FAIT (Faculdade Aliança) e na maioria de pequeno porte como ela, exceto as Públicas (UFG, UEG e IFG), e as de fins privado como a FMB (Grande Centro Universitário).

O Centro-Oeste, hoje, como já havia comentado nesse trabalho, segundo pesquisas de Ristoff, ABMES e GES e MEC/INEP/IBGE, constam que tem 236 IES (Instituições de Ensino Superior): Públicas (Federais Estaduais e Municipais) e Privadas (Grandes Centros Universitários e Faculdades), e destas 81 IES (Instituições de Ensino Superior) estão no Estado de Goiás.

Sendo que, das 81 IES (Instituições de Ensino Superior), 99% são privadas e dessas são 98% privadas de pequeno porte, conforme os nomes seguintes: 36 IES (Instituições de Ensino Superior) estão localizadas na capital e em Aparecida de Goiânia e 33 faculdades no interior, nas cidades de: Catalão; Jataí; Cristalina; Ceres; Rubiataba; Inhumas; Valparaíso; Anápolis; Anicuns; Catalão; Jussara; Goianésia; Aparecida de Goiânia; Itaberaí; Quirinópolis; Santo Antônio do Descoberto; Trindade; Goiatuba; Iporá; Itapuranga; Aliança; Jataí; Paraíba; Cidade de Goiás; Anápolis; Sudoeste Goiânia; Catalão; Águas Linda de Goiás; São Luís dos Montes Belo; Porangatu; Formosa de Goiás; Rio Verde; Caldas e Mineiros (GES, 2014, pg.8-10).

No Estado de Goiás temos como representantes dos Grandes Centros as IES (Instituições de Ensino Superior): UNIP; UNIEVANGELICA; UEG (28 Pólos); PUC-GOIÁS; UNIEVANGÉLICA DE ANÁPOLIS-CATÓLICA DE ANÁPOLIS; PADRÃO; IESGO ANÁPOLIS; GRUPO ANHANGUERA. Já as Públicas o GES (2014), afirma que Goiás tem 0,3 de Públicas, tais como: UFG (3 Pólos), IFG (4 Pólos), UEG (29 Pólos) e 1 Municipal-Fundação (GES, 2014. pg.8-11).

2.3.1 Instrumento da pesquisa

A técnica utilizada foi à entrevista aberta utilizando métodos, conforme as palavras de Duarte e Barros (2005, p. 63)¹¹¹, que permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os acontecimentos.

O instrumento da pesquisa subdivide em duas fases: **a)** - A primeira fase tem como instrumento um questionário, contendo nove (09) questões, que foram realizadas para as entrevistas com convidados e ex-alunos (afastados) da IES-FAIT (Apêndice I); **b)** - A segunda analisar os dados levantados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), compostas por trinta (30) questões (Anexo I), relacionadas com o dia a dia da IES (Instituições de Ensino Superior), problemas e objetivos da pesquisa, ou seja, a realidade da IES-FAIT, interna e externa.

Ao garantir o aprofundamento na discussão dos resultados, do presente trabalho, foram realizadas entrevistas que corresponde aos quesitos Institucionais, conforme acima, especificando os questionários: **a)** - Questionário realizado em 2013 a 2014 (Apêndice I); **b)** - Visando qualidade da pesquisa de campo, complementou-se com os dados levantados pela Comissão Própria de Avaliação, durante o primeiro semestre de 2014.

¹¹¹ DUARTE, Jorge; BARROS. Antônio (org). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo. Editora Atlas S/A. 2005 p.63.

2.3.2 Procedimentos de coleta

As coletas de dados foram feitas em quatro fases, conforme já mencionado: **1ª Fase)** - Pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), de forma interna e direcionada ao corpo discente, docente e administrativo da IES-FAIT, realizado em 2013; **2ª Fase)** - Realizada pela a autora, pesquisa de campo, direcionada aos colaboradores, representantes e investidores, como ex-alunos, residente e domiciliados no município de Itaberaí ou no Estado de Goiás, que vem participando do desenvolvimento da IES (Instituições de Ensino Superior), desde a sua abertura; **3ª Fase)** - Levantamento de estatísticas em sites da prefeitura, de IES (Instituições de Ensino Superior) concorrentes, documentações registrados da IES-FAIT, objeto da pesquisa, Cartórios, Sites da OVG (Organização das Voluntárias de Goiás), IBGE, ABMES e GES; **4ª Fase)** - Convergências e comparação de todos os dados levantados com as pesquisas de Risoff (2013)¹¹² e Sobrinho (2008)¹¹³.

Os dados coletados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) no ano de 2013/1, ocorreram entre os meses de abril, maio e junho. Após a identificação e lançados de informações no sistema E-MEC, o pesquisador Institucional repassou dados à autora, com a autorização da Direção Acadêmica, a onde teve acesso aos quesitos perguntados ao corpo docente, discente e administrativo da pequena IES (Instituições de Ensino Superior).

A CPA's (Comissão Própria de Avaliação) tem caráter estritamente avaliatório, conforme regulamento do SINAES e chega a ser fechada e somente técnica. No entanto, entendemos que se faz necessário. Destaca-se que o formulário de pesquisa foi fechado, onde todas as questões são iguais para todos os entrevistados, para que pudéssemos estabelecer os comparativos necessários, bem como identificar as divergências e convergências dos procedimentos adotados pelas comissões na avaliação institucional e questionários das entrevistas. (DUARTE & BARROS, 2005, p. 67)¹¹⁴.

Já na Pesquisa de Campo, foi estabelecido o contato inicial no primeiro momento, via telefone e e-mail e pessoalmente, com os respectivos entrevistados,

¹¹² RISTOFF, Dilvo. Perfil Socioeconômico do estudante de graduação uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004-2009). Cadernos do GEA, n.4.jul./Dez.2013.

¹¹³ SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar (orgs.). Avaliação Institucional: teoria e experiência. 4º.ed.- São Paulo:Cortez, 2008.

¹¹⁴ DUARTE, Jorge; BARROS. Antônio (org). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo. Editora Atlas S/A. 2005, p.67.

colaboradores e ex-alunos, no qual foi encaminhamento prévio do roteiro completo da entrevista, realizada pela direção acadêmica, também autora desse trabalho, com os respectivos questionários; As entrevistas foram transcritas, livres, pessoalmente ou por telefone, mesmo seguindo a um questionário, dispostas no projeto, para validar as inferências do pesquisador acerca do tema proposto e seguiram um roteiro previamente elaborado, com foco específico no objeto de estudo (Vide Apêndice I).

Os quesitos registrados da CPA's (Comissão Própria de Avaliação) e questionários completados pela realização da Pesquisa de Campo e todas as informações coletadas, foram organizadas e registradas pela autora, logo após os originais entregues a Direção Acadêmica, que ficarão sob a guarda do pesquisador durante três anos; findo esse tempo, serão eliminadas. Já as realizadas pela Comissão Própria de Avaliação ficarão gravadas nos dados da própria IES (Instituições de Ensino Superior).

Na terceira fase, logo após o levantamento de registrar os quesitos pela CPA's (Comissão Própria de Avaliação) e Pesquisa de Campo procedeu-se o levantamento e comparação com as pesquisas já existentes sobre o tema Instituição de Ensino Superior Privada e Pequena e Média IES (Instituições de Ensino Superior). Nessa fase, foram analisados todos os tópicos apresentados no item "3ª Fase" e logo após postos em convergência com a realidade da FAIT (Faculdade Aliança), no município de Itaberaí.

No entanto, com o objetivo de confrontar e concluir todas as fases, o autor pesquisador utilizou das pesquisas de Ristoff e Sobrinho para chegar à análise e o resultado final do presente trabalho, que teve a liberdade de ponderar fatos e resultados mediante ao comparar a realidade da Pequena IES-FAIT, com as demais IES (Instituições de Ensino Superior) de mesmo tamanho e os Grandes Centros Universitários (GSU)¹¹⁵.

¹¹⁵ GSU: De acordo com o Decreto nº 5.773/06, as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, são credenciadas como: I - faculdades; II - centros universitários; e III - universidades. As instituições são credenciadas regionalmente como faculdades. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade. São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior.

2.3.3 Procedimentos para análise dos dados

Após os levantamentos de dados da CPA's (Comissão Própria de Avaliação) e a realização das entrevistas pela pesquisa de campo, no sítio da IES (Instituições de Ensino Superior) e fora desta, foi selecionado o material e foi armazenado digitalmente, para posterior consulta. Para melhor compreensão dos resultados obtidos, a análise de dados foi dividida em cinco (5) etapas, obedecendo rigorosamente às etapas elencadas a seguir:

Etapa 1: Transcrição das entrevistas - nesta etapa enviada foram transcritas literalmente as entrevistas, conforme pesquisa de campo, através de relatórios direcionados aos representantes, conforme Apêndice I. A Organização das entrevistas - nesta etapa foram transcritas as respostas dos entrevistados, de acordo com a ordem das questões, previamente, estabelecidas no roteiro da entrevista, independente do momento que originou o assunto. Todas as informações que não se relacionava a proposta da pesquisa (qualitativa e quantitativa) foram eliminadas nas etapas anteriores, pois se trata de informações irrelevantes para o projeto;

Etapa 2: Organização dos dados práticos que foram utilizados pela própria CPA (Comissão Própria de Avaliação) – organização dos dados coletados nos sítios das IES (Instituições de Ensino Superior) sobre a avaliação institucional, em 2013/1;

Etapa 3: através de documentação Institucional e bibliografia e pesquisas, em especial de Ristoff (2006),¹¹⁶ com textos interpretativos de Sobrinho (2008), foram organizadas as etapas, as informações e processadas, sendo submetido à análise de conteúdo, o que possibilitou, posteriormente, a fazer análise dos dados para as finalidades da dissertação.

Etapa 4: Os resultados das entrevistas com o levantamento de dados registrados pela CPA's (Comissão Própria de Avaliação) e documentações averiguadas foram tratados da seguinte forma: a) - da análise prática, sobre o que foram aplicadas às entrevistas, em primeiro plano; b) - em segundo foi analisado a avaliação institucional pela CPA's (Comissão Própria de Avaliação); c) - e terceira bibliografia existente sobre o assunto, documental da Institucional e normas, com o objetivo de interpretar, comparar e contrastar as realidades trabalhadas na pesquisa.

¹¹⁶ RISTOFF, D.; GIOLO, J. Educação Superior Brasileira - 1991 a 2004. RJ. Brasília: INEP. 2006.

Etapa 5: As entrevistas transcritas foram lidas para que se pudessemos estabelecer as categorias de análise. O critério utilizado para chegar às categorias foi à relevância dos aspectos de interpretações individuais e pessoais.

Sendo assim, para atingir os objetivos propostos inicialmente neste projeto, elencaram-se as seguintes categorias: I - Envolvimento dos dirigentes e colaboradores da pequena IES-FAIT; II - O levantamento das formas de acesso e influência da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) no mercado local; III - As informações da avaliação institucional, pela Direção Acadêmica e Direção Geral; IV - A importância da Secretaria Administrativa, ao colaborar com o trabalho e passar dados, mediante a importância da IES (Instituições de Ensino Superior) na capacitação de alunos e registro de concluintes; V - Colheita de dados pela Prefeitura Municipal, local, sobre a realidade Socioeconômica da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no município de Itaberaí.

Enfim, após todos os procedimentos, foi feita a interpretação do Sistema Organizacional da Pequena IES - Faculdade Aliança. Realizado o levantamento prático de campo, a onde se estabeleceu a realidade histórica e geográfica com a realidade técnica vivenciada pela média IES (Instituições de Ensino Superior), no interior de Goiás, chegou-se o confronto com o referencial teórico existente e a realidade oculta, do mercado de concorrência desleal, mas pouco conhecido pelo MEC/INEP/SINAES, mas que foi impulsionado por suas próprias normas regulatórias.

2.3.4 Caracterização da IES (Instituições de Ensino Superior) objeto de pesquisa e região que está localizada

2.3.4.1 Histórico da Mantenedora

Hoje a FAIT (Faculdade Aliança) é mantida pelo Centro de Ciências de Itaberaí – CCI¹¹⁷, criado em 22 de janeiro de 2013, especificamente em substituição da primeira mantenedora, por meio de contrato de Compra e Venda¹¹⁸, sobre o

¹¹⁷ Registro Civil, no Cartório de Registro Civil, da Comarca de Itaberaí-Goiás, em 23 de março de 2013.

¹¹⁸ Contrato de Compra e Venda, homologado em 10.2.2013.

nome de Sociedade de Ensino Superior Aliança S/S Ltda, empresa criada em 2004, como Mantenedora da Faculdade Aliança de Itaberaí (FAIT). Com a transferência a mantenedora CCI, iniciou suas atividades, em 22/1/2013, com o intuito de constituir base mantenedora para oferta de ensino superior, elegendo Itaberaí como sede, considerando um conjunto de fatores socioeconômico promissores, com a constatação, via pesquisa de opinião, que o processo de crescimento do município é constante, ano a ano em relação à média nacional e dos municípios vizinhos, nos últimos 7 anos.

O CCI está localizado em uma região a onde é relevante o crescimento da média de investimentos empresariais relativos à demanda, da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) que tem capacidade para 300 alunos¹¹⁹, por semestre.

A empresa Centro de Ciências de Itaberaí mantenedora comprou a logo FAIT (Faculdade Aliança), da antiga mantenedora chamada Sociedade Aliança de Itaberaí, conforme Portaria 007/2015. E, hoje, a pequena IES (Instituições de Ensino Superior), com aproximadamente 8 (oito) anos atuando no mercado local e região, vem fazendo diferença frente às mudanças estruturais que o mundo vem sofrendo com efeitos na área do trabalho, como por exemplo, o mudança da mão de obra e do emprego (SOBRINHO, 2008)¹²⁰.

Como instituição de educação superior, os gestores da Faculdade Aliança preocupam-se com o papel frente às questões e capacitação profissional e qualificação para o mercado local e regional, conforme pensamento do pesquisador Institucional Osmar de Paulo da Instituição FAIT (Faculdade Aliança):

Na esfera política, por conta da mundialização da economia, se alteram as estruturas e rompem-se as tradicionais relações de poder com imensos reflexos sobre a cultura e sobre a educação.

Deste modo, a instituição é espelho do que ocorre com as demais IES de pequeno porte no Brasil e, necessariamente, o estado de Goiás acha-se envolvido neste processo de mudanças e tem suas estruturas político-econômico-sociais e culturais afetadas pelo conjunto de transformações, o que exige, cada vez mais, o repensar sobre o padrão cultural e a qualidade educacional do povo brasileiro (PAULA, 2013, p.37)¹²¹.

¹¹⁹ Conforme Projeto Pedagógico, registrado no MEC, da IES-FAIT em 2017.

¹²⁰ SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar (orgs.). Avaliação Institucional: teoria e experiência. 4º.ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

¹²¹ Osmar de Paula: Avaliador Institucional da FAIT e autor do Projeto Pedagógico, registrado no MEC, da IES-FAIT em 2017, p.37.

Situado no município de Itaberaí, que segundo senso do IBGE de 2010, contava com uma população de 35.371 habitantes, atualmente aproximando dos 55.000 habitantes somando um total regional aproximado de 450.000 habitantes¹²², raio de 70 km, envolvendo outros municípios próximos: Ituaçu, Itapuranga, Heitorai, Taquaral, Itaguarú, Taguari, Sanclerlândia, Mossamedes, Cidade de Goiás entre outras.

Reconhece ainda, que a cidade de Itaberaí tem se beneficiado desse processo de modernização por que passa o estado de Goiás (SILVA, 2001, p.705). Hoje, sua privilegiada localização, destacando-se como ponto de ligação do noroeste do Estado e a sua reconhecida vocação para as atividades relacionadas ao agronegócio, proporciona muitos desafios para a cidade, ao mesmo tempo em que lhe garante muitas possibilidades (CALDAS, 1982, p.10-60).

Nesse contexto, a Faculdade Aliança (mantenedora CCI), cumprindo sua tarefa educacional, por sua gestão, busca desenvolver projetos para a ampliação de seus cursos, de sua área de abrangência, além de um acompanhamento permanente dos procedimentos acadêmico-pedagógicos e administrativos¹²³.

2.3.4.2 Realidade da Mantida: A Inserção Regional da Faculdade Aliança de Itaberaí

A FAIT (Faculdade Aliança de Itaberaí), está localizada no município de Itaberaí, no Estado de Goiás, é caracterizada como um estabelecimento particular de ensino superior, mantido pelo Centro de Ciências de Itaberaí empresa de direito privado, desde janeiro de 2013.

O Município de Itaberaí, a onde constitui a pequena IES (Instituições de Ensino Superior) (Figura 1 - A Região de Anápolis) está localizado no Estado de Goiás, Centro-Oeste do Território Brasileiro, na microrregião de Anápolis, ocupa uma área de 1.471,20 Km² (Tabela 2 - Distância), e tem como municípios próximas as cidades de: Americano do Brasil, Araçu, Avelinópolis, Buriti de Goiás, Caturai, Damolândia, Goiás, Guaraitá, Heitorai, Inhumas, Itapuranga, Itaguari, Itaguaru, Ituaçu, Jaraguá, Jesusópolis, Mossamedes, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, São Francisco de Goiás, Santa Rosa de Goiás, Taquaral.

¹²² Site da Prefeitura de Itaberaí: acesso em 22 de fev.2015-www.itaberaí.go.gov.br.

¹²³ Projeto Pedagógico protocolado no MEC em 2013.

Figura 1 - Caracterização da Região de Influência
Mapa das Regiões de Goiás

- 01 - Anápolis
- 02 - Anicuns
- 03 - Aragarças
- 04 - Catalão
- 05 - Ceres
- 06 - Chapada dos Veadeiros
- 07 - Entorno de Brasília
- 08 - Goiânia
- 09 - Iporá
- 10 - Meia Ponte
- 11 - Pires do Rio
- 12 - Porangatu
- 13 - Quirinópolis
- 14 - Rio Vermelho
- 15 - São Miguel do Araguaia
- 16 - Sudoeste de Goiás
- 17 - Vale do Rio dos Bois
- 18 - Vão do Paraná



Fonte: Site do IBGE Elaboração: Instituto Mauro Borges (2014). Site da SEGPLAN-GO (Secretaria de Estado e de Gestão e Planejamento) - Gerência de Cartografia e Geoprocessamento - Junho/2014.

Tabela 1 - A Região de Anápolis

Região 01 – Anápolis

Araçu	Heitorai	Jesupolis
Americano do Brasil	Itaberaí	Mossamedes
Avelinópolis	Inhumas	Nova Veneza
Brazabrantes	Itauçu	Ouro Verde de Goiás
Buriti de Goiás	Itaguari	Petrolina de Goiás
Caturai	Itaguarú	São Francisco de Goiás
Damolândia	Itapuranga	Santa Rosa de Goiás
Goiás	Heitorai	Taquaral
Guaraitá	Jaraguá	

Fonte: Site do IBGE Elaboração: Instituto Mauro Borges (2014). Site da SEGPLAN-GO (Secretaria de Estado e de Gestão e Planejamento) - Gerência de Cartografia e Geoprocessamento - Junho/2014

Com relação a localização da cidade de Itaberaí, podemos observar que a Região de Anápolis fica distante cerca de 93km (noventa e três quilômetros) em relação a Goiânia-GO e de 318km (trezentos e dezoito quilômetros) em relação a Brasília-DF, onde se encontra o município de Itaberaí.

Tabela 2 - Distância

Território	
Goiás	341.289,5 km ²
01 - Anápolis	8.386,80 km ²
02 - Anicuns	5.483,10 km ²
03 - Aragarças	11.091,90 km ²
04 - Catalão	15.238,60 km ²
05 - Ceres	13.224,40 km ²
06 - Chapadas dos Veadeiros	21.475,60 km ²
07 - Entorno de Brasília	38.212,00 km ²
08 - Goiânia	6.848,00 km ²
09 - Iporá	7.096,60 km ²
10 - Meia Ponte	21.229,00 km ²
11 - Pires do Rio	9.449,80 km ²
12 - Porangatu	35.287,40 km ²
13 - Quirinópolis	16.117,60 km ²
14 - Rio Vermelho	20.277,10 km ²
15 - São Miguel do Araguaia	24.471,80 km ²
16 - Sudoeste de Goiás	56.293,30 km ²
17 - Vale do Rio dos Bois	13.653,60 km ²
18 - Vão do Paranã	17.452,90 km ²

Fonte: Site do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/GO (2010). Site do IBGE Elaboração: Instituto Mauro Borges (2014). Site da SEGPLAN-GO (Secretaria de Estado e de Gestão e Planejamento)- Gerência de Cartografia e Geoprocessamento - Junho/2014.

No que tange aos aspectos econômicos, a região de Itaberaí constitui-se em ponto de encontro das culturas do Centro-Oeste enriquecida pelos empreendedores sulistas. É um Pólo econômico com empresários do agronegócio, localizados na pecuária de corte, leite e de raça, na agricultura tecnificada. Possui um solo fértil e uma biosfera privilegiada (SCHEINER, 2014)¹²⁴.

O município de Itaberaí está situado no Centro-Oeste goiano, considerado o coração do estado de Goiás, nasceu e se desenvolveu com a descoberta das primeiras minas de ouro do Rio Vermelho e como o transporte era feito a pé ou a cavalo, os mineradores necessitavam de lugares para descansar entre uma viagem e outra. Foi quando surgiu uma pousada com um curralzinho a 40 quilômetros da cidade de Goiás, onde hoje é Itaberaí.

O relevo plano é propício para a agropecuária atraiu os primeiro colonos ainda no século XVIII. Toda a produção de Curralinho, como ficou conhecida a região, era consumida pelos milhares de garimpeiros que trabalhavam no Rio

¹²⁴ SCHEINER, José Mario. Presidente do Sistema FAEG-Federação da Agricultura do Estado de Goiás. Entrevistado na pesquisa de campo, em 2014.

Vermelho. Em 1868, o povoado foi emancipado e, em 1924, batizado com o nome de Itaberaí.¹²⁵

O nome Itaberaí significa Rio das Pedras Brilhantes em tupi-guarani, uma homenagem ao rio que banha a cidade. A presença abundante de água também foi um dos fatores que contribuíram para o crescimento da região. O município faz parte da bacia hidrográfica do Tocantins. Além do rio das Pedras, o rio Uru, que faz a divisa entre os municípios de Goiás e Itaberaí, é considerado como a principal nascente do Rio Tocantins. Assim sendo, a região se torna um ponto estratégico no desenvolvimento de trabalhos ambientais, principalmente no que diz respeito à preservação dos recursos hídricos e do uso sustentável dos recursos naturais.

Em 2014, Itaberaí teve sua população estimada em 38.983 habitantes, o que representa um crescimento de 9,5% apenas nos últimos 4 anos. Deste total 40,5% são jovens de 0 a 29 anos, 45,2% representa os adultos de 30 a 59 anos e os 14,3% a população acima de 60 anos de idade. Atualmente, estima-se que, apesar do grande êxodo rural ocorrido nos últimos anos devido a grande oferta de emprego na cidade e facilidade de acesso a serviços básicos, 16% da população ainda reside na zona rural o que representa um total de 6.238 pessoas, conforme dados do Sindicato Rural de Itaberaí¹²⁶ e Prefeitura de Itaberaí¹²⁷.

Como a “explosão” do desenvolvimento demográfico e econômico no município é considerado recente, justifica-se o apoio a iniciativas de empreendimentos que fortaleçam e incentivem a permanência dos jovens no campo com ênfase na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, com a oferta de produtos e serviços turísticos baseados na valorização da cultura local rural e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais.

O município ainda tem na agricultura e pecuária as forças motrizes de sua economia. Itaberaí destaca-se na produção de soja, milho, feijão, tomate, goiaba, cana e laranja. A pecuária avança na região com a modalidade de confinamentos (pecuária intensiva) e pecuária extensiva. É também uma das mais importantes bacias leiteiras do Estado. Essa diversificação das atividades agrícolas dinamizou a cidade e a possibilitou a geração de empregos e maiores investimentos.

¹²⁵ Silva, Antônio Moreira da. Dossiê de Goiás. Enciclopédia Regional. II Série: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente. Goiânia-Goiás Master Publicidade. p.705, Ministério da Cultura, Lei.n.9.875.

¹²⁶ Site da Prefeitura de Itaberaí: acesso em 22 de fev.2015-www.itaberaí.go.gov.br

¹²⁷ IBGE.

A vitivinicultura também cresce a passos largos no Estado graças à produção na região de Itaberaí. Há alguns anos era impensável a viabilidade dessa cultura em terras goianas, mas, assim como o café, a uva se adaptou bem ao cultivo no Cerrado. Dos 600 hectares cultivados da fruta em 2010, a cidade foi responsável por 104, liderando a produção no Estado. A produção de uvas chega a 30 toneladas por hectare. A cidade conta com as edições anuais da Festa da Uva de Goiás cuja participação é superior a 50 mil pessoas. O evento se resume em um roteiro de carreatas, palestras, shows, exposições, gastronomia, oficinas e várias outras atrações.

A agroindústria, mudou a realidade econômica de Itaberaí, com destaque para o setor de avicultura. A São Salvador Alimentos S.A. é uma indústria de abate e processamento de aves foi um divisor de águas na cidade. As oportunidades de empregos multiplicaram inúmeras vezes: em 2015, a empresa gera cerca de 3.400 empregos diretos e cerca de 10.000 indiretos. A arrecadação de impostos também aumentou, o que também foi transformado em benefícios para os cidadãos. Mais uma série de empresas menores de produtos e serviços, que vive em função do abatedouro, se instalou na cidade¹²⁸.

E toda Itaberaí sentiu os efeitos do estabelecimento de uma indústria de grande porte no município. Da cidade saem frangos que são destinados para várias partes do Brasil e para 57 países do mundo. E Itaberaí mudou completamente a sua paisagem urbana. A cidade se embelezou e o comércio deixou de ser restrito à GO-070 e entrou cidade à dentro fazendo surgir outras empresas.

Com localização privilegiada, Itaberaí tem como principal via de escoamento rodoviário a BR-070, também considerada uma das principais rotas do Rio Araguaia que recebe visitantes durante o ano todo devido suas belas praias fluviais e a rica biodiversidade existente na região. A rodovia sai de Brasília e é a porta de entrada para o Mato Grosso, indo até Cuiabá.

Toda essa bonita trajetória é motivo de orgulho para os itaberinos. A cidade tem também na cultura¹²⁹ um dos seus pontos fortes, já que também foi um dos berços da origem de Goiás:

A Casa de Cultura Coronel João Caldas reúne o Museu Histórico de Itaberaí (com centenas de peças, documentos e fotografias sobre o passado da cidade), o Arquivo Histórico de Itaberaí, a Biblioteca Eliezer Pinheiro de Abreu

¹²⁸ Site da Prefeitura de Itaberaí: acesso em 22 de fev.2015-www.itaberaí.go.gov.br

¹²⁹ Casa Coronel João Caldas, Museu de Itaberaí: Site da Prefeitura de Itaberaí: acesso em 22 de fev.2015-www.itaberaí.go.gov.br

e a Seíta (Sociedade Ecológica de Itaberaí) e a sede da Academia Itaberina de Letras e Artes (Aila), fundada em 5 de junho de 1993 e que desde sua fundação cumpre religiosamente com seu dever de dar aos itaberinos a dimensão de sua origem e força histórica (CALDAS,1982)¹³⁰.

Além destes, há também associações de grande representatividade na cultura local como o Grupo Folclórico do Tradicional Zé Pereira que atraem pessoas de toda região na época de carnaval, o Centro de Formação Musical Benedito Raimundo de Lima e o Grupo de Teatro Barracão, um ensino básico municipal de excelência, forte atuação do Sindicato Rural dos Produtores Rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí, Cooperativa Vitória e Associações Produteite (Associação dos Produtores do Leite da Serra Dourada) e a Nata do Leite (Associação dos Produtores do Leite), um Shopping Center, Bancos Sicoob, Bradesco, HSBC, Brasil e CAIXA, e um comercio forte em vários ramos da prestação de serviços, consumo e comercialização.¹³¹

Tabela 3 – População

Goiás	4.994.897 habitantes
01 - Anápolis	451.474 habitantes
02 - Anicuns	103.276 habitantes
03 - Aragarças	55.981 habitantes
04 – Catalão	114.686 habitantes
05 - Ceres	212.721 habitantes
06 - Chapadas dos Veadeiros	50.591 habitantes
07 - Entorno de Brasília	766.502 habitantes
08 - Goiânia	1.633.899 habitantes
09 - Iporá	64.030 habitantes
10 - Meia Ponte	305.427 habitantes
11 - Pires do Rio	85.735 habitantes
12 - Porangatu	226.766 habitantes
13 - Quirinópolis	91.190 habitantes
14 - Rio Vermelho	91.254 habitantes
15 - São Miguel do Araguaia	68.888 habitantes
16 - Sudoeste de Goiás	330.490 habitantes
17 - Vale do Rio dos Bois	106.902 habitantes
18 – Vão do Paraná	88.913 habitantes

Fonte: Site do IBGE Elaboração: Instituto Mauro Borges (2009). Site da Segplan – GO. Gerência de Cartografia e Geoprocessamento - Junho/2014

¹³⁰ SILVA, Antônio Moreira da. Dossiê de Goiás. Enciclopédia Regional. II Série: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente. Goiânia-Goiás Master Publicidade, p.705, Ministério da Cultura, Lei.n.9.875.

¹³¹ Site da Prefeitura de Itaberaí: acesso em 22 de fev.2015:www.itaberaí.go.gov.br.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), em 2009 (Tabela 3- População no Estado de Goiás), a região a onde está instalada a pequena IES - Faculdade Aliança, localizado no Centro Oeste Goiano, região que consta os municípios de Itaberaí, Goiás, Itaguaru, Itauçu, Itapuranga, Heitorai, Taquaral de Goiás, a onde a população desses municípios supera a cifra de 260 (Duzentos e sessenta mil) habitantes.

Faculdade Aliança é interesse do Município de Itaberaí, hoje, afirma o entrevistado Presidente do SENAR, Eurípedes Bassamurf, em 2014, na pesquisa de campo, conforme apêndice, p.139, n.º11:

A FAIT é o foco deste estudo a onde abrange uma grande gama de estudantes no município e região, quase sempre filhos de agricultores¹³² e familiares, funcionários da empresa SSA, imigrantes nordestinos e filhos dos comerciantes locais e das cidades vizinhas (BASSAMURF, 2014, p.139)¹³³.

Atualmente, com o olhar no presente e visão voltada para o futuro, atua estrategicamente, no sentido de construir uma gestão inovadora e compartilhada. Assim, redefine prioridades a fim de viabilizar sua missão e, desse modo, participar efetivamente do processo de construção socioeconômico e cultural da região de sua abrangência (IBGE)¹³⁴.

De acordo com a entrevista, o pesquisador e geólogo Paulo Sergio a IES (Instituições de Ensino Superior) está voltada ao cenário regional, mediante a posição geográfica estratégica, atraindo alunos de cidades vizinhas, destacando-se entre as principais Itaberaí, Itaguaçu, Taquaral, Ituaçu, Itapuranga, Heitorai, Sanclerlândia, Cidade de Goiás, Itapuranga e outras da região.

Conforme PPI (Plano Pedagógico Institucional) e PPE (Projeto Pedagógico) e FAIT (Faculdade Aliança de Itaberaí), desenvolve atividades acadêmicas voltadas para a concretização de seus fins: o ensino, a pesquisa e a extensão, consolidando sua missão em preparar profissionais para um mercado de trabalho inovador e competitivo, mediante a atualização permanente do P.P.I.

¹³² Devidamente enquadrados na lei 11.326, de 24 de julho de 2006, conforme segue: Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento.

¹³³ Eurípedes Bassamurf é Presidente do SENAR-Sistema Nacional Rural.

¹³⁴ IBGE.

Conforme fala do Deputado Estadual Jean Carlo, o aumento da capacidade de mão de obra qualificada e a influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) cabem a duas razões: A educação do Ensino Superior Privada e Estadual (no mesmo município tem a UEG). Ou seja, é nítida a pequena IES (Instituições de Ensino Superior), Faculdade Aliança, a sua contribuição na formação de seus alunos, que logo após a formatura, na maioria das vezes, fixam e fixaram residência no próprio município. Esses são ou tornam-se empresários empreendedores, com uma renda per capita favorável.

Já na entrevista do agropecuarista Carlos Leles, é nítida ao expressar que o potencial que a região do município de Itaberaí proporciona, com a localização de diversos estabelecimentos industriais, assim como estabelecimentos de comércio varejista onde há uma grande oferta de empregos é de fundamental importância a permanência de uma pequena empresa, como a IES-FAIT.

Ao entrevistar os ex-alunos Claudio Divino de Leles e Fabio de Melo, dos cursos de Administração da FAIT (Faculdade Aliança), empresários locais, percebemos o quanto a IES (Instituições de Ensino Superior) influenciou suas vidas, no quesito qualificação profissional, conforme falas abaixo:

A faculdade para mim foi um marco na minha vida pessoal e profissional. Na época, quando pensei entrar, fui praticamente empurrado por amigos a fazer a faculdade. No entanto, não tinha interesse e muito menos sabia a importância na minha vida. “Hoje, depois de formado, posso dizer que sou outra pessoa, outro profissional, sinto mais qualificado e feliz com que a faculdade me proporcionou.” Hoje, tenho minha empresa de Motos “... e a cada dia utilizo dos aprendizados que tive na prática, para expandir os negócios (Leles, 2014).

A FAIT para mim representa um divisor de águas. Essa pequena IES passou ser tão importante em minha vida, que hoje, faço parte de todos os eventos sociais da Instituição. E, na minha profissão o que posso afirmar é o que cresceu muito (Melo, 2014).

Em resumo é visível a satisfação das entrevistas, a maioria são empresários, produtores, representantes da gestão pública e privada, filhos de Itaberaí, quando responde sobre a realidade e o papel da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), no município de Itaberaí implantação da IES (Instituições de Ensino Superior) tem grande importância e influência na capacitação e profissionalização, mediante ao potencial que o município e região tem. E, com isso, melhorando o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), conforme quadros a seguir:

Tabela 4 – Empregos totais (número)

MUNICÍPIO	2011
Anápolis	85.585
Araçu	185
Brazabrantes	576
Campo Limpo de Goiás	844
Caturaí	407
Damolândia	311
Heitoraí	378
Inhumas	9.470
Itaberaí	7.471
Itaguari	428
Itaguaru	493
Itauçu	1.040
Jaraguá	5.929
Jesúpolis	234
Nova Veneza	1.523
Ouro Verde de Goiás	491
Petrolina de Goiás	1.029
Santa Rosa de Goiás	280
São Francisco de Goiás	697
Taquaral de Goiás	490
TOTAL: 20	117.861

Fonte: Site do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM/Relação Anual das Informações Sociais – RAIS (2011) e Site da Prefeitura de Itaberaí, referência de 2010 (2014).

Tabela 4.1 – O Estado de Goiás: participação no valor adicionado do Brasil, por setores de atividades – 2002-2010 - (%)

Setores de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agropecuária	7,4	6,3	6,4	5,7	4,6	5,0	5,6	6,7	7,0
Indústria	2,3	2,1	2,1	2,2	2,3	2,4	2,4	2,7	2,5
Indústria extrativa mineral	1,6	1,3	1,4	0,8	0,6	1,9	0,8	1,9	0,9
Indústria de transformação	1,8	1,7	1,6	1,9	2,1	2,0	2,1	2,5	2,3
Construção Civil	2,9	2,5	2,8	2,9	3,2	3,3	3,2	3,3	3,4
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4,0	4,1	4,1	3,4	3,4	3,7	4,2	3,6	3,6
Serviços	2,3	2,3	2,4	2,3	2,4	2,3	2,4	2,4	2,3
Comércio	2,9	3,3	3,1	2,9	3,2	3,0	3,1	3,3	3,0
Transportes e armazenagem	2,4	2,0	2,0	1,9	2,3	2,1	2,2	2,2	2,1
Serviços de informação	2,3	2,1	2,0	1,7	1,7	1,7	1,9	2,1	2,0
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	1,5	1,5	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6	1,6	1,8
Atividades imobiliárias e aluguel	2,4	2,5	2,7	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6
Administração, saúde e educação pública	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,1	2,3
Outros	2,0	2,0	2,1	2,1	2,2	2,2	2,2	2,1	2,2
Valor adicionado	2,6	2,6	2,6	2,4	2,5	2,5	2,6	2,7	2,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. (2012). Elaboração: SEGPLAN-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2014.

Os municípios que compõem a região de Itaberaí, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, estão entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,7 e 0,8).

Tabela 5 – IDHM – Educação

MUNICÍPIO	2000
Anápolis	0, 889
Araçu	0, 808
Brazabrantes	0, 834
Campo Limpo de Goiás	-
Caturai	0, 806
Damolândia	0, 829
Heitorai	0, 834
Inhumas	0, 842
Itaberaí	0, 794
Itaguari	0, 799
Itaguaru	0, 845
Itauçu	0, 839
Jaraguá	0, 803
Jesúpolis	0, 822
Nova Veneza	0, 842
Ouro Verde de Goiás	0, 828
Petrolina de Goiás	0, 780
Santa Rosa de Goiás	0, 804
São Francisco de Goiás	0, 796
Taquaral de Goiás	0, 830

Fonte(s): Site do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Fundação João Pinheiro – FJP(2000)

Definição(s): Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices por: (valor observado - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é a média desses dois índices, com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de frequência.

Nota(s): Classificação segundo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano):

Elevado (0,800 e superior)

Médio (0,500 – 0,799)

Baixo (abaixo de 0,500).

Tabela 6 – IDHM – Longevidade

MUNICÍPIO	2000
Anápolis	0,754
Araçu	0,774
Brazabrantes	0,797
Campo Limpo de Goiás	-
Caturaí	0,751
Damolândia	0,755
Heitoraí	0,749
Inhumas	0,754
Itaberaí	0,725
Itaguari	0,703
Itaguaru	0,718
Itauçu	0,762
Jaraguá	0,727
Jesúpolis	0,710
Nova Veneza	0,723
Ouro Verde de Goiás	0,693
Petrolina de Goiás	0,769
Santa Rosa de Goiás	0,715
São Francisco de Goiás	0,753
Taquaral de Goiás	0,703

Fonte(s): Site do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Fundação João Pinheiro – FJP(2000)

Definição(s): É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 a 85 anos, respectivamente. Esse indicador é uma medida-resumo dos níveis de mortalidade da população em geral, tornando-se maior à medida que declinam as taxas de mortalidade.

Nota(s): Classificação segundo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano):

Elevado (0,800 e superior)

Médio (0,500 – 0,799)

Baixo (abaixo de 0,500).

Tabela 7 – IDHM – Renda

MUNICÍPIO	2000
Anápolis	0,721
Araçu	0,618
Brazabrantes	0,617
Campo Limpo de Goiás	-
Caturaí	0,628
Damolândia	0,632
Heitoraí	0,648
Inhumas	0,690
Itaberaí	0,659
Itaguari	0,657
Itaguaru	0,675
Itauçu	0,624
Jaraguá	0,653
Jesúpolis	0,632
Nova Veneza	0,630
Ouro Verde de Goiás	0,637
Petrolina de Goiás	0,650
Santa Rosa de Goiás	0,626
São Francisco de Goiás	0,630
Taquaral de Goiás	0,645

Fonte(s): Site do IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Fundação João Pinheiro – FJP(2000)

Definição(s): É obtido a partir do indicador renda per capita média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$ 3,90 e R\$ 1.560,17; respectivamente.

Nota(s): Classificação segundo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano):

Elevado (0,800 e superior)

Médio (0,500 – 0,799)

Baixo (abaixo de 0,500).

Tabela 8 – IDHM

MUNICÍPIO	2010
Anápolis	0,788
Araçu	0,733
Brazabrantes	0,749
Campo Limpo de Goiás	-
Caturai	0,728
Damolândia	0,739
Heitorai	0,744
Inhumas	0,765
Itaberaí	0,764
Itaguari	0,720
Itaguaru	0,746
Itauçu	0,742
Jaraguá	0,728
Jesúpolis	0,721
Nova Veneza	0,732
Ouro Verde de Goiás	0,719
Petrolina de Goiás	0,733
Santa Rosa de Goiás	0,715
São Francisco de Goiás	0,726
Taquaral de Goiás	0,726

Fonte(s): Site do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Fundação João Pinheiro – FJP (2010).

Definição(s): O IDH-M é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. Esse conjunto de indicadores compõe os índices: IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda), cuja média aritmética simples resulta no IDH-M. Esses índices variam de 0 (zero) a 1 (um), sendo 1 (um) a posição correspondente aos melhores valores. No caso do IDH, o 0 (zero) representa nenhum desenvolvimento humano; países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e aqueles com IDH igual ou superior a 0,800 têm o desenvolvimento humano considerado alto.

Nota(s): Classificação segundo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano):

Elevado (0,800 e superior)

Médio (0,500 – 0,799)

Baixo (abaixo de 0,500).

No campo da educação, a região possui taxas de alfabetização bastante elevada, chegando a educação municipal, recentemente, ganhar o Prêmio do Instituto Ailton Senna de educação de excelência, conforme pode ser verificado no quadro a seguir apresentado.

Tabela 9 – IDHM -Taxa de Alfabetização (%)

MUNICÍPIO	2010
Anápolis	94,70
Araçu	85,37
Brazabrantes	90,01
Campo Limpo de Goiás	87,80
Caturai	88,55
Damolândia	88,09
Heitorai	88,03
Inhumas	90,69
Itaberaí	90,54
Itaguari	86,24
Itaguaru	87,03
Itauçu	88,85
Jaraguá	91,23
Jesúpolis	85,91
Nova Veneza	91,99
Ouro Verde de Goiás	89,19
Petrolina de Goiás	90,77
Santa Rosa de Goiás	86,13
São Francisco de Goiás	86,33
Taquaral de Goiás	89,47

Fonte: Site do IBGE (2014)- Dados retirados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2010.

2.3.4.3 Quadro Geohistórico do Município de Itaberaí, sede da FAIT (Faculdade Aliança de Itaberaí)

Situado a apenas 99 km de Goiânia, o município de Itaberaí¹³⁵ desponta como pólo social e econômico da região do Centro Oeste Goiano. O SEBRAE, em 2013 qualificou e dimensionou o perfil socioeconômico do município, como:

¹³⁵ Foi elevada a condição de município em 1.868, mas a instalação só ocorreu em 1.885. Em 1.889, conquistou a condição de comarca de primeira entrância- a Comarca do Rio das Pedras. Em 1.903, nos termos da Lei 253, com data de 22 de junho, foi elevada a categoria de cidade. Em 5 de agosto de 1.924, pela Lei nº 762, por iniciativa do Deputado Benedito Pinheiro de Abreu, passou a denominar Itaberaí, que significa em Tupi Guarani “Rio das Pedras Brilhantes.” Até 1.930, Itaberaí possuía um imenso território que incluía os municípios de Itauçu, Araçu, Inhumas, Taquaral, Itaguari e Heitorai. Atualmente possui uma área de 1.471,2 Km² e uma população de quase 33 mil habitantes, conforme IBGE/2010. No entanto, o último Censo, não oficial, em 2014, informou que chega a 55 mil habitantes.

A atividade produtiva local, mostrando que a região se apresenta como um exemplo bem sucedido de reforma agrária. O próprio processo histórico serve como referência, desde o povoamento e consolidação do município no contexto da economia estadual, que favorece a expansão da pecuária e agricultura, pela predominância da terra de boa qualidade e de fácil manejo (SCHEINER, 2014, p.139)¹³⁶.

O agronegócio é forte no município, e vários dos alunos formados pela FAIT (Faculdade Aliança), hoje atuam na área do agronegócio, como empresários autônomos ou profissionais liberais.

Daí a importância da existência da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), no município de Itaberaí, onde proporcionará à compreensão da importância do agronegócio¹³⁷ (conjunto de agentes econômicos interligados à produção agrícola, incluindo as instituições de ensino que dão suporte e apoio técnico e de conhecimento, qualificando mão de obra para o setor) para a microrregião de Anápolis (mesorregião do Centro-Oeste Goiano), com ênfase para o estudo local, do município de Itaberaí e região.

Ou seja, conforme a classificação do SEBRAE, relato do Presidente deliberativo Estadual, em Goiás, o advogado Baiocchi (2014, p.8-10),¹³⁸ já citado é nítido compreender que a pequena IES (Instituições de Ensino Superior) influencia diretamente no desenvolvimento da economia, nesse caso específico, a pequena FAIT (Faculdade Aliança), pode fazer o papel fundamental na capacidade de desenvolver a mão de obra empreendedora, por meio da pesquisa e investimentos na tecnologia, através de parcerias com as empresas abaixo mencionadas, na qual não podemos deixar de levar em considerações a influência nos três setores importantes da economia, no município de Itaberaí, ao Estado e país, conforme expressou o professor Sergio (2014)¹³⁹:

Não podemos deixar de levar em consideração três setores importantes da economia local que precisam urgentemente de mão de obra qualificada: o

¹³⁶ SCHEINER, José Mario. Presidente do Sistema FAEG-Federação da Agricultura do Estado de Goiás. Entrevistado na pesquisa de campo, em 2014.

¹³⁷ www.sistemafaeg.com.br

¹³⁸ Entrevista exposta pelo presidente deliberativo do SEBRAE, em 2014, adv. Marcelo Baiocchi na Revista CAMPO. Ano XII. N.228. FAEG.p.8-10(2014).

¹³⁹ O Professor Paulo Sergio A.de Leles, cursou a Pós-Graduação Lato-Sensu em Formação Socioeconômica do Brasil, em 2010, na qual desenvolveu a monografia e artigo com o tema abordando a Evolução do Desenvolvimento da Agropecuária em Goiás, enfocando a moderna e atual agricultura irrigada, e estando atuando desde então como professor de geografia Especialista em Estudos Agrários de Goiás. Foi um dos entrevistados na pesquisa de campo, no município de Itaberaí em 2014.

sucoalcooleiro, o de irrigação de tomates para processamento e o ramo de avicultura representado pela empresa SSA-São Salvador Alimentos, que apresentam imensas variedades de possibilidades de incorporações de novas tecnologias, e em especial as tecnologias implantadas pela multinacional Grupo Fabril Bestfoods (UBF), em lavouras destinadas ao plantio de tomate para processamento, visando abastecimento do mercado interno e externo; - e as novas tecnologias implantadas pelo setor sucoalcooleiro, visando aumento de produção do combustível vegetal álcool, para abastecer o crescente consumo nacional, via aumento da frota de veículos automotores flexíveis, e a grande demanda internacional de países que precisam se adequar ao Protocolo de Kyoto e reduzir as emissões de gases poluentes, principalmente o gás carbônico; e de países que visam reduzir a dependência do combustível fóssil-petróleo; - e por último e especial da empresa SSA, cuja marca e produto Super Frango fez nome e expansão ao comércio exterior, exigindo cada vez mais mão de obra qualificada.

Mesmo constatado poucos estudos e obras científicas goianas e até brasileiras que tratam da influência do Agronegócio, em espaços territoriais micro, ou seja, em unidades territoriais municipais; e das grandes alterações que as novas tecnologias estão promovendo nestas unidades territoriais, centralizando recursos nas que melhor atendem seus interesses e desprezando as demais, contribuindo para as grandes desigualdade desta unidade estadual da federação Brasil, que não é diferente das demais unidades que compõe esta nação, e principalmente da necessidade de investimento e apoio às pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) que podem proporcionar e apoiar o agronegócio, com a capacitação de mão de obra qualificada, que há muito nos municípios brasileiros vem sendo questionado e buscado.

Prova disso, Itaberaí¹⁴⁰, percebe-se que o grande crescimento industrial de empresas voltadas ao agronegócio¹⁴¹, nas últimas décadas, como por exemplo, a instalação de grandes empresas agroexportadoras de capital local: Abatedouro São Salvador, Indústrias sucoalcooleiras (nas proximidades, em Anicuns)¹⁴² e da multinacional Unilever Bestfoodes (hoje administrada pelo grupo Kargil)¹⁴³, via parcerias com produtores locais para a produção de tomates e processamento, de cana para abastecer usinas de álcool combustível regionais, e de aves para

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://itaberaí.go.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em 25 fev. de 2014.

¹⁴¹ Dossiê de Goiás. Enciclopédia Regional. II Série: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente/Antônio Moreira da Silva. Ed. Master Publicidade.p.518-522.Goiânia-GO.

¹⁴² <http://www.faculdadeanicuns.edu.br/>.

¹⁴³ <http://www.cargill.com.br/pt/index.jsp>.

abastecer o abatedouro São Salvador Alimentos¹⁴⁴, através das organizações sindicais, proporcionou a evolução de um problema, no mercado local, ainda maior e delicado, conforme afirma o professor e advogado militante no município, Paulo Henrique, “vulgo Paulão”¹⁴⁵, que expressa claramente: “A falta de mão de obra qualificada, a necessidade de investimento na educação, a necessidade de planejamento urbano, tudo esses fatos acarreta uma série de dificuldades que prejudicam o desenvolvimento da economia local e no país, etc”.

Nessa evolução e necessidade comercial, podemos interpretar que a educação, proporcionada pelas pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a Faculdade Aliança, têm grande papel, na capacitação de mão de obra, assim como influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano),¹⁴⁶ no meio que está em transformação.

Sendo assim, faz-se necessária maior pesquisa ou mudanças de normas, com relação à análise da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), nesse município, e que venha ser modelo para as demais realidades, das 68% (sessenta e oito por cento), de outros municípios esparramados nesse país, principalmente na forma como são solicitados os requisitos para reconhecimentos de curso, conforme afirma Sanches (2009)¹⁴⁷, durante a visita *in loc*, voltados à identidade das regiões e a necessidade destes, naquele município.

É necessária uma mudança de pensamento, por parte das políticas públicas de reconhecimento e avaliação institucionais, INEP/MEC, até mesmo no Brasil como um todo pode ser considerado como um segmento altamente dinâmico e fundamental as atividades econômico-sociais, contribuindo de forma positiva na formação de mão de obras, e permitindo aos governantes nas três esferas do executivo dar continuidade às políticas de redução da pobreza, dos desperdícios, da qualificação do profissional, através da educação¹⁴⁸.

¹⁴⁴ A SSA-São Salvador Alimentos é uma empresa que foi instalada no município de Itaberaí há 20 anos. Contudo, somente nos últimos 10 anos que conseguiu pegar o mercado internacional, tendo em vista as dificuldades, e uma delas incluem a mão de obra, local.

¹⁴⁵ O Professor Paulo Henrique é advogado e professor militante no município de Itaberaí e foi um dos entrevistados na pesquisa de campo, em 2014.

¹⁴⁶ Site do Portal de Itaberaí. Disponível em: <http://www.portalitaberaai.com.br/>. Acesso em 25 fev. de 2014.

¹⁴⁷ SANCHES. Raquel Cristina Ferraroni. Avaliação Institucional. Curitiba: IESDE Brasil.S.A., 2009.

¹⁴⁸ SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5. ed. ampl. Brasília: INEP, 2010.

2.3.4.4 Região Centro Oeste e Capacidade Econômica e o IDH¹⁴⁹ (Índice de Desenvolvimento Humano)

O valor adicionado da renda per capita da região de Itaberaí é elevado, tendo alcançado, em 2010, uma população de 35.412 hab. (GO: 29º) – Censo IBGE/2013. O município está localizado no Brasil 16° 01' 12" S 49° 48' 36" - IBGE/2008/1, na Microrregião de Anápolis, há 89 km, com densidade 24,07 hab./km², Altitude de 701m, fuso horário de UTC-3, com IDH-M, IDH-M 0, 739 alto PNUD/2000/4, PIB R\$ 391.935, 540 mil IBGE/2008, PIB per capita R\$ 12.261,40 IBGE/2008.

A região tem passado por profundas transformações estruturais resultado direto da ampliação de empresas como a SSA e o agronegócio, conseqüentemente com o investimento a educação e o ensino superior.

Com relação às instituições de ensino superior na região segundo o Ministério da Educação (MEC) a distribuição obedece à seguinte ordem: 2 (duas) faculdades, sendo uma particular e uma estadual e (1) à distância, totalizando 3 (três) instituições: FAIT, UEG e UNIP - Distância (INEP, 2010).

O IDHM,¹⁵⁰ cresceu muito nos últimos quatro anos, momentos de fortalecimento do Ensino Superior no município; Embora, o IDH¹⁵¹ (Índice de Desenvolvimento Humano) não mede exatamente qualidade de vida. No entanto, os municípios com elevados índices de educação, melhora a expectativa de vida e renda alta e tendem ser bons lugares para se viver:

O IDH¹⁵² Municipal varia de 0 a 1 considerando indicadores de longevidade (saúde), renda e educação. E, no quesito Educação, o município de Itaberaí, nos últimos quatro anos subiu de 0,73 para 0,89.

¹⁴⁹ O indicador, que vai de 0 a 1 – e quanto mais próximo de 1, melhor - é semelhante ao famoso IDH calculado para os países do globo, mas algumas adaptações metodológicas tupiniquins foram feitas. Por isso, segundo o PNUD, não é possível comparar os números de países inteiros às cidades brasileiras. <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-50-melhores-cidades-do-brasil-para-se-viver-segundo-onu>.

¹⁵⁰ ATLAS BRASIL. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/download/>. Acesso em 34 de Julho, 2015.

¹⁵¹ Entretanto, o levantamento é feito pela ONU a cada 10 anos, com base nos dados do Censo, do IBGE.

¹⁵² Quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano do município. Quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento do município.

E, nesse percentual, com certeza a pequena IES privada, do município de Itaberaí, FAIT, tem influência (PNUD E IPEA, 2013).¹⁵³

A pesquisa foi elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

¹⁵³ Veja o IDH Municipal - Pesquisa permite comparar os municípios pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, considerando indicadores de longevidade (saúde), renda e educação. Sendo assim, a pesquisa elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Ao comparar os números do município com os de outros municípios, chegou-se à conclusão: IDH-M de Renda. Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. ITABERAÍ, GO. Ano: 2010. PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por município e estado IDH-M de Longevidade. Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. ITABERAÍ, GO. Ano: 2010-3.233º/203º.

CAPITULO 3

A DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos pela pesquisa campo (2014) e análise do cenário, da FAIT (Faculdade Aliança), localizada no Centro Oeste, município de Itaberaí, por inferências a partir da leitura das entrevistas e documentos da CPA (Comissão Própria de Avaliação), buscou demonstrar a importância da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) para o desenvolvimento do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), na região. A discussão e fundamentação técnica e analítica da pesquisa resultaram-se a interpretação de categorias previamente estabelecidas a saber:

3.1 Considerações Preliminares sobre o Perfil da PMIES-FAIT

Ao fazer uma leitura e análise do cenário da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) no Centro-Oeste Goiano, especificamente da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), Faculdade Aliança, chega-se à conclusão que não é indiferente da maioria das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), localizadas nos municípios brasileiros.

A problemática com relação às regras cobradas das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) pelo SINAES são as mesmas que os GCU. As pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) como a FAIT (Faculdade Aliança) passam por dificuldades ao responder os quesitos na avaliação uma vez que são avaliadas de igual peso, valor e olhar técnico que as grandes IES (Instituições de Ensino Superior). Pois, quando voltamos o olhar para a capacidade financeira, as dificuldades na contratação de mãos de obra qualificada, a falta de quesitos que diferenciam as pequenas das grandes IES (Instituições de Ensino Superior), bem como a ausência dos quesitos institucionais do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), em não valorizar a realidade regional destas IES (Instituições de Ensino Superior) e suas influências no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), deixa IES (Instituições de Ensino Superior), com a Faculdade Aliança, cada vez mais distante da estabilidade.

Ao fazer uma análise global¹⁵⁴ da percepção da PMIES-FAIT, objeto da pesquisa de campo, ocorrida em 2014, apresentou quesitos que podem ser vistos como empecilho ou ponto positivo¹⁵⁵ ao crescimento da Faculdade Aliança, conforme abaixo:

Vantagens: **a)** - Na pesquisa documental e Institucional, dados apresentados pela Secretaria da IES (Instituições de Ensino Superior), em 2014, foram indicados a nota 4,0 (Curso de Administração) e 3,0 (Contábeis) como força principal; **b)** - O quadro de professores informado é favorável ao solicitado pelo MEC (Ministério da Educação), o número de mestres é equivalente a 2/3 nos dois cursos: Administração e Ciências Contábeis; **c)** - O perfil dos alunos é de Jovens Adultos e empreendedores: 30% (trinta por cento) filhos de produtores rurais, 40% (quarenta por cento) são funcionários da SSA-Empresa São Salvador Alimentos, 30% (trinta por cento) residentes nos municípios de Itaguarí, Heitorai, Itauçu e Cidade de Goiás; **d)** - O ponto é estratégico e histórico, localizado bem no centro da cidade e abrange um local bem visto por todos; **e)** - A região é bastante promissora, o comércio local é forte no agronegócio e no ramo de aves. O crescimento é nítido, bem como a necessidade de profissionalização do mercado. Podendo nesse intervalo entender serem pontos fortes e positivos para a IES-FAIT.

Oportunidades: **a)** - A carência de mão de obra qualificada no mercado local e regional é grande; **b)** - As grandes necessidades de qualificação de mão de obra, tendo em vista a expansão do agronegócio e comércio local, e a implantação de Empresas de Capital Aberto para exportações, no ramo de Aves, Suínos, Sucos e Confeções, etc.; **c)** - Potencial para cursos à distância, PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), cursos de extensão, etc; **d)** - Ser a única faculdade privada, no município.

Fragilidades: **a)** - A evasão, nos cursos da FAIT (Faculdade Aliança): Ciências Contábeis e Administração; **b)** - Marketing publicitário frágil diante da concorrência de faculdades como: Faculdade de Anicuns, UFG, UEG, Faculdade de São Luis dos

¹⁵⁴ A presente análise buscou o mesmo perfil que a pesquisa de campo, realizada pela ABMES (2013-2014). A pesquisa da associação iniciou em 2012 e encerrou em 2014, com o levantamento da realidade de 2049 IEs privadas no país. E, dessas 174 IEs foram entrevistadas, sendo que a maioria de pequeno porte. A presente pesquisa (2014), efetuada pela mestranda, no estabelecimento da FAIT e região, tem o mesmo perfil, entretanto, de forma centralizada a onde levantou os pontos positivos e negativos da IES, integrando a realidade das demais de igual peso, existentes em outros municípios.

¹⁵⁵ A pesquisa utilizou do modelo apresentado pela UNESCO, Global education diesst. Comparing Statistics Across the Word. Montreal: UNESCO Institute for Statistic, 2006. A pesquisa (2014), efetuada pela mestranda, no estabelecimento da FAIT e região, utilizou os mesmos quesitos, pontos positivos, fraquezas, pontos positivos e negativos, integrando a realidade da FAIT.

Montes Belo, Faculdade de Inhumas, PUC-GO; e os Pólos da UNIP e UNOPAR a Distância¹⁵⁶; c) - Dificuldade de seguir a risca os quesitos do SINAIES's (Sistema Nacional de Ensino Superior); c) - Evasão escolar tendo em vista a carência financeira dos discentes; d) - Não ter o FIES (Programa de Financiamento Estudantil).

Ameaças: a) - Valor da mensalidade elevadas¹⁵⁷; b) - Ameaça na região da quantidade de cursos a Distâncias que estão surgindo, com valores das mensalidades bem a abaixo do mercado; c) - A baixa renda, do corpo discente, bem como a dificuldade da IES (Instituições de Ensino Superior) não conseguir o FIES (Programa de Financiamento Estudantil) até a presente data. Ou seja, a capacidade financeira dos alunos é baixa. A maioria ganha de um a dois salários mínimos. Se a mensalidade é quase o valor de um salário-mínimo, faz-se necessário buscar parcerias, financiamento estudantil e bolsa da OVG¹⁵⁸ (Organização das Voluntárias de Goiás).

Enfim, a Instituição de Ensino Superior a Faculdade Aliança, localizado no município de Itaberaí, Estado de Goiás, mesmo diante dos pontos fortes como oportunidades e vantagens, acima apresentadas, a mesma tem em desvantagem mais quatro (04) questões sociais e dificuldade do mercado, de igual peso das demais IES (Instituições de Ensino Superior) de pequeno porte, no país, tais como: **a)** - a dificuldade de aprendizado da maioria dos Estudantes, tendo em vista a fragilidade da base educacional; **b)** - a inadimplência do corpo discente proporcionando conseqüentemente à evasão¹⁵⁹; **c)** - Mensalidades pouco atrativas, tendo em vista a elevada carga tributária e encargos trabalhistas; **d)** - a grande oferta de cursos de EAD pelos concorrentes, como as demais PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) que foi apontada por 58% das IES (Instituições

¹⁵⁶ Fonte: Pesquisa de campo e entrevistas.

¹⁵⁷ Ou seja, a realidade da FAIT não fica distante das demais Pequenas IES. Pois, a pesquisa o Instituto PHD, de opinião chegaram aos indicadores de qualidade – sendo que o ENADE tem grande peso na composição dos indicadores de qualidade existentes hoje, como CPG e IGC. Nesse caso, o porte da instituição foi apontado como a principal fraqueza frente à concorrência por 41,4% das IES, seguido do valor da mensalidade, apontado como a principal fraqueza por 32,8% dos gestores das PMIES.

¹⁵⁸ Valores de mensalidades, também que podem ser altos quando comparados àqueles cobrados pelos grandes grupos educacionais, que conseguem praticar valores menores. A evasão pode estar relacionada também a estruturas curriculares arcaicas e pouco atrativas para os alunos. PMIES.

¹⁵⁹ Valores de mensalidades, também que podem ser altos quando comparados àqueles cobrados pelos grandes grupos educacionais, que conseguem praticar valores menores. A evasão pode estar relacionada também a estruturas curriculares arcaicas e pouco atrativas para os alunos. PMIES.

de Ensino Superior) pesquisadas como a maior ameaça, seguida pela concorrência, o que também inclui o terceiro item: o preço praticado pelos concorrentes;

A pequena IES-FAIT absolve o mesmo reflexo socioeconômico que as demais IES's (Instituições de Ensino Superior) privada no país. Por outro lado, a oportunidade de mercado, na região em que está localizada a Faculdade Aliança, aumentou de forma extraordinária, tendo em vista a boa localização e o surgimento de grandes empresas do agronegócio, na região.

3.2 Envolvimentos dos Dirigentes e Colaboradores

A pesquisa (2014), constatou que desafio maior dos gestores deverá ser a propositura de novas dinâmicas, conforme as vantagens e oportunidades aqui apresentadas. No entanto, jamais esquecendo as ameaças e fragilidades existentes, acima supracitadas.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a gestão do grupo, nas áreas financeiras, administrativas e pedagógicas, itens que foram duramente criticados pelo corpo discente, o principal consumidor, apontando, também pontos negativos, tais como: Distância dos gestores, preços elevados, falhas no atendimento e no planejamento estratégico.

3.3 Dificuldades Enfrentadas

Ao fazermos o levantamento das dificuldades enfrentadas pela FAIT (Faculdade Aliança), compara-se com as demais IES pequenas também no quesito: a) - pequeno porte; b) - não têm tradição, reputação nem ganhos como os GCU.

No entanto, contribui com a dinâmica do mercado local e regional e com a capacitação de mão de obra de pessoas que influi diretamente no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), do município de Itaberaí e região, a importância e contribuição da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), no interior goiano, na formação de cidadãos e influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano),

pode ser o “X” da questão, ou melhor, o ponto de partida para uma série de debate e pesquisa, em busca de avaliações mais justas, que favoreçam as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) nos municípios que elas estão instaladas.

Sendo assim, pode-se afirmar e rever a omissão e valorização dos questionários socioeconômica, junto ao MEC (Ministério da Educação), no quesito pequeno IES (Instituições de Ensino Superior), quando Instituições como a FAIT (Faculdade Aliança) são avaliadas. Pois, esse item poderá demonstrar a verdadeira realidade e influência das pequenas, no município que estão instaladas. Ou seja, é quesito forte para apresentar os pontos negativos e positivos, que proporcionarão análise completa das fragilidades e oportunidades.

3.4 Formas de Acesso e de Divulgação

A tradição e o local do estabelecimento da IES (Instituições de Ensino Superior), a onde está instalada a faculdade, no centro da cidade em um prédio antigo e de grande valor social e cultural, é também uma força principal. No entanto, não caracteriza fator que garanta a competitividade do mercado. Pois, segundo Ristoff (2013), no Brasil, em função da dinâmica do sistema de ensino superior, o mix tradição, infra-estrutura e marca não é fator que garanta a competitividade.

3.5 Dificuldades Financeiras e de Conhecimentos das Normas Educacionais

Conforme pesquisa, já citada nesse trabalho, da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior), define que certeza o ponto fraco da maioria das PMIES¹⁶⁰ (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior); é a dificuldade financeira, além dos quesitos: **1)** - predomínio da expansão das matrículas dos Grandes Centros Universitários; **2)** - tendência de consolidação do sistema, em função das aquisições dos grupos educacionais; **3)** - avanço da oferta

¹⁶⁰ Em resumo, o objeto de questionamento pela ABMES junto ao MEC e ao SENAES, em prol de buscar formas diferenciadas de analisar, aprovar, as pequenas IES que são avaliadas, pode ser diferente e devem-se buscar diferenciações com relação aos grandes grupos ou Instituições de Grande Porte.

de ensino a distância, na região, dos cursos superiores, consequência da autorização da legislação educacional; **4)** - atuação do processo de globalização educacional e internacionalização que proporcionou entidades de classe como Sindicatos e Federações a organizar seus próprios cursos (com parcerias), realizando em municípios específicos; **5)** - A competição, a dinâmica e as turbulências do sistema de ensino superior no país, incentivado pela LDB/96 e SINAES influência, também, diretamente a pequena IES (Instituições de Ensino Superior); **6)** - O desafio enquadra nos quesitos SINAES é um dos quadrantes do pesadelo reconhecido em função da qualidade educacional.

3.6 Entrevistas com a Comunidade

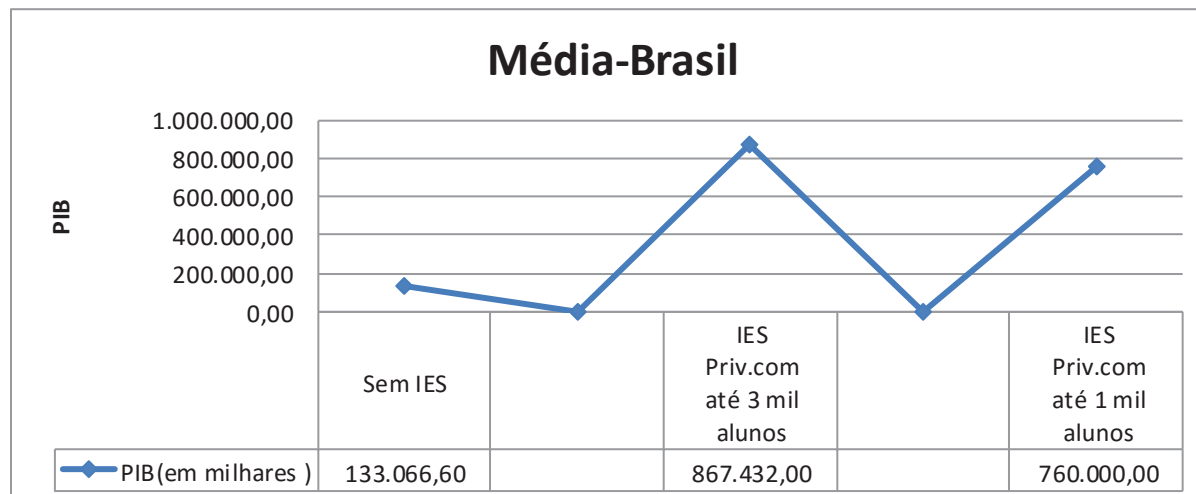
A apresentação da pesquisa de campo (2014), organizada pela mestranda, realizada com colaboradores da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) e representatividade do agronegócio local e regional, ex-alunos e empresários, gestores públicos, foi distribuída de forma proporcional, conforme Apêndice e Anexos, demonstrou a satisfação e apoio que a comunidade local dá a pequena IES-FAIT.

3.7 A Importância da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e sua Influência no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), no Município de Itaberaí

Mediante a um verdadeiro diagnóstico das pequenas e médias instituições privadas brasileiras chega-se à conclusão nas presentes pesquisas que as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) não poderiam ser traçadas sem ouvir as próprias instituições de ensino. Por conta disso, a pequena IES-FAIT, faz parte deste estudo abrangente. Os gráficos abaixo foram montados conforme pesquisa da ABMES (2014), do autor Ristoff (2013) e pesquisa atual realizada pela mestranda, na FAIT (2014), a onde acrescentou a IES (Instituições de Ensino Superior) com até 1 mil alunos matriculados, detalhe que até o momento não ocorreu nenhum levantamento, conforme figuras abaixo:

Analisando os quadros abaixo se percebe a influência direta no PIB, em municípios que tem IES (Instituições de Ensino Superior):

Figura 2 - Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: ABMES-/Instituto Expertise (2013-2013)/Dados do INEP/MEC através do IBGE- 2010. Pesquisa do autor Ristoff, Divo (2013). FAIT-Pesquisa de Campo-2014.

O gráfico acima foi desenvolvido mediante as pesquisas realizada pela ABMES (2013-2014)¹⁶¹, desenvolvida pelo Instituto Expertise e dados do IBGE (2010); Pesquisa do autor Ristoff (2013), e dados levantados pela pesquisa de campo (2014), pela mestrandia e informações apresentados pela Secretaria da FAIT (2014).

A figura de N.º 2, apresenta a diferença do Produto Interno Bruto nas regiões que estão instaladas as IES (Instituições de Ensino Superior) dos municípios que não tem IES (Instituições de Ensino Superior). É nítido o baixo índice do PIB nos municípios que não tem IES (Instituições de Ensino Superior), nesse caso privadas, 12 municípios que tem IES (Instituições de Ensino Superior) privadas com até 3000 mil alunos, conforme a pesquisa da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior) e municípios que tem IES (Instituições de Ensino Superior) com até 1000 mil alunos, conforme a pesquisa de Ristoff (2013).

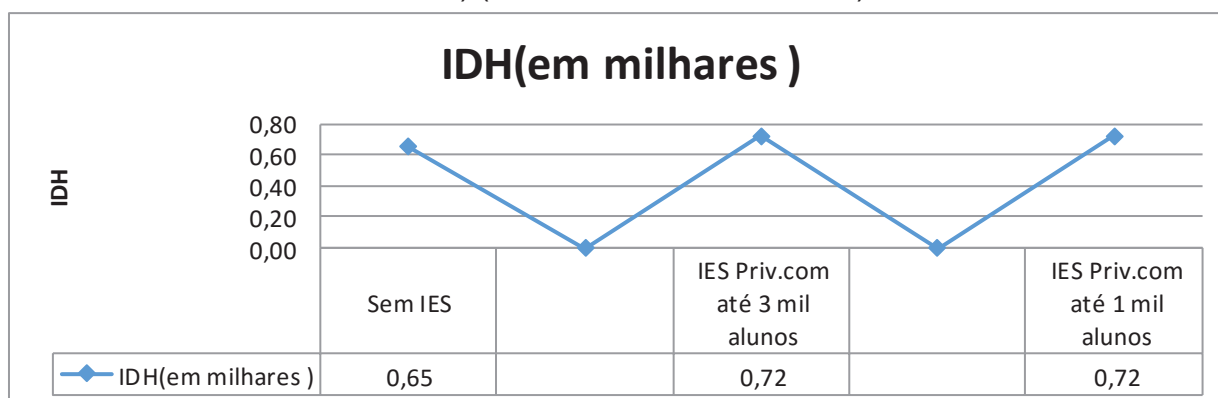
No gráfico, podemos perceber que quanto maior o número de matrículas, nas respectivas IES (Instituições de Ensino Superior), maior é o PIB do município que tem uma IES (Instituições de Ensino Superior) instalada. No entanto, os municípios

¹⁶¹ Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior: *Diagnóstico das pequenas e médias instituições de Ensino Superior privadas no Brasil: indicações para melhoria da competitividade*/Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino superior. – Ano 29, n. 41 (Mar. 2014).– Brasília: ABMES Editora, 2014, v; pg.19-2010.

que não existem nenhuma IES (Instituições de Ensino Superior) apresentam menor PIB municipal, indiferente da quantidade de matriculados.

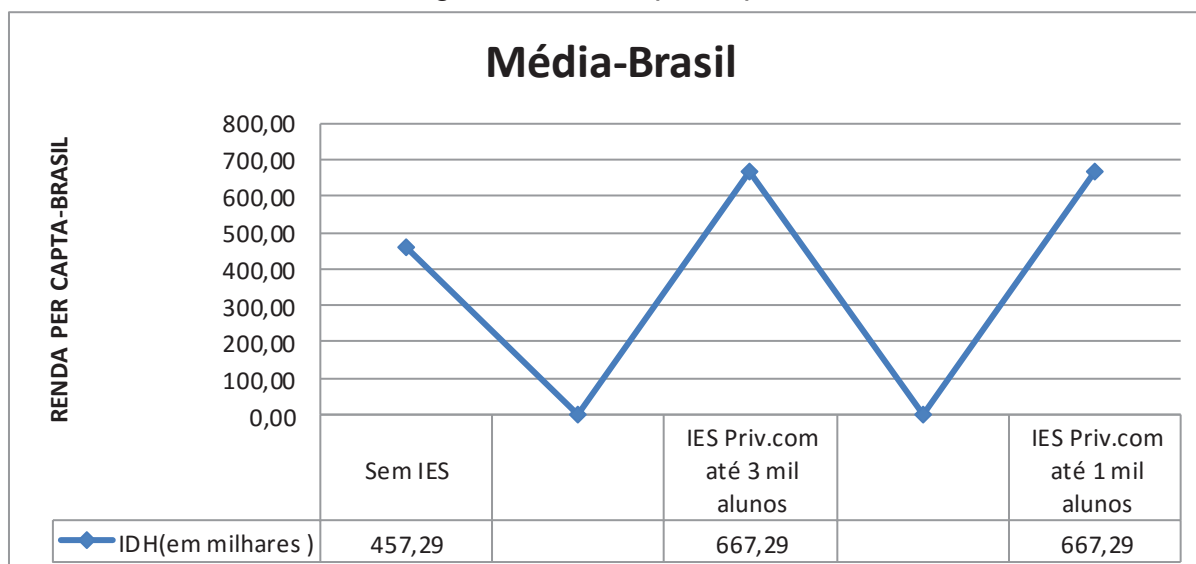
Já na figura de N.º 3 e 4, os gráficos demonstram o crescimento do IDH, em município com IES privadas. Instaladas, assim como o crescimento crescente da Renda per capita de cada município e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano):

Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) (dados PNUD - Atlas 2013)



Fonte: ABMES-/Instituto Expertise (2013)/Dados do INEP/MEC e IBGE- 2013.
FAIT-Pesquisa de Campo-2014.
Pesquisa do autor Ristoff (2013).

Figura 4 - Renda per capita



Fonte: ABMES-/Instituto Expertise (2013)/Dados do INEP/MEC e IBGE- 2013.
FAIT-Pesquisa de Campo-2014.
Pesquisa do autor Ristoff (2013).

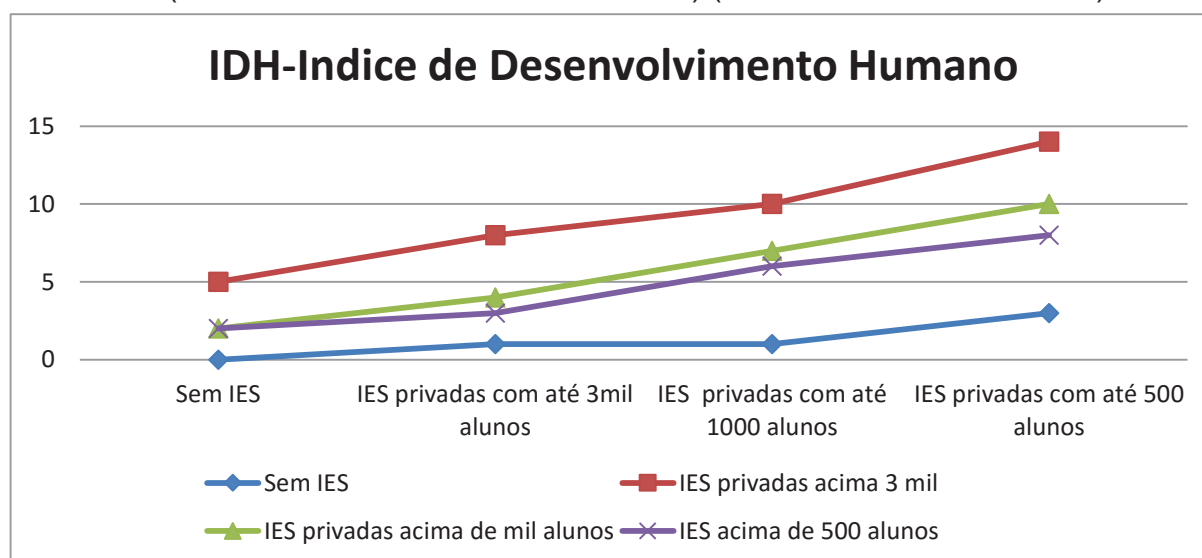
As pesquisas citadas anteriormente foram unânimes em apresentar que o Desenvolvimento Humano e a Renda Per Capita aumentam com a instalação de IES (Instituições de Ensino Superior) no município. Nesse caso, as privadas IES

(Instituições de Ensino Superior) com até 3 mil alunos e as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) com até 1 mil alunos, que influenciam diretamente no desenvolvimento, indiferente do número de alunos.

Na figura N.º5 – O Gráfico apresenta quatro (04) realidades: a) – municípios sem IES (Instituições de Ensino Superior); b) – municípios que tem IES privadas com até 3 mil alunos; c) – municípios com IES privadas com até 1 mil alunos e d) – municípios com IES privadas até 500 alunos matriculados, como é o caso do objeto de pesquisa, FAIT (Faculdade Aliança).

As pesquisas constataram que o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano está ligado ao grau de influência que as IES (Instituições de Ensino Superior) no município e no número de alunos que as Instituições colocam no mercado, conforme o percentual de alunos, nas regiões que estão localizadas:

Figura 5 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) (dados PNUD – Atlas 2013)



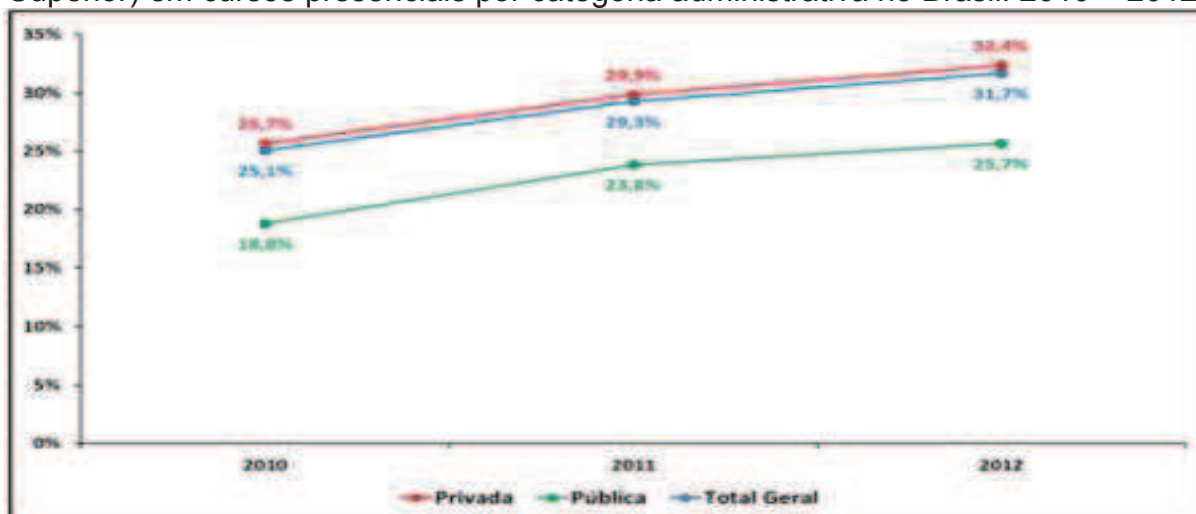
Fonte: ABMES-/Instituto Expertise (2013)/Dados do INEP/MEC e IBGE- 2013.
FAIT-Pesquisa de Campo-2014.
Pesquisa do autor Ristoff (2013).

Na figura supracitada, percebemos o aumento do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) nos municípios que tem IES (Instituições de Ensino Superior) e nos que não tem, bem como se observa que o crescimento na qualidade de vida é influenciado, também, pelo número de alunos no Ensino Superior.

Outro fator que observamos é o quesito Evasão: Ao fazer levantamento e análise das melhorias para o crescimento regional e institucional, conforme os realizados pela ABMES (2013), podem definir a Evasão, conforme os gráficos 3, 4 e

5 abaixo, que demonstram o perfil das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior):

Gráfico 3 - Evolução da evasão nas PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) em cursos presenciais por categoria administrativa no Brasil: 2010 – 2012.



Fonte: Pesquisa da ABMES/INEP-MEC através do Instituto Expertises (2013)

No gráfico de N° 3, é nítida a apresentação que as IES privadas têm maior taxa de evasão e graus nos últimos anos. Já as IES públicas, talvez até pelo fato de ser pública a taxa é bem menor.

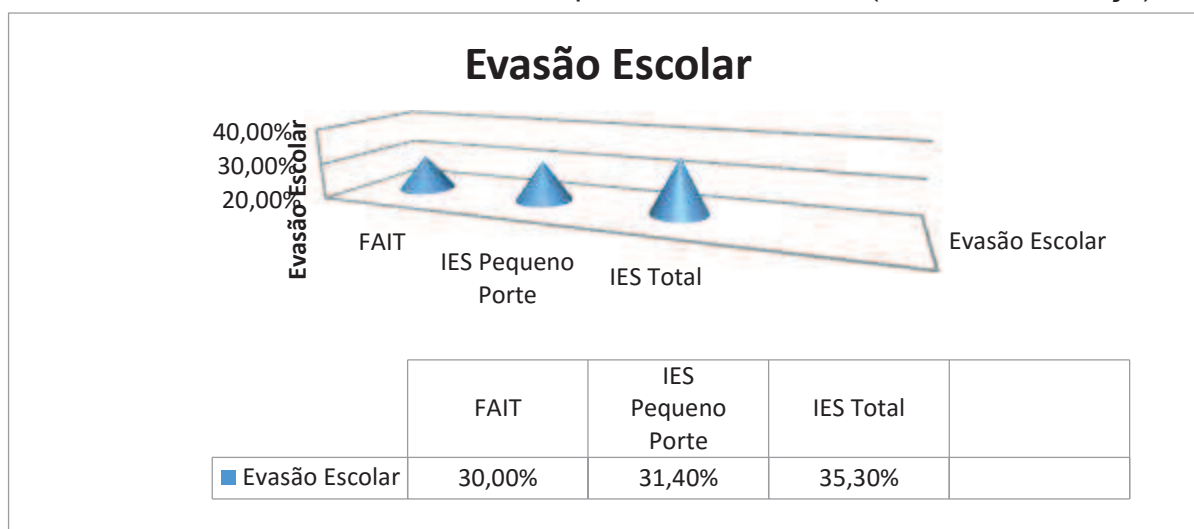
A Amostra da Pesquisa de Campo levantada pelo Instituto Expertises (2013)¹⁶², dados levantados pela IBGE (2010), por solicitação da ABMES (2013), o levantamento realizado pelo IBGE, por Regiões do Brasil¹⁶³, sobre a evolução da evasão nas PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e complementada pela pesquisa de campo realizada na FAIT (2014), apresenta:

Na rede privada da região do centro-este goiano é equivalente a mesma taxa ocorrida nacionalmente, conforme pesquisa ocorrida em 2013 do Instituto Expertises, solicitada pela ABMES (2013-2014) e comparada com a pesquisa de campo, desse trabalho (2014), chegou à conclusão abaixo:

No gráfico de N° 4, foi apresentado a Taxa de Evasão conforme realidade da FAIT (Faculdade Aliança), comparando com as IES (Instituições de Ensino Superior) de pequeno porte e as demais IES (Instituições de Ensino Superior) existentes no país. E ao observamos o gráfico percebe-se que a Evasão Escolar da Faculdade Aliança não é indiferente das demais, existentes privadas no Brasil.

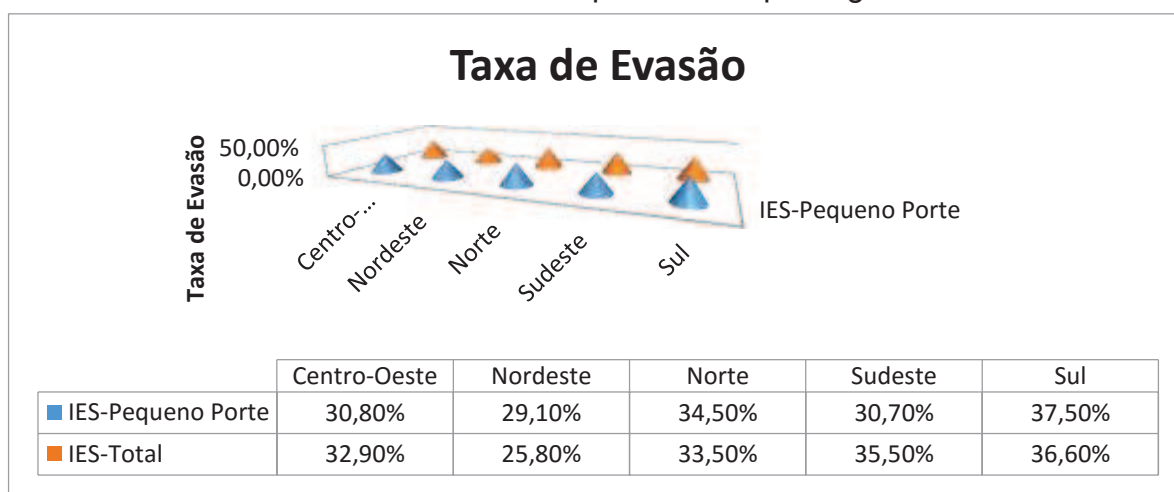
¹⁶² Fonte: Instituto PHD: <http://institutoexpertise.org.br/>

¹⁶³ Fonte: Instituto PHD.

Gráfico 4 - Taxa de evasão nos cursos presenciais da FAIT (Faculdade Aliança)¹⁶⁴

Fonte: Pesquisa feita pela ABMES/INEP-MEC pelo Instituto Expertise (2013)
FAIT-Pesquisa de Campo (2014).

Gráfico 5 - Taxa de evasão em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012



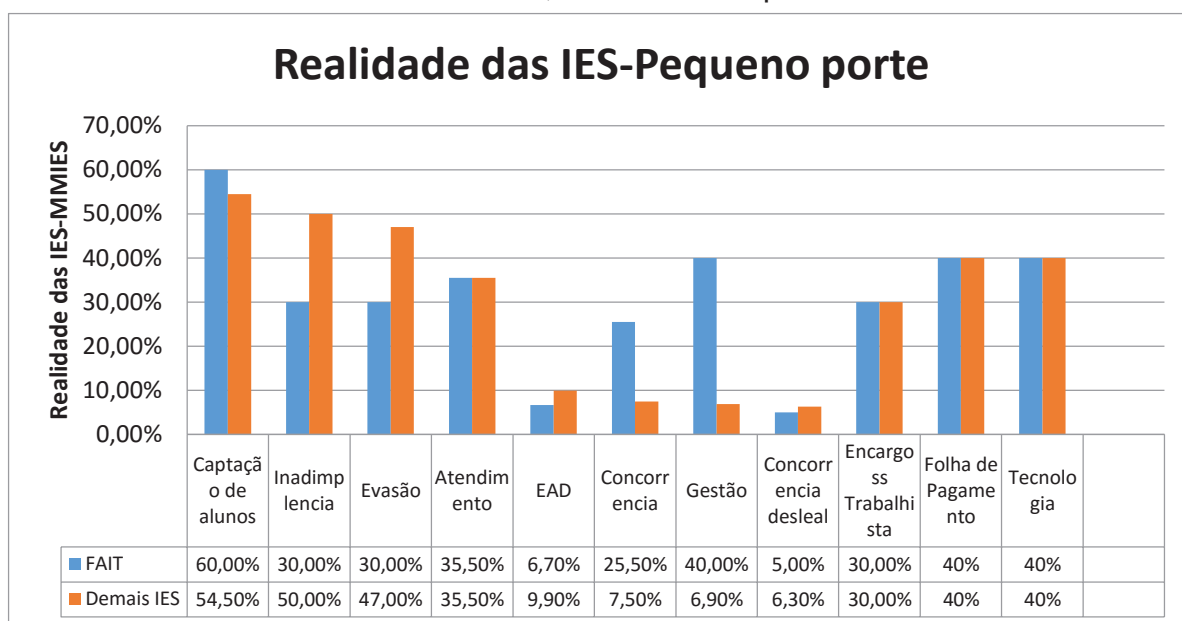
Fonte: INEP-MEC/Instituto Expertises-Principais dificuldades regulatórias-Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas) - Principais forças em relação à concorrência-Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas) - Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD. ABMES (2014).

Percebe-se, nos gráficos supracitados, que o desafio não é só regional, mas nacional. Pois, a disponibilidade e análise de cenário pelas próprias PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), demonstrado pela pesquisa supracitada, realizada pela ABMES (2013-2014), definiram-se o diagnóstico das pequenas e médias instituições privadas brasileiras, na qual a pequena IES-FAIT está incluída.

¹⁶⁴ Fonte: FAIT-Pesquisa de campo-(2014) e Secretaria da Faculdade (2015).

A pesquisa realizada pela ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior) teve respostas múltiplas em todas as questões e foi de fundamental importância para pesquisa de campo da FAIT (2014), desse trabalho, em prol de definir a realidade da pequena IES - Faculdade Aliança. O que podemos compreender melhor nos gráficos abaixo:

Gráfico 6- Resumo geral da situação das IES (Instituições de Ensino Superior): Captação de Alunos, Inadimplência, Evasão, Dificuldade de atender as normas regulamentares do MEC (Ministério da Educação), dificuldade de implantar o EAD, Concorrência, Gestão inadequada.



Fonte: Pesquisa de Ristoff (2013).
 ABMES - Pesquisa de opinião - Instituto PHD (2013).
 FAIT-Pesquisa de campo (2014).

Conforme o gráfico nº 6, apresentamos as principais dificuldades que as pequenas instituições, como a FAIT (Faculdade Aliança), enfrentam no mercado e demonstra os pontos com maior/menor fragilidade da Faculdade Aliança como as demais:

Pontos Fortes: a) A Inadimplência é baixa ao comparar com as demais; b) A evasão também, mesmo sendo, ainda um grande problema, apresenta menor evasão que as demais;

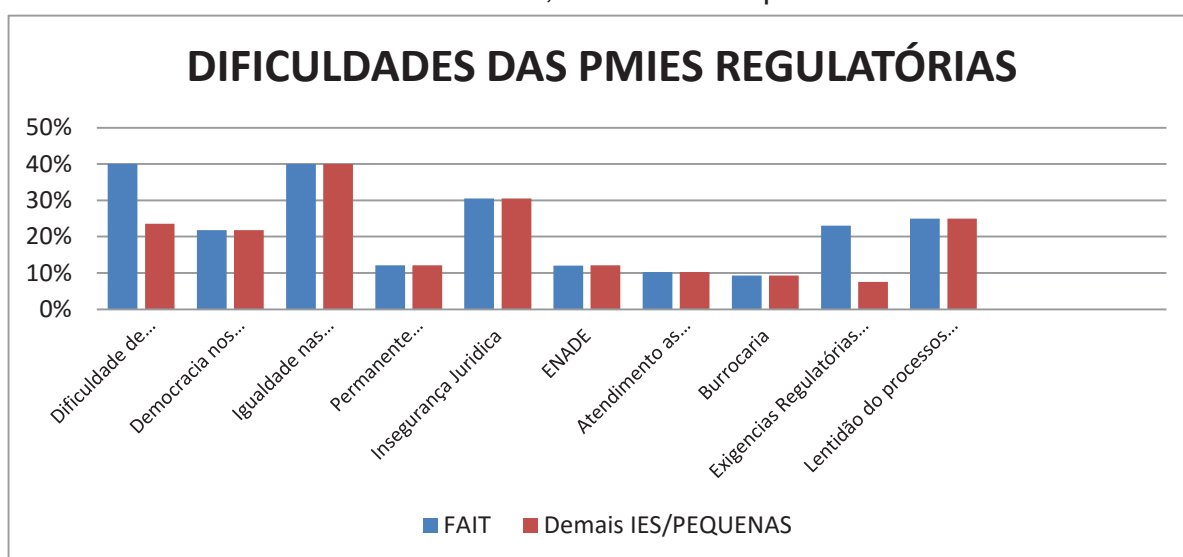
Pontos Fracos: a) A fragilidade na captação de Alunos é maior que as demais; b) A concorrência e a má gestão são pontos negativos, muito elevados ao compararmos com as demais de pequeno porte.

Enfim, ao observarmos as diferenças entre a FAIT (Faculdade Aliança) e as demais empresas, a evasão e os demais itens, podem estar correlacionados também com as estruturas curriculares arcaicas (apresentadas pelas políticas do MEC (Ministério da Educação), nos últimos anos) e pouco atrativas para os alunos, principalmente para os mais jovens, que vivem em um mundo interligado.

A FAIT (Faculdade Aliança) não fica distante desta realidade. Pois, a captação de alunos, a inadimplência e a evasão são itens apontados, pela maioria das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior). E, mesmo apresentando outros fatores que influenciaram negativo o crescimento da Faculdade Aliança, podemos afirmar que a problemática pode estar relacionada, também, a um portfólio de cursos inadequado para a região ou pouco atrativo e desconectado com o mercado de trabalho, onde as IES (Instituições de Ensino Superior) estão instaladas.

Enfim, a evasão e os demais itens, podem estar relacionados também a estruturas curriculares arcaicas e pouco atrativas para os alunos. PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) e a FAIT (Faculdade Aliança) não fica distante desta realidade. Pois, a captação de alunos, a inadimplência e a evasão, são itens apontados como os mais problemáticos relacionados a um portfólio de cursos inadequado para a região ou pouco atrativo e desconectado com o mercado de trabalho em que a IES (Instituições de Ensino Superior) está instalada.

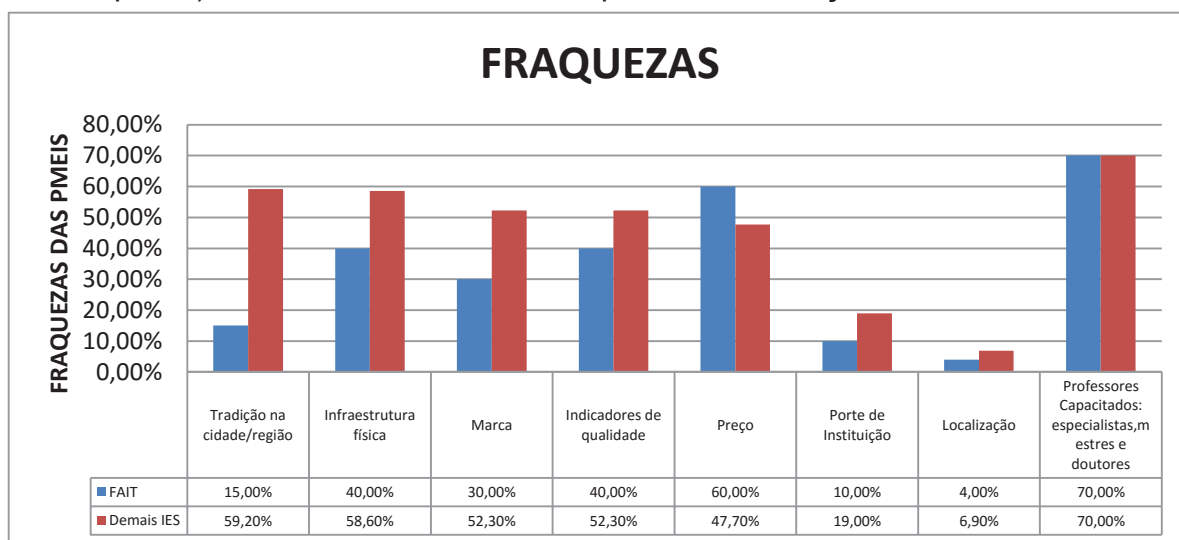
Gráfico 7 - Resumo geral da situação das IES (Instituições de Ensino Superior): Captação de Alunos, Inadimplência, Evasão, Dificuldade de atender as normas regulamentares do MEC (Ministério da Educação), dificuldade de implantar o EAD, Concorrência, Gestão inadequada.



Fonte: ABMES-Pesquisa de opinião - Instituto PHD (2014).
 ABMES-INEP-MEC/Instituto Expertises (2013).
 FAIT-Pesquisa de Campo (2014).

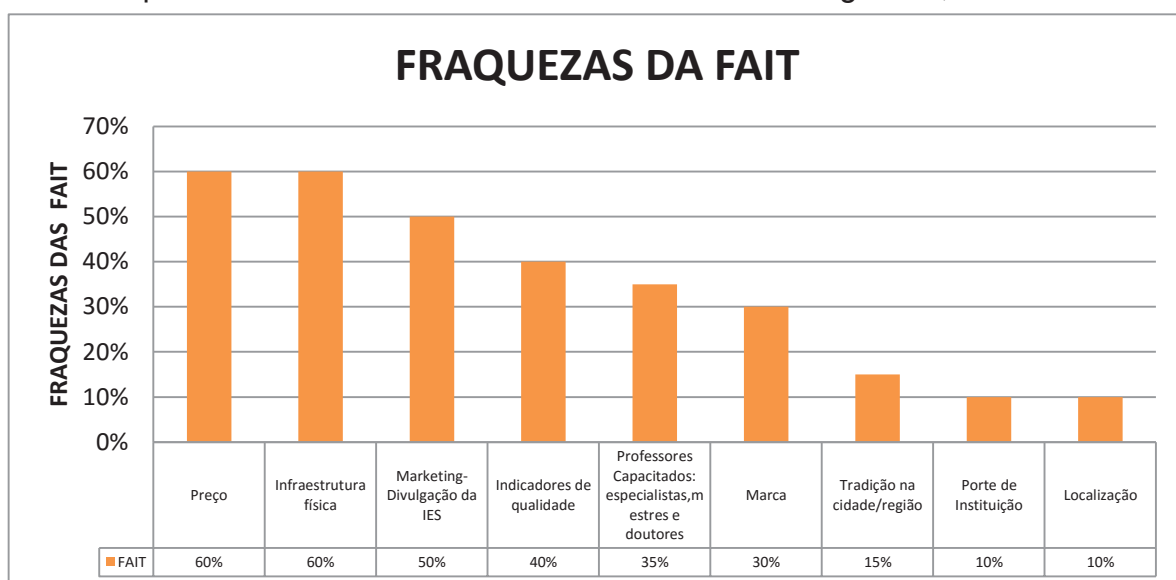
Conforme gráfico acima, é claro o desafio que as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), tem de enquadrar nas regras regulatórias impostas pelo MEC (Ministério da Educação), com relação ao quesito titularização do corpo docente¹⁶⁵.

Gráfico 8 - Em relação à concorrência, as pequenas IES's (Instituições de Ensino Superior), também, enfrentam as fraquezas com relação aos itens abaixo:



Fonte: ABMES - Pesquisa de opinião - Instituto PHD (2014).
FAIT- Pesquisa de Campo (2014).

Gráfico 8.1 - Em relação à concorrência, ainda, a pequena IES-FAIT tem muito o que melhorar nos itens FRAQUEZAS - Pontos Negativos, abaixo:



Fonte: FAIT- Pesquisa de Campo (2014).

¹⁶⁵ As pequenas IES, como a FAIT tem grande dificuldade de encontrar professores com titulação em programas de pós-graduação *stricto* nos indicadores CPC e IGC, uma vez que 15% da nota do curso dependem da quantidade de doutores que ministram aulas naquele curso e 7,5%, de mestres (Esse item, aliás, foi citado por 7,5% das IES pesquisadas como um dos principais problemas sob a forma de “exigências igualitárias para IES isoladas e universidades”).

Neste contexto, pode-se interpretar também, a metodologia empregada de análise da realidade da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) (ou análise de *filière*) de natureza sistêmica e mesoanalítica, conforme proposto por Batalha e Silva (2007). Os resultados e conclusões decorrentes de tais análises são apresentados no capítulo “Resultados e Discussões” e nas considerações finais.

3.8 Interpretação dos Entrevistados na Pesquisa de Campo e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Com relação ao quesito que subsidiou a base para perguntas e análise das respostas, observou-se a pesquisa de campo, feita no município de Itaberaí, com ex-alunos e representantes da comunidade, bem como atendeu ao pré-requisito inicial documentos e bases análise técnica da CPA (Comissão Própria de Avaliação), além de alguns casos que serviu de parâmetro mínimo estabelecido para a análise e interpretação da situação da FAIT (Faculdade Aliança) e sua atuação no mercado local, bem como sua influência na vida de cada aluno. Segue os principais indícios descobertos com a análise:

Envolvimento dos dirigentes – Ao perguntar sobre a realidade do grupo gestor, todos foram unânimes em expressar ser fator fundamental na comunicação com alunos, ex-alunos e sociedade; essa categoria descobriu que os dirigentes de modo geral ainda deixam muito a desejar no quesito afinidade gestão e seriedade;

Já com relação à pesquisa e avaliação institucional - podemos analisar que o envolvimento volta à análise simplesmente técnica, cobrada pelas normas do SINAES, exageradamente, sente-se o comprometimento do processo analítico e crítico e, conseqüentemente, desacreditar na comissão de avaliação e pesquisa, como é o caso ocorrido com a Avaliação dos dirigentes.

No entanto, quando a análise, volta aos diretores, observou-se que os dirigentes da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), assim como todos as de igual situação, sempre tiveram a predisposição para realizar a avaliação institucional, de acordo com a publicação da lei 10.861/04 do SINAES. No entanto, de forma geral passa dificuldades de adaptação de correção a adaptação às diretrizes impostas, principalmente no quesito títulos de mestres e pesquisa,

conforme descrevem em seus relatórios e constantes nos relatos dos dirigentes entrevistados¹⁶⁶:

Com relação à pesquisa de campo, voltada aos representantes da comunidade local, o estudo revelou que as principais dificuldades pela pequena IES (Instituições de Ensino Superior) são as faltas de Marketing estratégico, mensalidades elevadas, diversidade dos gestores e não envolvimento, e a necessidade de colocar cursos de baixo valor econômico, e menos oneroso para os estudantes e seus familiares.

Outra dificuldade, após pesquisa com os ex-alunos, encontrada é a realidade de ter pouco incentivo, por parte da Instituição com relação à bolsa para regressos; a ausência do FIES (Programa de Financiamento Estudantil).

A análise percebe-se que a CPA (Comissão Própria de Avaliação) e os formatos dos relatórios, na maioria das vezes, estão distantes da realidade das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), nesse caso em específico da FAIT (Faculdade Aliança), podendo causar uma distância da realidade da IES (Instituições de Ensino Superior) avaliada com a que é enviada ao SINAES, pelo Sistema E-MEC (Ministério da Educação). Com isso, mesmo diante de uma ampla divulgação e acesso aos quesitos, resultados de uma Avaliação Institucional, através da CPA (Comissão Própria de Avaliação) faz-se necessário auto avaliar as próprias CPA's.

Outros aspectos foram suscitados pelos entrevistados como: dificuldade da comunidade acadêmica em compreender claramente a intenção das CPA's (Comissão Própria de Avaliação), centralização da avaliação institucional no corpo diretivo e distância do sistema e mapeamento dos dirigentes.

Na pesquisa com a comunidade local - observou-se, por meio do estudo e entrevistas, que a pequena IES-FAIT não investiu muitos recursos de marketing e em recursos voltados as novas tecnologias do mercado.

Ou seja, é similar o pensamento que a IES (Instituições de Ensino Superior) com o tempo poderá buscar e crescer com o próprio mercado local, podendo, também, por meio dos documentos disponibilizados, estabelecerem aderência com os parâmetros versados no SINAES sobre o processo de avaliação interna, no que tange a divulgação e a socialização da avaliação institucional, bem como a compra de novos recursos: Data Show, Cadeiras, Lousas, Novas Tecnologias, Etc.

¹⁶⁶ Coordenadores, diretores, corpo administrativo da FAIT (2014)

Ao analisar o IDH, no município – permitiu-se interpretar com os seguimentos de classe: Sindicatos, Associações, Empresas, Representantes da Comunidade Local e Comunidade Acadêmica que o Índice de Desenvolvimento Humano,¹⁶⁷ alterou-se as modalidades de comunicação tradicional, fazendo amplo uso para disseminar a avaliação no âmbito institucional e as mudanças no meio local e regional.

Na atualidade as IES (Instituições de Ensino Superior), ao ser analisadas no todo, de forma simplesmente técnica, envolvendo somente a comunidade acadêmica e alguns colaboradores convidados, com a utilização de recursos técnicos, apresentou-se índice de participações superiores às instituições.

No entanto, ainda, está distante da realidade Institucional e Organizacional das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), quando na verdade muitos dados técnicos são lançados com falhas, melhor dizendo, são superficiais, na maioria das vezes não apresentam suas fragilidades, tais como evasão escolar, carência de forças, tais como: *influência regional, atuação socioeconômica e desenvolvimento da mão de obra local*. Daí a necessidade de uma pesquisa mais detalhada da realidade Institucional e Regional e atuação destas Instituições, que busque obter resultados mais promissores, no processo avaliativo e identificador claramente a realidade da IES (Instituições de Ensino Superior), no meio em que atua.

A análise da pesquisa de campo com a liderança local permitiu inferir que a Instituição de Ensino Superior Faculdade Aliança, indiferente de sua capacidade financeira e pedagógica, influencia diretamente na execução da avaliação institucional, principalmente quando os relatórios passam a ser utilizados na comunicação e avaliação institucional da realidade da IES (Instituições de Ensino Superior), assim como na influência do desenvolvimento do IDH.

Só com políticas de expansão, propostas pela representação das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), a Associação Brasileira das Mantenedoras das Instituições de Ensino Superior, combinadas com a democratização do acesso e da permanência, como as sugeridas, citadas anteriormente, em prol da implantação mais justa e humana, às avaliações das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), é possível fazer com que o campus se torne uma lâmpada que ilumine os caminhos rumo à igualdade de

¹⁶⁷ Dados técnicos do IBGE (2014).

oportunidades para todos, ou seja, chegar a tão sonhada Meta da Lei de Diretrizes e Base, em sua Meta N.º 10:

Desafio 10: Não abrir mão do sonho de chegarmos a 2021 com 30% dos jovens da faixa etária apropriada na educação superior, aumentando gradativamente os investimentos públicos em educação até chegar a 7% do Produto Interno Bruto (PIB). São estes os grandes desafios que a realidade revelada pelos números do Censo da Educação Superior, nos últimos 15 anos, nos impõe (LDB, Meta 10).

Isso significa também ampliar o papel de fiscalizador das IES (Instituições de Ensino Superior), incluindo nesse a avaliação igualitária nas diferenças regionais, entre PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), de maior número no país e os GCU. E, para que isso ocorra faz-se necessário maior número de agentes capazes de avaliar de modo mais humanitário, desejável na realidade existente, externa e interna, da realidade organizacional das IES (Instituições de Ensino Superior).

3.9 Análise Geral da Realidade da Pequena Faculdade Aliança e demais Pequenas e Médias Instituições de Ensino Superior (PMIES)

As mudanças são possíveis dentro da própria instituição de ensino, como por exemplo: Uma melhor Gestão Financeira e Administrativa aderida a Gestão Pedagógica são pontos levantados na pesquisa de campo (2014), apresentados por parte dos próprios alunos e entrevistados.

No entanto, deve-se levar em consideração, como base no Produto Interno Bruto (PIB)¹⁶⁸, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na renda per capita e também no percentual de mão de obra qualificada que são consideravelmente maiores nas cidades que têm PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), independentemente do número de habitantes, fator predominantemente

¹⁶⁸ Este estudo demonstra que as pequenas e médias instituições de ensino superior, com de 500 até 3000 mil alunos matriculados, têm presença marcante em todo o território brasileiro, com distribuição tam. 63% do total de IES no Brasil e 67% do total de IES privadas. Em termos de número de alunos matriculados, entre as IES privadas, as de pequeno porte concentram 23% dos alunos, totalizando quase um milhão de matriculados. Outra característica importante revelada aqui é que 97,6% dessas IES são faculdades; apenas 2% são centros universitários e 0,3% são universidades para o desenvolvimento regional das cidades onde estão instaladas.

importante para a permanência das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), nos municípios em que estão localizadas. Pois, as médias IES (Instituições de Ensino Superior), no Brasil, geram aumento da renda nas regiões que estão instaladas e capacitação profissional (INEP/ABMES)¹⁶⁹.

Uma análise¹⁷⁰ precipitada dos números e dificuldades que as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), passam em seu dia a dia poderia levar a uma conclusão equivocada de que, sendo de pequeno porte, essas IES (Instituições de Ensino Superior) não conseguem ofertar ensino de qualidade, e qualificar seus alunos, ou ao menos influenciar o meio socioeconômico.

A verdade é que esses resultados, que supostamente indicam qualidade pelos quesitos do MEC/SINAES, conforme apresentado no “Capítulo 1”, são na verdade omissões da norma reguladora calcadas em índices que colocam as faculdades em desvantagem em relação aos GCU; Isso porque o IGC (Índice Geral dos Cursos) é composto pela média ponderada do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que, em regime de tempo parcial ou integral, de igual peso e balança as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) dos GCU.

Ou seja, quando os quesitos do MEC/SINAES, comparam e cobram de forma igualitária das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), a mesma realidade que os Grandes Centros Universitários, desde o primeiro momento já estão desclassificando as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), com a pequena FAIT (Faculdade Aliança), tendo em vista a divergência de realidade. Pois, as PMIES, desde a abertura do sistema E-MEC, perdem e são prejudicadas nos quesitos que as obrigam ter um mínimo de 33% do corpo docente com titulação acadêmica de mestre ou doutor, assim como as demais.

Daí a importância de buscar normas e igualdade, nas diferenças institucionais, diante de uma realidade socioeconômica e cultura divergente, conforme a região, por parte da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do

¹⁶⁹ Vale destacar também que a massa salarial produzida pelas instituições de 500 até 3 mil alunos é de R\$ 4 bilhões por ano, contribuição direta ao PIB do Brasil, e o impacto na economia regional e nacional é visível, mesmo diante das dificuldades que as PMIES, enfrentam no Brasil.

¹⁷⁰ Além disso, a inadimplência das PMIES é Também referente aos indicadores de avaliação do Ministério da Educação as IES reconsiderando o ENADE de 2009, 2010 e 2011, constataram que nas IES com mais de 200 mil até 3000 mil, 18,2% delas encontram-se na faixa 2 (considerada insatisfatória), 64,6% delas estão na faixa 3 (considerada satisfatória) e 14,3% delas encontram-se na faixa 4 (considerada de excelência). Já entre as pequenas e médias IES, 37,7% estão situadas na faixa 2; 53,6% situam-se na faixa 3; e apenas 7,5% são consideradas satisfatórias.

Ensino Superior) e do Ministério da Educação, cujo papel é importante para diferenciar as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) dos GCU. E, desenvolver teses que comprovem a importância de criar requisitos legais para analisar as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), com olhar diferenciado dos GCU, tendo em vista, sua importância no desenvolvimento regional, nos municípios que essas estão instaladas.

Mais relevante, ainda, são as mudanças das próprias instituições de ensino Superior, principalmente das Pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a Faculdade Aliança; Pois, a melhoria da competitividade das IES (Instituições de Ensino Superior) no século XXI, está na capacidade dos gestores das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) de combinar um conjunto de fatores: capacitação técnica do corpo docente e técnico-administrativo; planejamento financeiro em prol da redução de mensalidades; Investimento no Marketing com qualidade; Investimento na Infra-estrutura tecnológica e planejamento estratégico, buscando suprir as fraquezas apresentadas nos Gráficos 8 e 8.1.

Embora o estudo não seja conclusivo, com o resultado é possível desenvolver uma visão panorâmica do papel que a pequena IES-FAIT desempenha no meio socioeconômico, local e regional, e a necessidade revisional das avaliações institucionais, no quesito pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), abaixo de 1.000 mil alunos, ou 3.000 mil (ABMES, 2014.p.16), em prol de validar os princípios e macros que norteiam o SENAES como: emancipação, democracia, ética e identidade, que não podemos *incluir o quesito: "identidade regional"*.

O presente estudo e a pesquisa de campo (FAIT, 2014), permite observar o quanto a avaliação institucional sustentada na necessidade de uma região, e maior valorização de uma ênfase maior ao QSE (Questionários Sócio Econômico), e a comunicação da instituição que contribui diretamente para a identidade da região, emancipa os atores envolvidos, incentiva a democracia e subsidiam os 'avaliadores' de forma coletiva, como ferramentas comunicativas eficientes, além de promover a identidade institucional, assim como a identidade social. Pois, a comunidade acadêmica, como um todo, vai muito além, da realidade interna, e passa a conhecer a instituição de modo crítico, cívico e coletivo (SOBRINHO, 2008, p.67-93).¹⁷¹

171 SOBRINHO, Dias José. *Avaliação da Educação Superior: Avanços e Riscos*. Eccos. Revista Científica, São Paulo, v.10.n.ESPECIAL, pg.67-93, 2008.

No entanto, permitiu observar o quanto o processo de avaliação, na prática, ainda, fica distante da realidade e ocorre omissão em não valorizar o QSE e a importância da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) na influência do IDH, uma vez que as análises das avaliações são muito mais técnicas do que humanísticas.

Mesmo diante da colocação do SINAES, onde anuncia que:

A avaliação institucional deve ser acima de tudo, uma ação transformadora, pois é o momento que a comunidade acadêmica se conhece com mais agudez, Ristoff (2013).

Observa-se que na prática ocorre omissão por não questionar a influência dessa comunidade acadêmica no meio socioeconômico. Porém, para que esse conhecimento seja efetivo, os analisadores e analisados precisam obrigatoriamente, dispor de informações além das paridades das IES (Instituições de Ensino Superior) e voltar o olhar a forma como as IES (Instituições de Ensino Superior) estão envolvidas, principalmente as de pequeno porte, e suas influências no meio e na economia local e como refletem o IDH.

A análise, do presente trabalho, proporciona uma ampla visão da importância da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) no meio sociocultural e econômico, em que esteja instalada. E, chega a necessidade de criar quesitos que diferenciem as avaliações institucionais, das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), no item pequenas e médias IES (Instituições de Ensino Superior), abaixo de 1000 mil alunos, conforme RISTOFF (2013), ou abaixo de 3 mil alunos, conforme a ABMES (2014), com o objetivo de validar a diferenciação, ou rever a omissão, de princípios importantes que norteiam o SENAES, tais como: Questionário Socioeconômico e Titularidade de Mestres nas PMIES's (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

O estudo permite observar que quando a avaliação institucional sustenta-se na necessidade de uma região, e a comunicação da instituição contribui diretamente para a identidade da região, emancipa os atores envolvidos, incentiva a democracia e dando apoio aos 'avaliadores' de forma coletiva, como ferramentas comunicativas eficientes, além de promover a identidade institucional, assim como a identidade social, pois a comunidade acadêmica, como um todo, vai muito além, da realidade interna e passa a conhecer a instituição de modo crítico, cívico e coletivo (UNESCO, 2006).

De acordo com Sobrinho (2008, p.67-37), expõe que avaliação institucional deve ser acima de tudo, uma ação transformadora, pois é o momento que a comunidade acadêmica se conhece com mais perspicácia. No entanto o SINAES é omissivo por não questionar a influência e realidade da comunidade acadêmica no meio socioeconômico, das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior).

Porém, para que esse conhecimento seja efetivo, os analisadores e analisados precisam obrigatoriamente, dispor de informações além das paridades das IES (Instituições de Ensino Superior), e voltar o olhar a forma como as IES (Instituições de Ensino Superior), principalmente de pequeno porte influenciam o meio e a economia local, ao ponto de influenciar no IDH, dando maior ênfase nos quesitos QSE (Questionários Sócio Econômico) e capacitação de docentes diferenciada para PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

Como dissertado anteriormente, a pesquisa com apoio de uma avaliação institucional ficaram imbuída de promover a reflexão sobre a realidade da pequena instituição FAIT (Faculdade Aliança), que nesse ato foi avaliada de uma forma diferenciada e para provocar esse fenômeno, a comunicação entre coordenadores, direção e colaboradores tornaram-se imprescindível e pode auxiliar a instituição a promover as mudanças necessárias e imprimir maior qualidade a suas ações cotidianas, sejam acadêmicas, administrativas, financeiras e principalmente a criação de melhores projetos voltados à comunidade local e regional.

3.10 Dificuldades e Limitações do Estudo

Para realização do estudo alguns impeditivos tornaram-se evidentes e merecem destaque, para que os futuros pesquisadores dessa área possam prever no planejamento.

Conforme segue:

- a) Escassez de bibliografia que trata da comunicação relacionada à avaliação institucional;
- b) Resistência da comunidade e alunos da IES (Instituições de Ensino Superior) em participar do estudo;

- c) Falta de parâmetros teóricos, para analisar a avaliação institucional interna e externa, nas instituições de ensino superior;
- d) Transversalidade da temática avaliação institucional com outras áreas de conhecimento;
- e) Informações incompletas publicadas pelas IES (Instituições de Ensino Superior).

Devido à escassez de estudos que tratam das dificuldades enfrentadas pela pequena IES-FAIT, assim como pelas demais PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), principalmente no momento da avaliação institucional ou quando ocorrer pesquisa de campo: entrevistas e bibliografia relacionadas, com a vertente proposta nesse estudo sugerem-se para os futuros pesquisadores as seguintes investigações: a) - Analisar a avaliação institucional a luz da Realidade Regional e local, interpretando a influência desta no meio socioeconômico e cultural; b) - Desenvolver uma metodologia para avaliar a comunicação da avaliação institucional interna e externa de forma que seja mais humanística e real, fortalecendo a importância dos Questionários socioeconômicos; c) - Propor uma metodologia de comunicação da avaliação institucional compreendendo a comunicação socioeconômica regionalizada aos ambientes colaborativos, envolvendo toda a comunidade, de forma mais ampla e participativa; d) - Comparar o desempenho da comunicação tradicional com as IES (Instituições de Ensino Superior), na publicação da avaliação institucional dentre outros; e) – Valorizar sugestões relativas à alteração de lei, decretos e portarias que já foram objeto de discussão e de reivindicação do setor pela ABMES (2013), tendo sido encaminhadas ao Fórum das Entidades¹⁷² Representativas do Ensino.

3.11 Propostas de Melhoria e Competitividade da Pequena Instituição de Ensino Superior Faculdade Aliança de Itaberaí (FAIT)

Diante da representatividade das pequenas e médias instituições de ensino elencamos no presente trabalho, possíveis ações poderiam ser implementadas ou

¹⁹¹ Estaduais, ações do Governo Estadual de apoio as PMIES; g) - Conselho Nacional de Educação, as Políticas Públicas voltadas a PMIES.

autorizadas, ou buscadas pelos próprios gestores de pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), e poderão ser seguidas, no intuito de garantir a permanência das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), e a perpetuação no município e suas regiões, tais como a busca de Políticas Públicas: 1) – voltadas ao financiamento para pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), no quesito marketing; 2) - Redução da alíquota com relação aos encargos trabalhistas, na folha do corpo docente; 3) - Diferenciação na avaliação com relação as instituições de grande porte, no quesito titularidade do corpo docente; 4) - Programa Especial do FIES (Programa de Financiamento Estudantil), menos burocrático, e diferenciado para PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior); 5) - Facilidade nos quesitos de avaliação e abertura de novos cursos voltados à realidade do município; 6) - Autorização do corpo docente, com capacitação e titularidade somente a 1/3, focalizando maiores porcentagens aos especialistas em docência universitária e técnicos, conforme sua área; 7) - Valorização e convalidação de títulos especialista, com o curso de docência universitária e 8) – Maior valorização no quesito QSE (Questionário Sócio Econômico) para avaliar as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como a Faculdade Aliança.

Vale destacar ainda que algumas dessas propostas possam contribuir para a solução de problemas enfrentados também por IES (Instituições de Ensino Superior) de outros portes, em todo o país.

3.12 Considerações Gerais do Estudo já Citados

Conforme também descrito no início do estudo, o objetivo das comissões de avaliação e pesquisa de campo foi de envolver a comunidade acadêmica na avaliação da própria instituição e os colaboradores para análise desta na região, bem como prova a importância da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) no IDH local.

No entanto, o estudo revelou que a pequena IES (Instituições de Ensino Superior), bem como as demais no país precisam ser avaliadas com olhar diferenciado dos GCU. O levantamento da realidade das PMIES (Pequena e Média

Instituição de Ensino Superior) ao fazer um comparativo com a pequena IES-FAIT, proporcionou uma visão local e geral das dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias no país, bem como apresentou de forma objetiva a importância dessas IES (Instituições de Ensino Superior) no desenvolvimento regional.

O desafio de alinhar as áreas da avaliação institucional, comunicação socioeconômica, e pesquisa de campo não é uma tarefa fácil e como já foi dito na discussão dos resultados, demanda entendimentos teóricos e práticos dos recursos comunicativos, bem como o impacto que tem sobre a comunidade acadêmica e regional.

Pois, nada adianta serem avaliadas tecnicamente pelas dimensões do SINAIS, apresentando quesitos técnicos institucionais, planejamentos, métodos e metodologias, etc., sendo que a linguagem Institucional é distante e confusa, da realidade social. Portanto, as comissões devem conhecer em profundidade as mediações, as motivações e hábitos comunicativos de sua comunidade acadêmica e meio sociocultural, do meio que atua a IES's (Instituições de Ensino Superior), dando maior ênfase no Questionários Socioeconômico e a realidade regional. E, novos paradigmas devem ser buscados para diferenciar as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) dos GCU, no quesito titularidade do corpo docente.

Nada adiante lançar várias informações respondendo somente o que o SINAES cobra, sem ao menos termos a consciência de como esses dados são importantes na vida cotidiana de cada cidadão: "Como é a influência da faculdade na capacitação da mão de obra local e no meio socioeconômico".

Nesse sentido, o domínio sobre o impacto da Instituição no município, especialmente, da formação de mão de obra qualificada e influência na qualidade de vida do cidadão, que reside na região, que não é publicado nos quesitos E-MEC, devem ser publicados e analisados em uma avaliação institucional e analisados como quesitos de Avaliação e Aprovação de Cursos, passando a ser mais uma das obrigações dos gestores da FAIT (Faculdade Aliança), assim como da realidade de outras IES (Instituições de Ensino Superior) no Brasil, o lançamento desses dados.

Em resumo, ao buscar uma educação com qualidade, no Ensino Superior, o Ministério da Educação precisa rever alguns quesitos, dentre esses os aqui direcionados as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), observando o papel destas no mercado brasileiro e suas

influências, no meio em que estão instaladas. Pois, não podem fechar os olhos a uma concorrência desleal que a própria norma permite, diante de omissões que não diferenciam as pequenas dos Grandes Centros.

Hoje, os GCU estão dominando o mercado, engolindo as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) por puro interesse financeiro; E, as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) sendo avaliadas como GCU, permitindo que essas fiquem a mercê da sorte e da balança no mercado. Daí a afirmação no Instrumento de Avaliação de Curso do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), em agosto de 2015, a onde sugere urgência nas mudanças das regras, nos quesitos Questionários Socioeconômico e titularidade do corpo docente, bem como valorização das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), em prol de avaliação melhor equilibrada. Pois, educação não se constrói somente com valores de mercado, mas sim com dedicação, tempo ao tempo, projetos pedagógicos e humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos meses, a economia nacional vem passando por uma série de escândalos de corrupções e desvios das verbas públicas (algumas comprovadas, outro fator de especulação política), por parte de gestores do Governo, em todas as esferas e graus da Administração Pública.

As instaurações de diligências para averiguação de desvios das verbas públicas, divulgadas diariamente na mídia, em todas as redes da televisão brasileira, que correlaciona atos de gestores corruptos, veem provocando um aglomerado de insegurança socioeconômica no país, onde se percebe o descontrole financeiro e planejamento, em vários setores da Administração Pública e Privada, os quais influenciam direta e indiretamente a economia do país, bem como dos projetos voltados à educação, saúde e segurança, dentre outros.

As circunstâncias podem influenciar diretamente na economia das IES (Instituições de Ensino Superior), uma vez que Políticas Públicas de apoio as IES e ao financiamento estudantil foram duramente afetados. O aumento da taxa de juros do FIES (Programa de Financiamento Estudantil) e a rigidez nos financiamentos para as empresas privadas podem influenciar, ainda mais nos pontos negativos das IES (Instituições de Ensino Superior), principalmente da PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como expostos nesse trabalho.

As mudanças nos financiamentos, aumentos de juros e taxas, bem como dos impostos, podem sim ser ligados a uma série de turbulências e crises internas e externas do Governo Federal, em vários órgãos que influenciam diretamente a economia nacional, como por exemplo: o desvio de recursos da Empresa Petrobrás, que outrora fazia parte das Políticas Públicas de incentivo a Educação brasileira.

Arriscamos afirmar que os prejuízos proporcionados por uma crise sem identidade, apresentada pela mídia brasileira e afirmada por partidos políticos e em alguns casos confirmado pela Justiça, com o devido processo legal, podem atingir de forma preocupante os investimentos e projetos do Governo; E, os projetos voltados a Educação Superior não ficam imune a crise sem identidade, dos tempos atuais.

No entanto, ainda não se sabe o reflexo da crise na vida de muitos discentes e conseqüentemente das IES (Instituições de Ensino Superior). Ou seja, os financiamentos do governo foram reduzidos, em até 50% (cinquenta por cento) e

prejudicou diretamente o FIES (Financiamento Estudantil do Ensino Superior), diante das últimas ações governamentais, pondo em risco o retrocesso às políticas de incentivos à educação do Ensino Superior, e conseqüentemente o apoio direto às PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior).

Nesse intervalo, as Pequenas e Médias Empresas, do Ensino Superior, como a FAIT (Faculdade Aliança), são as mais prejudicadas, pois dependem diretamente do apoio do governo, através do FIES (Programa de Financiamento Estudantil) e de bolsas, como a OVG (Organização das Voluntárias de Goiás), para equilibrar o financeiro e diminuir a evasão estudantil, apresentada nos gráficos 3, 4 e 5 acima mencionados. E, na busca pela sobrevivência de mercado e equilíbrio, diante das turbulências do governo, e mudanças de postura do Ministério da Educação, mais uma vez, as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) ficarão no prejuízo, quando fazemos uma comparação com os Grandes Centros Universitários.

Pois, os GCU têm capacidade financeira de administrar a liberdade de mercado, inclusive influenciar diretamente na bolsa de valores. Ou seja, na economia de mercado. Os GCU (O Grande Centro Universitário) têm capacidade jurídica de abrir o próprio sistema financeiro, como a criação de bancos particulares, proporcionando o financiamento privado aos seus alunos.

Daí a importância do presente trabalho de dissertação, ao tratar de um estudo pouco explorado, em uma temática distante das pesquisas científicas. Pois, no Brasil, ainda é distante os debates e pesquisas que correspondem ao problema central, do estudo em análise, ou seja, das dificuldades das pequenas IES privadas, no Brasil, como FAIT (Faculdade Aliança), no interior brasileiro e sua importância no IDH local¹⁷³, a onde enfrentam todos os problemas de uma Instituição privada aglomerada aos próprios problemas socioeconômicos regionais.

A tese em questão é de fundamental importância para o desenvolvimento regional e municipal, podendo estender ao nacional, com relação a todas pequenas IES (Instituições de Ensino Superior) de pequeno porte, assim como, as políticas públicas de incentivos do Governo/MEC, apoiando na reformulação e criação de novas normas, voltadas a realidade das pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), no Brasil, bem como de incentivo ao financiamento.

¹⁷³ O estudo até o momento, ocorreu somente a Pesquisa da ABMES (2013-2014).

Enfim, podemos afirmar que a modalidade utilizada, através da Avaliação Institucional e suas relações, bem como da pesquisa de campo e entrevistas, etc. dados levantados, bibliográficos, pesquisa dos pesquisadores Ristoff e Sobrinho, da ABMES (2014), e do GE-Guia de Ensino Superior (2014), são fundamentais para compreender e apoiar as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança), na superação das dificuldades apresentadas, nesse trabalho, conforme as figuras e gráficos, informados nos Capitulo 1, 2 e 3, desse trabalho; Especialmente no capítulo 3, que demonstrou os pontos fracos e fortes da pequena IES (Instituições de Ensino Superior), no interior Goiano.

Com relação ao objetivo geral idealizado, foi possível afirmar que o estudo, em questão, cumpriu o proposto, pois a pesquisa permitiu evidenciar o papel que a pequena IES (Instituições de Ensino Superior), Faculdade Aliança, desempenha no município de Itaberaí e região, apresentando a realidade socioeconômica e a importância da IES (Instituições de Ensino Superior) na influência do IDH, de acordo com as figuras 3, 4 e 5. Tendo em vista, que a pesquisadora partiu da realidade do objeto de pesquisa, de forma externa e universal para a interna e suas dificuldades existentes.

É possível, também, afirmar que avaliação institucional quando foi relacionada à comunicação organizacional e às necessidades do mercado local, constatou que é de grande importância e ajuda na formação profissional dos discentes que residem no município ou na região.

Os objetivos específicos do estudo foram atendidos e por meio deles foi possível:

- a) Levantar dados sobre a comunicação organizacional da IES (Instituições de Ensino Superior), através da avaliação realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA's) no decorrer da pesquisa, em 2013;
- b) Verificar a importância da pequena IES (Instituições de Ensino Superior) e sua influência no IDH municipal e regional (Figura 2,3,4 e 5);
- c) A pesquisa de campo foi importante para definir a realidade da pequena Instituição de Ensino Superior Faculdade Aliança, que não é indiferente a maioria das pequenas e médias IES (Instituições de Ensino Superior), existentes no centro-oeste goiano, bem como nos municípios vizinhos que tem Instituições de Ensino Superior (Gráfico 3,4,5,6,7,8 e 8.1);

- d) Compreendeu o meio e a capacidade de gestão administrativa, financeira, pedagógica, que envolve a comunidade acadêmica e social, demonstrando a importância deste na capacitação de mão de obra, local (Anexos I, II e III);
- e) Identificou as dificuldades que as pequenas IES (Instituições de Ensino Superior), como a FAIT (Faculdade Aliança de Itaberaí), enfrentam em prol da sobrevivência, financeira e de auto avaliação, com as dificuldades de cada região e a diversificação cultural, no local e extensão, nos quais atua como forte apoio ao desenvolvimento socioeconômico, de cada região (Gráfico 6,7,8 e 8.1).

As entrevistas, documentos (questionários, site e relatórios), artigos, pesquisas, órgãos correlacionados permitiram realizar a investigação das ações comunicativas empregadas pela Pequena IES (Instituições de Ensino Superior) e a importância dessa na região que está instalada, fornecendo indícios para proporcionar debate e crítica quanto ao sistema de avaliação do MEC (Ministério da Educação).

Conforme Pesquisas de campo¹⁷⁴, as pequenas Instituições de Ensino Superior são de fundamental importância no desdobramento regional e na formação de mão de obra qualificada para atender as demais pequenas e médias empresas, assim como as grandes. A IES (Instituições de Ensino Superior) tem um papel socioeconômico que influencia basicamente na melhoria de renda do discente, que trabalha no município e região, possibilitando a esse discente/profissional melhorias em sua renda mensal. Nessa mesma realidade encontra-se a FAIT (Faculdade Aliança), na região que está instalada.

A demonstração da pesquisa de opinião que foi distribuída de forma proporcional aos representantes de empresas, organizações sindicais e ex-alunos, no município de Itaberaí e região, realizada em 2014, demonstrou a grande necessidade de ver a pequena IES (Instituições de Ensino Superior) estabilizar e crescer no mercado, e sua importância no crescimento econômico regional, que influencia diretamente no IDH-Índice de Desenvolvimento Humano (APÊNDICE - Perfil do entrevistado, p.130).

¹⁷⁴ realizadas pelo Instituto PHD e os pesquisadores Ristoff e Sobrinho (2013-2014).

O presente trabalho, também, poderá passar a ser base de estudo e fonte de pesquisa para os demais trabalhos científicos. Pois, a Faculdade Aliança não foge ao contexto nacional. O importante é analisar o contexto geral na região e no país, preocupando-se em especial com a evasão que é crescente no Brasil, principalmente após as novas divulgações das políticas do governo, sobre o FIES (Programa de Financiamento Estudantil).

Enfim, a apresentação e discussão dos resultados basearam-se na visão geral do Ensino Superior privado, o país, para a realidade da FAIT (Faculdade Aliança) localizada no interior do Brasil, município de Itaberaí.

A história¹⁷⁵ transcorre, conforme exposto no início desse trabalho, com aumento das redes privadas de Ensino Superior, nos últimos dez anos, cuja participação no total de matrículas saltou de 60,2% para 74,6%. E, tal crescimento foi influenciado diretamente pela publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)¹⁷⁶, em dezembro de 1996. E nesse crescimento a pequena IES (Instituições de Ensino Superior), FAIT (Faculdade Aliança), surgiu em 2005. No entanto, só veio abrir suas matrículas em 2007, conseguindo firmar no mercado local e regional. Entretanto, faz-se necessário romper barreiras conforme figuras (1,2,3,4 e 5), os gráficos (1,2,3,4,5,6,7,8 e 8.1) e as tabelas (1,2,3,4,4.1,5,6,7,8 e 9), citados anteriormente nessa tese.

Diante desse quadro, ficam evidentes que as PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) têm papel importante no cumprimento das metas apresentadas pela Lei das Diretrizes e Base.¹⁷⁷ Pois, a Educação Superior, precisa ser melhorada no País, nos próximos anos. E, as necessidades e desafios são muitos, dentre esses a Meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”.

O papel das PMIES (Pequena e Média Instituição de Ensino Superior) é importante para atingir as metas supracitadas e os respectivos desafios da Educação Superior. Pois, não podemos esquecer que as PMIES's (Pequena e

¹⁷⁵ Pesquisa da ABMES (2014), informa que desde o início dos anos 1990, até os primeiros anos do século XXI, entre as importantes mudanças que marcaram a evolução do setor, destaca-se o crescimento acentuado do número de alunos matriculados (INEP/MEC/ IBGE), no Ensino Superior, de 1,76 milhão, em 1995, para 4,88 milhões, em 2007, o que significa um incremento de 177%.

¹⁷⁶ O número de instituições privadas acompanhou esse movimento, aumentando nada menos que 197,1% entre 1995 e 2012 no acumulado do período.

¹⁷⁷ LDB-Lei das Diretrizes e Bases: Lei n.º 13.005, de 25 de Junho de 2014.

Média Instituição de Ensino Superior), conforme a pesquisa de Ristoff (2006) (equivale a 78%),¹⁷⁸ e a pesquisa da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior) equivalente a 88%, do mercado do Ensino Superior do Brasil, apesar de ter apenas 21% das matrículas, em sua administração.

Sendo assim, as mudanças na forma como as pequenas são avaliadas, poderão dar um novo olhar e visão às Instituições de pequeno porte e conseqüentemente ser de grande peso, em prol de atingir as metas supracitadas, do PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

¹⁷⁸ Conforme cada pesquisa pode classificar: As PMIEs, são 88% do mercado brasileiro (ABMES-2014) ou 78% do mercado (Ristoff-2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABMES - Associação Brasileira de Ensino Superior. -Ano 29, n.41(Mar.2014)- Brasília: ABMES Editora, 2014, v; pg.19-2000.

_____. Desenvolveu uma pesquisa de campo, que buscou compreender a demanda de sugestões e melhorias, sobre as PMIES, no Brasil, pela primeira vez ao setor educacional, realizada nos anos de 2013 a 2014. Disponível em 24/10/2014: <http://www.abmesvirtual.org.br/>

_____. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior: **Diagnóstico das pequenas e médias instituições de Ensino Superior privadas no Brasil**: indicações para melhoria da competitividade/Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino superior. – Ano 29, n. 41 (Mar. 2014). – Brasília: ABMES Editora, 2014, v; pg.19-2010.

ADRIANO, Twiolent. **Rio de Janeiro: Avaliando o Desempenho da Universidade**. Ed. PUC. Rio; São Paulo: Loyola Paulo: Loyola, 2004.

BIOCCHI, Marcelo. **Revista CAMPO**. Ano XII.N.228.FAEG.P.8-10(2014).

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e os métodos. Porto, PT: Editora Porto, 1994.

CALDAS, Hélio. **Histórias do Município de Itaberaí no Século XIX**. Ed.Brasília, 1982.

CAPELAO, Rodrigo. **Diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras**. Estado IES. São Paulo,2014.

CASTRO, Maria Helena. **Sistemas de avaliação da educação no brasil avanços e novos desafios**. Maria Helena Guimarães de Castro. São Paulo, São Paulo, v. 23, n. 1, p.5, jan. /jun. 2002.

CASTRO, M. H. G. Educação para o Século XXI. **O desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, 1999.

CORA, Coralina (Ana Lins do Guimarães Peixoto Brêtas) - 20-08-1889/10-04-1985 é a grande poetisa do Estado de Goiás. **texto extraído do livro "Estórias da casa velha da ponte", Global Editora - São Paulo, 2000, pág. 63. - Recebido por e-mail.**

COSTA, Eurípedes Bassamurfo. SENAR: **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural** (SENAR Goiás). Editora: Denise N. Oliveira (331/TO). Revista Campo. Gerência de Comunicação integrada ao Sistema FAEG.

DIAS SOBRINHO, José . **Universidade em Foco**. Reflexões sobre a Educação Superior. Avaliação (Campinas) , Campinas, v. 5, n.1, p. 61-62, 2000.

_____. **Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na Educação Superior**. Avaliação (Campinas) , Campinas, v. 7, n.1, p. 9-34, 2002.

DUARTE. Jorge; BARROS. Antônio (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo. Editora Atlas S/A. 2005.

DURHAM, Eunice R. e Simon SCHWARTZMAN (orgs.). **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo, EDUSP, 2002.

_____. **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo, EDUSP, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo, IPF, Ed. Cortez, 2001.

GES - Guia do Ensino Superior. **Ensino superior privado: oportunidades e limites para um crescimento sustentável**. Artigo redigido por Rodrigo Capelado. Editora Abril, pg.30-31. São Paulo.2014.

GES - Guia do Ensino Superior. **Guia do Ensino Superior: Perfil de 2059 Instituições. Análise Setorial e Artigos e dados Estatísticos de 2014.**Ed.Abril. São Paulo.

LAKATOS, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade: Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª. Edição. São Paulo. Atlas 2009.

LEI N.º 10.172 de 09 de Janeiro de 2001. PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) - PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. 2001-2010.

LEI N.13.005 de Junho de 2014. PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) 2020

LIMA, Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de. **O ensino superior de administração no Brasil e em Goiás: Expansão, Privatização e Mercantilização no período de 1995 – 2007.** Goiânia – UFG, Tese de Doutorado.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATO, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª. Edição-São Paulo: Atlas, 2009.

MEC/CONAES. Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior. Brasília, 2004.

MEC/INEP: Censo da Educação Superior 2010. Brasília, outubro de 2011. Pesquisa realizada por Dilvo Ristoff. Cadernos do GEA. –n.3 (jan./jun. 2013). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012-2013.

MORAES R. **Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos.** Porto Alegre: PUCRS; 2003.

MORAES R. Mergulhos discursivos: **análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos.** Porto Alegre: PUCRS. 2003.

PRODAROV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico**. Método da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Nova Hamburgo. Freevale, 2009.

RISTOFF, Dilvo. **Perfil Socioeconômico do estudante de graduação uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004-2009)**. Cadernos do GEA, n.4.jul./Dez.2013.

_____. **Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação. Uma análise de dois Ciclos do ENADE (2004 a 2009, p.4)** retirada de pesquisa do MEC/Inep. Censo da Educação Superior 2010. Brasília, out./2011

_____, et al. **Educação superior brasileira – 1991 a 2004 – Rio de Janeiro**. Brasília: INEP, 2006.

_____. **Perfil socioeconômico do estudante de graduação uma análise de dois ciclos completos do ANADE (2004 a 2009)**. Cadernos do GEA, n. 4, jul. /Dez. 2013

_____. **Vinte e um anos de Educação Superior. Expansão e Democratização**. Cadernos do GEA. – n.3 (jan./jun. 2013). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012-2013.

SANCHES. Raquel Cristina Ferraroni. **Avaliação Institucional**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SCHEINER, José Mario. **Presidente do Sistema FAEG-Federação da Agricultura do Estado de Goiás**. Entrevistado na pesquisa de campo, em 2014.

SEVERINO, Antônio José. **Metodologia do Trabalho Científico. 23ª edição (revista e atualizada)**, São Paulo: Cortez. 2007, p. p. 14-121.

SILVA, Antônio Moreira da. Dossiê de Goiás. **Enciclopédia Regional. II Série: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente**. Goiânia-Goiás Master Publicidade.p.705. Ministério da Cultura, LEI 9.875

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 5. ed. ampl. Brasília: INEP, 2010.

SOBRINHO, Dias José. **Avaliação da Educação Superior**: Avanços e Riscos. Ecco. Revista Científica, São Paulo, v.10.n.ESPECIAL, pg.67-93, 2008.

_____. **Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na Educação Superior**. Avaliação (Campinas), v. 7, n.1, p. 9-34, 2002.

_____. Dias José. **Universidade em Foco. Reflexões sobre a Educação Superior**. Avaliação (Campinas), Campinas, v. 5, n.1, p. 61-62, 2000.

_____, et al. **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

_____, et al. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

UNESCO, **Global education digest. Comparing Statistics Across the World**. Montreal: UNESCO Institute for Statistics., 2006.

Internet:

ATLAS BRASIL. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/download/>. Acesso em 34 de Julho, 2015.

BOMENY, Helena. **A reforma universitária de 1968, 25 anos depois**. Encontrado em: <<http://www.anpocs.org.br>> Acesso em: 12 de dezembro 2014.

CEZNE, Andrea Nárriman. **O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental**. Edição: 2006-Vol. 31-No. 01. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/a8.htm>. Acesso em 1 de junho de 2015.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf.: Acesso em 10 de junho de 2015.

HADDAD, Fernando. PNAD 2008. Disponível em: [ttp://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult105u8716.jhtm?action=print](http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult105u8716.jhtm?action=print). Acesso em 23 de Julho de 2015.

IDH-Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Itaberaí/GO-Veja-o-IDH-Municipal-indice-de-desenvolvimento-humano-do-seu-municipio>. Acesso em 5 de fev./2015

INEP. Lei nº. 10.861, de 14/04/2004, DOU Nº 72, 15/4/2004, SEÇÃO 1, P.3-4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2004/lei/l10.861.htm.. Acesso em: 20 de Março de 2015.

LEI N.º 9.394 DE 1996. **De Diretrizes e Base da Educação da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em 1 de fev/ 2015

LEI Nº 10.861/14/2004. **SINAES-O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/superior-sinaes>. Acesso em 1 de jul./ 2015.

LEI Nº 9.288/07/1996. FIES- **Altera dispositivos da Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes**. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>. Acesso no site do Sistema FIES, em 1 de fev./2015.

NELSON, Ionara Bezerra Nelson. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Artigo Disponível em: http://gephispn.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a_gestao_educacional_e_suas_implicacoes_para_a_organizacao_e_o_desenvolvimento_do_trabalho_escolar.pdf Acessado em 24 de fev./2015

NELSON, Ionara Bezerra. **Geógrafa – Universidade Estadual do Piauí – UESPI**; Graduada em Gestão e Supervisão Escolar – Faculdade Santo Agostinho – FSA; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Artigo Disponível em: http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a_gestao_educacional_e_suas_implicacoes_para_a_organizacao_e_o_desenvolvimento_do_trabalho_escolar.pdf Acessado em 24/6/2015.

PORTARIA DO MEC Nº 2.051, de 9 de julho de 2004, regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. **Acesso em 1 de junho de 2015.**

PORTARIA NORMATIVA Nº 40 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007- **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade>>. **Acesso em 1 de junho de 2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ. Site da prefeitura. Disponível em: <<http://itaberaí.go.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em 25 fev. de 2014.

SAMPAIO, Helena. **Educação e lucro. O setor privado de Ensino Superior no Brasil**: continuidades e transformações. Artigo publicado na Revista Ensino Superior Unicamp - Edição nº 4.. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes> Acesso em 6,jul.2015.

TROW, M. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>>. Acessado em 24 de jul/2015

SAMPAIO, Helena. Educação e lucro. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Revista Ensino Superior Unicamp - Edição nº 4 | outubro de 2011. Disponível em: [https:// www. revistaensinosuperior. gr.unicamp. br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes). Acesso em 6 de Ago./2015.

SIMÕES, Priscila. **Caminho da Universidade**. Ed. Salvador. Região Metropolitana. 2014. Disponível em: <http://www.cbesp.com.br/images/material/h3ujc4jca9e9.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2015

SIMÕES, Priscila. **Gestão nas IES-PMIES na atualidade**. Mestre em Mídia e Comunicação pela University of London. Membro do Instituto Expartense. Disponível em: <https://institutoexpertise.files.wordpress.com/2014/01/priscila.pdf> Acesso em 1 de jul./2015

Paula, Osmar de. Avaliador Institucional da FAIT e autor do Projeto Pedagógico, registrado no MEC, da IES-FAIT em 2017, p.37

APÊNDICE

PERFIL DOS ENTREVISTADOS através de pesquisa de campo, realizados entre agosto de 2013 a agosto de 2014 sobre a influência da pequena da IES FAIT e sua importância no IDH, do município de Itaberaí (Encerrou em 2014):

1. Arcângelo Scolare - Docente.

- Docente da Faculdade Aliança e UEG, doutorando em Educação pela Universidade Católica de Goiás e residente em Itaberaí.

2. Professor Luiz Antônio Gomes - Docente.

- Mestre em Filosofia, docente da Faculdade Aliança, professor titular na UEG e residente em Itaberaí há 50 anos.

3. Professor Atila Monteiro Pimenta - Contador e Docente

- Empresário no ramo da informática, formado em Ciências Sociais e Contábil, docente da Faculdade Aliança e residente no município de Itaberaí.

4. Márcia Helena de Andrade- Contadora e Docente.

- Professora universitária e coordenadora do Curso de Ciências Contábeis na UEG de Jaraguá e docente na Faculdade Aliança.

5. Ana Fagundes- Docente.

- Professora Concursada na UEG de Itaberaí, e professora de português na Faculdade Aliança e residente no município de Itaberaí.

6. Professor Paulo Henrique - Advogado e Docente.

- Advogado, empreendedor, membro do Conselho Universitário. Atualmente é membro da Direção do Partido dos Trabalhadores. Representante da comunidade de Itaberaí, na última avaliação do MEC da Faculdade Aliança.

7. Dr. Benedito Magno - Odontólogo e Historiador

- É Odontólogo, Membro da Acadêmica de Letras do Município de Itaberaí, Presidente da AILA-Academia de Letras e Casa Cultura do Município de Itaberaí.

8. Dep. Marina Santana - Docente e Deputada Federal.

- Ex-Deputada Federal pelo PT. Advogada e política; atuou na década de 1960. Ex-vereadora em Goiânia pelo Partido dos Trabalhadores. Atualmente Vereadora pelo PT.

9. Deputado Estadual Jean Carlo - Deputado Estadual.

- Advogado e político. Deputado Estadual na Assembléia de Goiás e filho de Itaberaí.

10. Carlos Alves de Leles - Produtor Rural e Presidente do Sindicato Rural de Itaberaí.

- Formado em Gestão do Agronegócio. Atuante como empresário rural há mais de 20 anos. Hoje é Presidente do Sindicato Rural de Itaberaí.

11. Eurípedes Bassamurf - Presidente do Senar Goiás e Produtor Rural.

- Ex. Presidente do Sindicato Rural de Itaberaí. Ex-banqueiro. Empresário rural. Formado em economia. Hoje é Presidente do Sistema SENAR do Estado de Goiás.

12. José Mario Scheiner - Presidente da FAEG, escritor e professor.

- Presidente do Sistema FAEG. Professor. Escritor. Palestrante. Político atuante no estado de Goiás.

13. Nilton Pinto - Advogado.

- Advogado e político militante no município de Itaberaí e região. Presidente da Subseção da OAB-Itaberaí

14. Túlio Gentil - Advogado e produtor rural.

- Advogado militante no município de Itaberaí. Empresário e produtor rural.

15. Paulo Alves de Lelis - Professor e Geólogo.

- Coordenador Pedagógico. Professor, Geógrafo, especialista e Formação Socioeconômica do Brasil e Planejamento Educacional. Político militante no município de Goiânia e filho de Itaberaí.

16. Fabio Melo - Político militante.

- Professor. Funcionário Público e ex-aluno da FAIT.

17. Claudino José de Lelis - Empresário.

- Empresário e ex-aluno da FAIT.

Dos ex-alunos entrevistados, todos foram unânimes em afirmar que a FAIT teve uma influência direta e indiretamente na formação e mudança de pensamentos profissional. Sendo assim, a vida profissional deles baseia em duas fases: O antes da Faculdade e o após a faculdade.

ANEXOS

Anexo I - Questionário realizado na pesquisa de campo de 2014.

Entrevistas sobre a influência da FAIT no município de Itaberaí, de 2007 a 2014

1. No que se refere à comunicação, no âmbito interno e externo da Faculdade Aliança, como ocorre a comunicação adequado com a sociedade e o meio em que ela atua?
2. Qual meio de comunicação, utilizado pela FAIT, de melhor acesso as informações da IES?
3. Qual o grau de importância que a IES tem no mercado local e região?
4. Como você analisa a influência da pequena IES no município de Itaberaí, na sua vida profissional (Ex-aluno)?
5. Quais as diferenças que você percebe na ação da Entidade Estudantil de sua época e na atualidade, no município de Itaberaí e no país? E, qual o papel da pequena IES no trabalho socioeconômico municipal?
6. Qual o período em que você estudou na FAIT (Ex-Aluno)?
7. Qual a motivação de você fazer um curso de graduação na FAIT?
8. Como você analisa a atuação da IES no município de Itaberaí?
9. Quais as diferenças que você percebeu ao participar de ações sociais organizadas pela Entidade Estudantil e a importância dela em sua carreira profissional ou de alguém conhecido seu?
10. A pesquisa de campo foi realizada com representantes da comunidade local, sendo desses representantes de entidades de classe, empresários, sindicalistas e representações no geral. As entrevistas ocorreram durante o período de 2013-2014, em vários momentos de questionamentos e via telefone ou entrevistas pessoais abrangendo a realidade da IES no município. O quadro que segue demonstra os percentuais dessa participação:

GRUPO DE PARTICIPANTES	POPULAÇÃO	AMOSTRA	% DA AMOSTRA
REPRESENTAÇÃO SINDICAL	10	7	78%
REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	319	19	10%
EX-ALUNOS	293	93	10%

Anexo II – Questionário utilizado pela CPA na avaliação institucional com alunos e corpo docente e administrativo, em 2013

O sistema de avaliação proposto aos Acadêmicos conte questões agrupadas em dimensões em um total de 9:

1. Condições físicas e instrumentais.
2. Biblioteca.
3. Laboratório de informática.
4. Serviços.
5. Extensão.
6. Auto-avaliação do aluno.
7. Coordenação do curso.
8. Direção pedagógica.
9. Importância do curso na carreira.

O sistema de avaliação proposto aos Professores e Corpo administrativo, contem questões agrupadas em dimensões em um total de 10:

1. Condições físicas e instrumentais/serviços.
2. Biblioteca.
3. Laboratório de informática.
4. Influência na renda familiar do profissional.
5. Dimensão pedagógica: extensão.
6. Dimensão pedagógica: ensino.
7. Avaliação dos discentes.
8. Nível de profissionalização e capacidade pedagógica.
9. Avaliação diretor(a) pedagógico(a).
10. Importância do projeto pedagógico na capacitação profissional dos discentes e no mercado local.

Ao responder o questionário, para cada item avaliado o participante poderia assinalar uma das seguintes alternativas:

- a) Excelente.
- b) Bom.
- c) Regular.
- d) Ruim.
- e) Inexistente.

1. QUESTIONÁRIO APLICADO A ALUNOS/PROFESSORES/FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS, em 2013:

a) Avaliação da Recepção

- 1 Como você avalia o atendimento de telefone pela recepcionista em relação ao fornecimento de informações (conseguem fornecer informações ou encaminham para as pessoas certas)?
- 2 Como você avalia o atendimento (rapidez) das ligações?
- 3 Quando precisa ser atendido (a) pessoalmente na recepção, esse atendimento tem sido?

b) Avaliação da COPIADORA

- 4 Como você avalia o atendimento (demonstram cordialidade, disponibilidade e atenção) dos funcionários da Copiadora?
- 5 Como você avalia o atendimento (atende e entrega as cópias em tempo hábil) dos funcionários da Copiadora?
- 6 Como você avalia a qualidade das cópias produzidas?

c) Avaliação da Secretaria

- 7 Como você avalia os serviços realizados (inscrições e matrículas, emissão de outros documentos) pelos funcionários da Secretaria?
- 8 Como é o atendimento (entregam os documentos solicitados e/ou resolvem as pendências em tempo hábil?) dos funcionários da Secretaria?
- 9 Como é o atendimento (demonstram cordialidade, disponibilidade e atenção?) dos funcionários da Secretaria?

d) Avaliação do serviço de Limpeza

- 10 Como você avalia o serviço de limpeza dos banheiros?
- 11 Como você avalia o serviço de limpeza dos corredores da instituição?
- 12 Como você avalia o serviço de limpeza das salas de aula de demais salas?
- 13 (Laboratórios, biblioteca, coordenações, dos professores)?

e) Coordenação de Curso

- 14 Avalie a Coordenação do Curso em relação à disponibilidade de tempo para atendimento aos alunos.
- 15 Como é o relacionamento do Coordenador do Curso com os alunos?
- 16 Como é a atuação do Coordenador do Curso em relação à resolução de problemas/sugestões de melhoria do curso?
- 17 Avalie a atuação da Coordenação do Curso quanto aos avisos e/ou informações?

f) Biblioteca

- 18 Avalie o Espaço para leitura e pesquisa
- 19 Diversidade de exemplares (livros, revistas, dicionários, enciclopédias, etc)
- 20 Adequação dos exemplares ao curso (possui livros da área de conhecimento do curso?). Sistema de empréstimo de livros?
- 21 Os horários de funcionamento da biblioteca, em relação à relação ao atendimento de suas necessidades?
- 22 Como você avalia o acervo da biblioteca em relação à atualização?
- 23 Como é o sistema de consulta ao acervo da biblioteca (você consegue verificar o acervo e a disponibilidade de obras para empréstimos via internet)?

g) Tesouraria

- 24 Como você avalia os serviços realizados pelos funcionários da Tesouraria?
- 25 Como é o atendimento (entregam os documentos solicitados e/ou resolvem as pendências em tempo hábil) dos funcionários da Tesouraria?
- 26 Como é o atendimento (demonstram cordialidade, disponibilidade e atenção) dos funcionários da Tesouraria?
- 27 Como você avalia a entrega de seu boleto para pagamento?
- 28 Como você avalia as opções para pagamento de seu boleto?
- 29 Você já precisou da emissão de outro boleto, se já, como avalia esse serviço?

h) Estrutura Física

- 30 Salas de Aula (Espaço, Ventilação, Iluminação).
- 31 Banheiros.
- 32 Acesso para portadores de Deficiências Físicas.
- 33 Acesso às salas de aula, coordenações, laboratório de Informática, biblioteca (fácil/difícil acesso, bem/mal sinalizado).
- 34 Salas (espaço, ventilação, iluminação, acomodação).

i) Estrutura Física

- 35 Aula/Orientação no Laboratório de Informática?
- 36 Acesso à internet (mantém a conexão e com rapidez)?
- 37 As condições de uso dos computadores nos laboratórios de Informática?
- 38 A disponibilidade de computadores nos laboratórios de informática?
- 39 Os horários de funcionamento dos laboratórios de informática, em relação ao atendimento de suas necessidades?
- 40 Como são as orientações/atendimento do Monitor/Estagiário/Coordenador dos laboratórios de informática?
- 41 Como é a disponibilidade de computadores nos laboratórios de informática?
- 42 Como você avalia os horários de funcionamento dos laboratórios de informática, em relação ao atendimento de suas necessidades?
- 43 Como você avalia os programas/sistemas instalados nos laboratórios de informática?
- 44 Como você avalia o serviço da T.I com relação à internet, e sua velocidade e acesso?

j) Professores

- 45 Ao iniciar as aulas o (a) professor (a) apresentou/discutiu o Plano de Ensino com os alunos?
- 46 () Sim () Não () Desconheço.
- 47 Como tem sido o cumprimento do Plano de Ensino pelo (a) professor (a)?
- 48 Avalie a atuação do (a) professor (a) quanto ao cumprimento do horário das aulas (começa no horário certo e não encerra mais cedo?).
- 49 Avalie o (a) professor (a) em relação ao domínio do conteúdo da disciplina (demonstra ter conhecimento sobre o conteúdo da disciplina trabalhada?)

- 50 Como é a atuação do (a) professor (a) em relação ao incentivo à formação crítica, à curiosidade e à pesquisa?
- 51 Que tipo de material didático o (a) professor (a) mais utiliza durante suas aulas?
- 52 Avalie a orientação dos trabalhos extraclasse (são bem orientados e com tempo suficiente para sua realização?) do (a) professor (a).
- 53 Como são as avaliações elaboradas pelo (a) professor (a) (são coerentes com os conteúdos trabalhados? Os enunciados são claros? São criativas no sentido de levar os alunos a refletirem sobre os conteúdos estudados?)
- 54 Como você avalia o nível de exigência do (a) professor (a) em relação à disciplina trabalhada?
- Deveria ter exigido MUITO MAIS de mim.
 - Deveria ter exigido UM POUCO MAIS de mim.
 - Exigiu de mim na MEDIDA CERTA.
 - Deveria ter exigido UM POUCO MENOS de mim.
 - Deveria ter exigido MUITO MENOS de mim.
 - Desconheço.
- 55 Que instrumentos de avaliação o(a) professor(a) mais utiliza?
- Provas Escritas Discursivas (sem consulta).
 - Provas Escritas Discursivas (com consulta).
 - Provas Escritas Objetivas.
 - Trabalhos em Grupos.
 - Trabalhos Individuais.
 - Provas Práticas.
 - Desconheço.
- 56 Como é o relacionamento do (a) professor (a) com os alunos (respeito e cordialidade)?
- 57 Aponte os aspectos mais positivos da atuação do (a) professor (a).
- 58 Aponte os aspectos mais negativos da atuação do (a) professor (a).

ANEXO III – Questionário da CPA -Entrevista sobre a influência da FAIT no município de Itaberaí de 2013 a 2014

- 1 Qual o período em que você estudou ou irá estudar na FAIT?
- 2 Qual a motivação de você fazer um curso de graduação na FAIT?
- 3 Como você analisa a atuação da IES no município de Itaberaí?
- 4 Quais as diferenças que você percebeu ao participar de ações sociais organizadas pela Entidade Estudantil e a importância dela em sua carreira profissional ou de alguém conhecido seu?

a) Desenvolvimento

- 1 Estruturação dos indicadores e instrumentos de coleta de dados.
- 2 Aplicação dos instrumentos de avaliação.
- 3 Análise e interpretação dos dados - relatórios parciais.
- 4 Discussão dos resultados com a comunidade interna.

b) Consolidação da Avaliação

- 1 Elaboração de relatório anual.
- 2 Divulgação do resultado da avaliação interna.
- 3 Reflexão sobre o processo avaliativo.
- 4 Encaminhamento do relatório final ao CONAES/INEP.

c) Universo dos Entrevistados

A CPA realizou durante o período de 2013, em dois momentos de auto avaliação abrangendo docentes, discentes e corpo técnico-administrativo. O quadro que segue demonstra os percentuais dessa participação:

GRUPO DE PARTICIPANTES	POPULAÇÃO	AMOSTRA	% DA AMOSTRA
DISCENTES	177	177	78%
DOCENTES	19	19	100%
FUNCIÓNÁRIOS TÉCNICOS- ADMINISTRATIVOS	33	33	100%

d) PARTICIPAÇÃO DISCENTE POR CURSO

Os discentes que participaram do processo avaliativo pertencem aos cursos de Administração e Ciências Contábeis e a participação de cada curso está apresentada na lista de chamadas dos alunos e docentes, em anexo.